



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JULIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS



**LÓGICA DO CAPITAL NA BOLÍVIA E RESISTÊNCIA POPULAR: DAS LUTAS
PELA EMANCIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AO GOVERNO DO MAS**

Luís Gabriel Menten Mendoza

Pro^a. Dr^a. Angelita Matos Souza

Rio Claro (SP)

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas Câmpus de Rio Claro

LUÍS GABRIEL MENTEN MENDOZA

LÓGICA DO CAPITAL NA BOLÍVIA E RESISTÊNCIA POPULAR: DAS
LUTAS PELA EMANCIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AO GOVERNO
DO MAS

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas do
Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista “Júlio
de Mesquita Filho”, como parte dos
requisitos para obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Angelita Matos Souza

Rio Claro - SP
2016

918 Mendoza, Luís Gabriel Menten
M539L Lógica do capital na Bolívia e resistência popular : das
 lutas pela emancipação e desenvolvimento ao governo do
 MAS / Luís Gabriel Menten Mendoza. - Rio Claro, 2016
 149 f. : il., gráfs., quadros, mapas

 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
 Instituto de Geociências e Ciências Exatas
 Orientadora: Angelita Matos Souza

 1. América do Sul - Geografia. 2. Lutas populares. 3.
 Desenvolvimento desigual. 4. Nacionalização. 6. Luta de
 classes. I. Título.

LUÍS GABRIEL MENTEN MENDOZA

LÓGICA DO CAPITAL NA BOLÍVIA E RESISTÊNCIA POPULAR: DAS
LUTAS PELA EMANCIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AO GOVERNO
DO MAS

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas do
Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista “Júlio
de Mesquita Filho”, como parte dos
requisitos para obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof^a. Dr^a. Angelita Matos Souza
DEPLAN/IGCE - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”
(Presidente)

Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade
FFLCH - Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. Fabrício Gallo
DG/IGCE - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”

Aprovado em: 25/10/2016

Local da defesa: Prédio da Pós-Graduação em Geografia, IGCE, Universidade
Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Rio Claro (SP).

Dedico este trabalho aos povos que lutam por dias melhores em que não haja a exploração de uns pelos outros.

Dedico àqueles que, apesar dos erros e recuos, não deixaram de sonhar, de se rebelar e de crer que o novo surgirá das entranhas deste velho tempo.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível mediante a superação de diversos desafios que felizmente foram enfrentados coletivamente. E pela finalização deste trabalho não poderia deixar de agradecer a alguns e algumas que mesmo diante das limitações materiais e intelectuais não se furtaram em estar ao meu lado.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), conquista coletiva da ciência brasileira, auspiciou essa pesquisa com a concessão de bolsa, ao qual registro meu agradecimento e reconhecimento da contribuição das gerações anteriores.

Agradeço a minha orientadora, Angelita, pelas conversas descontraídas e as cobranças precisas nos momentos necessários. Por permitir e dar condições para que esta pesquisa fosse realizada do começo ao fim, muito obrigado!

Aos professores Fabrício e Everaldo, que tanto na condição de banca como fora dela, contribuíram para a execução dessa pesquisa, muito obrigado!

À minha mãe, Maria Luiza, que desde a graduação me incentivava a pensar na carreira acadêmica, nessa empreitada ajudou nas revisões, leituras, sugestões e toda a sorte de incentivos, registro aqui minha gratidão eterna a uma imensurável dedicação.

Agradeço à Talitha, minha companheira de todas as horas, que dividiu essa batalha comigo, aguentou a volatilidade do meu humor e dos meus horários e ainda assim permaneceu na trincheira ao meu lado, me incentivando e tornando meus dias melhores.

Meus colegas de pós-graduação, que mesmo nas difíceis condições de realizar pesquisa seguem adiante com a missão de fazer ciência no e para o Brasil, parabéns pelo empenho e obrigado pelo exemplo! Registro especialmente meu agradecimento ao Marcelo, que além de assumir a tarefa de manter vivo o movimento de pós-graduação em Rio Claro, me auxiliou com a contingência espacial do norte de minas ao interior paulista, muito obrigado!

Registro também meu agradecimento à Laura Pequeno, pelo zelo, presteza e generosidade com os quais realizou a revisão final deste trabalho. Muito obrigado!

Agradeço aos meus companheiros, meus camaradas, amigos e irmãos de todas as paragens por onde estive, de Maringá (PR) à Montes Claros (MG), passando por São Carlos e Rio Claro, muitos foram os que me aprumaram os trilhos, tenho certeza que sabem como ajudaram e aliviaram o cumprimento dessa tarefa.

Por fim, agradeço à memória do meu pai, Luís Hernan, que como um latino-americano *caminante* me permitiu uma mirada além fronteiras.

RESUMO

Este estudo tem por objeto a Bolívia, um dos países mais pobres da América do Sul, cujo terreno, devido às características geológicas, o fez dotado de uma elevada quantidade de recursos naturais. Mas a história de dominação o tornou um país de desenvolvimento retardatário, dependente dos investimentos externos, que, por mais que modifiquem o país a cada ciclo de matéria-prima (guano, borracha, estanho), proporcionam não muito mais que esperança de dias melhores. A partir disso, o objetivo principal deste trabalho foi refletir sobre as mudanças recentes que ocorreram no território boliviano à luz da teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, estruturada pelo geógrafo britânico David Harvey. O processo aclamado como “*processo de cambio*” foi resultado das lutas populares por um projeto nacional em contraposição aos interesses do capital imperialista. É relevante, portanto, as grandes mobilizações que levaram Evo Morales ao poder (Guerra da Água e Guerra do Gás), prosseguindo com o começado pelos trabalhadores bolivianos do passado. Assim como as mudanças operadas posteriormente, sobretudo a nacionalização dos hidrocarbonetos, só foi possível pelo desenvolvimento auferido no período anterior. A escolha da teoria do desenvolvimento geográfico desigual deu-se em função deste potencial que ela proporciona para a compreensão da inserção dos espaços “atrasados”, como a Bolívia, no sistema capitalista internacional e decorrentes desdobramentos no interior do território, num processo contraditório, ao mesmo tempo destrutivo e em alguma medida progressista. Entre as categorias que Harvey proporciona está a ideia de *acumulação por despossessão*, a produzir *ordenações espaço-temporais* que criam uma configuração do território sobremaneira determinada pela *lógica do capital* em escala mundial, em profunda conexão com os Estados periféricos (e centrais), em processos nos quais o poder financeiro gera e alimenta o *nexo Estados-Finanças*. O enfoque de Harvey é também produtivo ao considerar a *luta de classes* em sua teoria de desenvolvimento, que, no caso efetivo da Bolívia, impõem um programa de nação a partir da *lógica territorial* emancipatória. Ao fim, essa pesquisa aborda o processo de desenvolvimento social na Bolívia baseado na distribuição dos recursos obtidos pela mudança da legislação dos hidrocarbonetos e na promulgação da Nova Constituição Política do Estado. Considerando as medidas do governo masista são de um processo de industrialização lento e que pouco representou até 2010 em termos de trabalho e emprego, gargalo fundamental para a modernização dos países retardatários. E em conclusão considera que o estudo de caso da Bolívia, a partir da teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, permite apresentar a trama estabelecida pela lógica do capital, que utiliza de todos os meios legais e ilegais (*law-like*) para obter as melhores taxas de retorno, em detrimento das constituições e da democracia, como demonstrou a geografia histórica da Bolívia. A organização da luta dos trabalhadores foi essencial para mudar essa rotina de espoliação e dar a possibilidade de desenvolvimento, que ficou limitada, entretanto, pela disposição do MAS e de Morales em ir até o fim na aplicação da Agenda de Outubro.

Palavras-chave: Bolívia; desenvolvimento desigual; nacionalização; luta de classes.

RESUMEN

Este estudio tiene por objeto Bolivia, uno de los países más pobres de América del Sur, cuya tierra, debido a su geología, lo dotó de una gran cantidad de recursos naturales. Pero la historia de dominación convirtió en un país de desarrollo tardío, dependiente de la inversión extranjera, que, por más que cada ciclo de la materia prima (el guano, el caucho, el estaño) modifica el país, no proporcionan mucho más que la esperanza de días mejores. Mientras, el objetivo principal de este trabajo fue reflexionar sobre los recientes cambios que han ocurrido en Bolivia a la luz de la teoría del desarrollo geográfico desigual, estructurada por el geógrafo británico David Harvey. El proceso aclamado como "proceso de cambio" fue consecuencia de las luchas populares por un proyecto nacional contrario a los intereses del capital imperialista. Es importante, por lo tanto, las grandes movilizaciones que llevaron a Evo Morales al poder (Guerra del Agua y Guerra del Gas), prosiguiendo con lo empezado por los trabajadores bolivianos del pasado. Así como los cambios operados más tarde, en particular la nacionalización de los hidrocarburos, fue posible gracias al desarrollo obtenido el año anterior. La opción por la teoría del desarrollo geográfico desigual se llevó a cabo debido al potencial que ofrece para la comprensión de la inserción de espacios "hacia atrás", como Bolivia, en el sistema capitalista internacional y la consiguiente evolución dentro del territorio, un proceso contradictorio al mismo tiempo destructivo, y en cierta medida progresista. Entre las categorías que ofrece Harvey está la idea de la acumulación por desposesión, que produce ordenanzas espacio-temporales que crean una configuración del territorio determinado en gran medida por la lógica del capital a escala mundial, en profunda conexión con los Estados periféricos (y central), procesos en la que el poder financiero genera y alimenta el nexo Estado- Finanzas. El enfoque de Harvey también es productivo al considerar la lucha de clases en su teoría de desarrollo, que en el caso real de Bolivia impone un programa de nación, de la lógica territorial emancipadora. Al final, esta investigación aborda el proceso de desarrollo social en Bolivia basado en la distribución de las ganancias obtenidas por el cambio de las leyes de hidrocarburos y en la promulgación de la nueva Constitución de la Política de Estado. Teniendo en cuenta que las medidas del gobierno masista resultaron en un lento proceso de industrialización y poco representativo hasta el 2010 en términos de trabajo y empleo, un punto clave para la modernización de los países rezagados. Y en conclusión considera que el estudio de caso de Bolivia, desde la teoría del desarrollo geográfico desigual, permite mostrar la trama establecida por la lógica del capital, que utiliza todos los medios legales e ilegales (*law-like*) para obtener las mejores tasas de rendimiento a expensas de las constituciones y de la democracia, como lo demuestra la geografía histórica de Bolivia. La organización de la lucha de los trabajadores fue esencial para cambiar este despojo de rutina y dar al país la posibilidad de desarrollo, que es limitada, sin embargo, por la disposición del MAS y de Morales a ir hasta el final en la aplicación de la Agenda de Octubre.

Palabras-claves: Bolivia; desarrollo desigual; nacionalización; lucha de clases.

LISTA DE SIGLAS

ADN – Ação Democrática Nacional

AFP – Administradoras de Fundos de Pensão

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

ASP - Assembleia pela Soberania dos Povos

BM – Banco Mundial

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CIDOB - Confederação dos Povos Indígenas do Oriente Boliviano

CNE - Corte Nacional Eleitoral

CNTCB - Confederação Nacional dos Camponeses da Bolívia

COB – Central Obrera Boliviana

CODEP - Conselho Democrático do Povo

CODEPANAL - Comitê Técnico-Político de Defesa da Soberania Nacional e Recursos Naturais da Bolívia

COMIBOL - Corporação Mineira Boliviana

CONCEPA - Consciência de Pátria

CSUTCB - Central Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia

CSCB - Confederação Sindical de Colonizadores da Bolívia

CSTB - Central Sindical dos Trabalhadores Bolivianos

DEA - Drug Enforcement Administration

EBRP - Estratégia Boliviana para Redução da Pobreza

ECP - Eixo da Convergência Patriótica

ELN – Exército de Libertação Nacional

FED – Federal Reserve System (EUA)

FEJUVE – Federação das Juntas Vecinales

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNMCB-BS - Federação Nacional de Mulheres Camponesas – Bartolina Sisa

FOBOMADE - Fórum Boliviano sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

FSB - Falange Socialista Boliviana

FSTMB - Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia

FTE - Força Tarefa Expedicionária

FULKA - Frente de Unidade de Libertação Katarista

GLP - Gás Liquefeito do Petróleo

HIPC – Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados

IFI – Instituições Financeiras Internacionais

IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IPSP - Instrumento Político para a Soberania dos Povos
LPP - Lei de Participação Popular
MAS-IPSP – Movimento ao Socialismo - Instrumento Político para a Soberania dos Povos
MAS-U - Movimento ao Socialismo – Unzaguista
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MIP - Movimento Indigenista Pachakuti
MIR – Movimento da Esquerda Revolucionária
MITK - Movimento Indigenista Tupác Katari
MNR - Movimento Nacionalista Revolucionário
MNRH - Movimento Nacionalista Revolucionário Histórico
MNR-I - Movimento Nacionalista Revolucionário - Esquerda
MPC - Movimento Popular Cristão Ademais
MRTK - Movimento Revolucionário Tupác Katari
MRTK-L - Movimento Revolucionário Tupác Katari de Libertação
NAFTA – Tratada de livre-comércio da América do Norte
NPE - Nova Política Econômica
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OMC – Organização Mundial do Comércio
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCB – Partido Comunista Boliviano
PCML - Partido Comunista Marxista Leninista
PDC - Partido Democrata Cristão
PDCR - Partido Democrata Cristão Revolucionário
PIB – Produto Interno Bruto
PIR - Partido de Esquerda Revolucionário
POR - Partido Operário Revolucionário
PRA - Partido Revolucionário Autêntico
PRIN - Partido Revolucionário de Esquerda Nacionalista
SEMAPA - Serviço Municipal de Água Potável e Esgoto de Cochabamba
SUMI - Seguro Salud Universal Materno Infantil
UCAPO - União dos Camponeses Pobres
UCS - Unidade Cívica Solidariedade
UDP – União Democrática e Popular
UNASUL - União de Nações Sul-Americanas
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – Agência norte-americana para o desenvolvimento internacional

TDDC – Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado

TGN - Tesouro Geral da Nação (Bolívia)

TIPINS – Território Indígena Parque Nacional Isiboro Securé

YPFB - Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

LISTA DE MAPAS

Mapa 01. Gasoduto Brasil-Bolívia.....	65
Mapa 02. Regiões cocaleiras.....	72
Mapa 03. Município de Cochabamba.....	77
Mapa 04. Regiões bolivianas.....	78
Mapa 05. Município de El Alto.....	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Situação do Trabalho na Bolívia.....	56
Gráfico 2. Balança comercial de bens e serviços e crescimento do PIB.....	125
Gráfico 3. Composição do Crescimento do PIB entre 2000 e 2010.....	126
Gráfico 4. Composição da contribuição da Indústria Manufatureira ao crescimento do PIB de 2000 a 2010, apresentado por setores.....	127
Gráfico 5. Situação do Emprego na Bolívia 2000-2009.....	128
Gráfico 6. Taxas de pobreza de 2000 a 2010.....	132
Gráfico 7. Fornecimento de água e instalações sanitárias, de 2000 a 2010.....	133
Gráfico 8. Taxa de mortalidade de crianças de até 5 anos, de 2000 à 2010.....	133
Gráfico 9. Gasto público em saúde (% PIB).....	134
Gráfico 10. Gasto público com educação (% PIB).....	135
Gráfico 11. Alfabetização e ingresso no ensino superior.....	135
Gráfico 12. Capital Fixo de 2000 à 2010.....	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Composição Acionária das Empresas de Transporte de Gás do Gasoduto Brasil– Bolívia.....	66
Quadro 2. Produto Interno Bruto da Bolívia de 2000 a 2010.....	126

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
I. INTRODUÇÃO: ESCLARECIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	17
I.1. O Desenvolvimento Geográfico Desigual	21
I.2. Lógica capitalista e territorial de poder	34
I.3. Recursos e poder: noções para a crítica da “nacionalização” boliviana	37
II. AS LUTAS POPULARES NA BOLÍVIA NO SÉCULO XX, ENDIVIDAMENTO ESTATAL E O GASBOL	39
II.1. Século XX e o prelúdio da luta boliviana deste início de século	39
II.2. O Estado boliviano sob custódia: endividamento e submissão à lógica do capital	51
II.3. A lógica territorial do capital na exportação do gás natural para o Brasil	60
III. AS LUTAS POPULARES NA BOLÍVIA DO SÉCULO XXI: DO LUGAR AO TERRITÓRIO	71
III.1. Da luta cocaleira à fundação do MAS	71
III.2. “ <i>El agua es nuestra carajo</i> ”: a Guerra da Água de Cochabamba e suas implicações no início de um processo de rebelião aberta	76
III.3. “ <i>El gas no se vende</i> ”	83
IV. DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO NO PRIMEIRO GOVERNO MASISTA	96
IV.1. A terceira nacionalização boliviana	99
IV.2. Assembleia Nacional Constituinte e a construção da hegemonia do MAS	108
V. AVALIAÇÕES DO “<i>PROCESO DE CAMBIO</i>”	117
V.1. A nacionalização boliviana: crítica e condições prévias para a medida	117
V.2. A Nova Constituição Política do Estado (NCPE): reforma ou refundação?	120
V.3. Resultados Econômicos e Sociais do “ <i>Proceso de Cambio</i> ”	124
BALANÇO FINAL	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa tem por objeto de estudo a Bolívia, um dos países mais pobres da América do Sul, cujo território, entretanto, devido às características geológicas, é dotado de elevada quantidade de recursos naturais. A história de dominação, a cada ciclo novo de exploração de matéria-prima (guano, estanho, borracha), num contexto de desenvolvimento retardatário e dependente dos investimentos externos, a despeito das transformações que possa impor ao país, produz não muito mais que esperança de dias melhores.

A Bolívia tem em seu território relações profundamente marcadas pelo atraso, como o trabalho servil mantido até 2006, subjugando a população indígena do oriente e garantindo a sobrevivência do que de pior marcara a fase da colonização. Com cerca de 10 milhões de habitantes, majoritariamente identificados como indígenas (62%), a nação boliviana tem uma das menores expectativas de vida da América do Sul (67 anos) e mais da metade da população (66%), na virada do século XX para o XXI, abaixo da linha da pobreza. Esses dados encontram-se em franco contraste com as grandes reservas de gás natural do país, que é o 4º maior produtor de gás natural na América Latina e o 35º no ranking mundial de países com reservas provadas de gás natural.

Infelizmente, as benesses da exploração desse recurso nem sempre estiveram a serviço do bem-estar do povo boliviano, como veremos. Foi com a esperança de compreender e quiçá contribuir para a elucidação de processos emancipatórios, tendo em vista a superação das relações assimétricas estabelecidas ao longo da história boliviana, que nos propusemos estudar os embates entre aqueles que transformam as matérias-primas em recursos exportáveis (os trabalhadores) e as alianças político-econômicas que sustentam a lógica do capital.

Nosso objetivo principal é a reflexão sobre as mudanças recentes que ocorreram no território boliviano à luz da noção de desenvolvimento geográfico desigual. Dessa perspectiva, o processo aclamado como “refundação” do Estado boliviano foi proporcionado pelas lutas populares orientadas por um projeto nacional em contraposição aos interesses do capital imperialista. Interessa, portanto, discorrer sobre as grandes mobilizações que levaram Evo Morales ao poder, mas que, compreendemos, descendem da luta dos trabalhadores bolivianos desde o século XX; por isso retomamos também um pouco dessa história.

Para a compreensão das categorias com as quais operamos, mormente no terreno da geografia, apresentamos na Introdução (capítulo I) as definições e conceituações acerca da teoria do desenvolvimento geográfico desigual e sobre a ação do imperialismo (ou novo imperialismo) sobre os países dependentes, como aparece em David Harvey (2005, 2006,

2007, 2011, 2013). A escolha da teoria do desenvolvimento geográfico desigual justifica-se em razão do potencial que a perspectiva proporciona para a compreensão da inserção dos espaços periféricos, como a Bolívia, no sistema capitalista internacional e dos decorrentes desdobramentos no interior da formação social boliviana, num processo contraditório - ao mesmo tempo destrutivo e, em alguma medida, progressista.

Entre as categorias centrais oferecidas por Harvey está a ideia de *acumulação por despossessão*, a produzir *ordenações espaço-temporais* que criam uma configuração do território sobremaneira determinada pela *lógica do capital* em escala mundial, em profunda conexão com a atuação dos Estados periféricos (e centrais), no sentido de garantia da acumulação imperialista, em processos nos quais o poder financeiro gera e alimenta o *nexo Estados-Finanças*. O enfoque de Harvey é, para nós, produtivo, na medida em que opera no terreno da Geografia e leva em alta conta a *luta de classes*, que, no caso efetivo da Bolívia, tende a impor um programa de nação a partir da *lógica territorial* emancipatória, sem, contudo, lograr romper com a vulnerabilidade implicada na continuidade da economia primário-exportadora. É sobre os embates desse início de século, envolvidos na luta pela superação da vulnerabilidade externa, que discorreremos ao longo desse estudo, partindo da breve retomada dos antecedentes econômicos e políticos.

Nessa retomada importa alguma contextualização histórica em torno da discussão sobre as características econômicas que criaram o nexo de submissão operado pela lógica do capital, a partir do endividamento e da coerção imperialista, como apresentamos no capítulo II. Nele abordamos o processo de desregulamentação do setor do gás, as privatizações e também a realização de uma *ordenação espaço-temporal* ligada à construção do Gasoduto Brasil-Bolívia, que, após a nacionalização, torna-se um empreendimento produtivo para o país. Mas, antes, enveredando em direção às lutas populares na Bolívia, discorreremos de maneira resumida sobre movimentos populares precedentes às lutas do século XXI, abordando o processo de construção das estruturas classistas dos movimentos operário e camponês que, por sua vez, elaboraram um programa nacional e popular que contempla uma lógica territorial emancipatória. Consideramos que, sem essas mobilizações precedentes seria impossível chegar ao resultado alcançado pelas lutas populares desse início de século.

No capítulo III, apontamos as rebeliões que abriram caminho para Evo Morales e seu partido, o Movimento ao Socialismo (MAS), alcançarem o poder a partir da lógica territorial emancipatória concebida desde o século XX. Abordaremos a Guerra da Água, que reverteu a privatização da empresa pública de Cochabamba, e a Guerra do Gás, que impediu a venda do

gás natural para os Estados Unidos da América (EUA) por gasodutos que passariam pelo Chile. Além dessas, lembraremos a luta dos cocaleiros contra a erradicação dos plantios de coca empreendida pelo órgão americano de combate às drogas, o *Drug Enforcement Administration (DEA)*. Nesse capítulo também será abordada a formação do MAS, partido que chegaria ao poder com Evo Morales em 2005, apoiando-se no processo de mobilização popular, e que acataria, em certa medida, o programa que os trabalhadores bolivianos defenderam nas ruas.

No capítulo IV discutimos propriamente o governo masista, como o deságue de diversos elementos próprios relacionados à evolução da luta dos trabalhadores e povos originários bolivianos, que combina a possibilidade de *desenvolvimento* proporcionado pelo capital estrangeiro – um acúmulo de mais de 50 anos de luta pelo controle dos recursos naturais – e condições externas favoráveis às medidas requeridas pelos trabalhadores nas mobilizações anteriores. A partir disso, refletimos sobre os resultados do governo Morales do ponto de vista do atendimento das pautas “nacionalização dos hidrocarbonetos e Assembleia Constituinte”, enfocando os conflitos políticos que marcaram os trabalhos constituintes. Por fim, na conclusão (capítulo V), abordamos a avaliação da nacionalização dos hidrocarbonetos, a Nova Constituição Política do Estado (NCPE) e os ganhos e limites do projeto *masista*, uma vez no poder.

Nesse exercício de reflexão buscamos simultaneamente apontar aspectos centrais da geografia boliviana e sua articulação com as configurações das lutas sociais em múltiplas escalas, capazes de abarcar os processos relativos ao Estado-Nação, sua relação com o espaço global e, internamente, a relação de espoliação estabelecida sobre os trabalhadores e os recursos naturais. Ademais, esperamos que essa reflexão possa contribuir para que aqueles que se organizam em torno dos processos de luta e pelo poder dos trabalhadores da América do Sul tenham subsídios para realizarem seus balanços, autocríticas e análises de conjuntura. Por fim, indagaremos se os governos ditos progressistas - neste caso específico, o governo de Evo Morales, do MAS - foram capazes de desenvolver relações menos assimétricas com o capital imperialista.

I. INTRODUÇÃO: ESCLARECIMENTOS TEÓRICOS

A escolha do método neste trabalho dá ênfase aos efeitos do desenvolvimento capitalista proporcionados aos países pobres e periféricos, suscetíveis às práticas imperialistas gestadas nos países que operam o capitalismo mundial. Por isso, iniciamos esta seção com um breve panorama do capitalismo em escala global, seus ciclos, transformações e o domínio operado pelo imperialismo dos EUA sobre os países periféricos.

O movimento do capitalismo global ao longo do século XX e seus efeitos já foram objeto de diversas e renomadas análises acadêmicas, por autores de distintas áreas - aqui nos restringiremos ao campo marxista ou simpático ao marxismo, especialmente no campo das teorias do imperialismo. Essas análises, sobretudo a partir da obra de Lênin ([1917] 2007), fartamente baseada nos estudos de John Hobson ([1902] 1981) e, especialmente, nos de Rudolf Hilferding ([1910] 1985), consideram que, à diferença do capitalismo do século XIX, uma nova fase, surgida na virada do século XIX para o XX, na “qual impera o monopólio”, seria caracterizada pelo primado das exportações de capital sob a égide do capital financeiro moderno, fruto da fusão entre capital bancário e capital produtivo. Essa *fase superior* do capitalismo se caracterizaria pelo desenvolvimento desigual entre os países e seus ramos industriais, resultando no “amadurecimento excessivo” dos países centrais e na ausência de “campo para sua colocação 'lucrativa’”, daí a tendência inerentemente expansionista do imperialismo capitalista (LÊNIN, [1917] 2007: 73-74). Uma dimensão importante dessa expansão seria, da perspectiva política, a que está a olhos vistos em nosso estudo de caso: “a reação em toda a linha e a intensificação da opressão nacional” (LÊNIN, [1917] 2007: 131). Conforme Lênin:

(...) tendo presente que todas as definições genéricas são relativas, pois nunca abrangem todos os aspectos de um fenômeno, ou seja, as múltiplas relações estabelecidas no seu completo desenvolvimento, podemos indicar uma definição do imperialismo que inclua os seguintes cinco traços fundamentais: 1) a concentração da produção e do capital atingiu um grau tão alto de desenvolvimento, que origina os monopólios, que passam a desempenhar um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial, baseada nesse "capital financeiro", da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais adquire uma importância cada vez maior em relação à exportação de mercadorias; 4) formam-se associações de internacionais capitalistas monopolistas, que partilham o mundo entre si, e 5) é completada a partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo que chegou na fase de desenvolvimento em que prepondera a dominação dos monopólios e do capital financeiro, em que a exportação de capitais adquire importância marcante, em que começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a

terra entre os países capitalistas mais importantes (LÊNIN, [1917] 2007: 104-105).

O processo de desenvolvimento do capitalismo em sua fase superior, no entanto, é marcado por períodos distintos, determinados pelas mudanças que se operam na geografia econômica e na geopolítica. Como destacaremos a seguir, foram possíveis momentos progressivos do desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos, em que os fluxos de capital beneficiavam investimentos produtivos e em alguma medida proporcionavam a industrialização, basicamente no período do pós-guerra (1950-1980). Entretanto, no momento posterior, sobretudo nas últimas décadas, a combinação do endividamento dos períodos anteriores com políticas restritivas aos Estados pobres e endividados levaria às reformas de cunho neoliberal, fazendo regredir o patamar conquistado nos *anos dourados*.

Desde a definição de imperialismo proposta por Lênin ([1917] 2007), no início do século XX, diversas mudanças processaram-se no capitalismo mundial, entre as quais o aprofundamento da primazia da exportação de capitais sobre a exportação de mercadorias. Destaca-se, ademais, a supremacia dos EUA no pós-guerra, alicerçada no dólar como moeda padrão internacional. Contudo, como nos explica Sokol (2007: 184), até o fim da 2ª Guerra Mundial, sob o padrão-ouro, a moeda de cada país ainda “refletia o nível de produtividade e a riqueza circulante”. Os acordos de Bretton Woods, que substituíram o padrão-ouro pelo padrão dólar-ouro “como meio internacional de pagamentos e reservas”, abriram enorme vantagem para os EUA, como “grande prestador”; mas, ainda assim, mantinha-se lastreado o dólar ao ouro e, portanto, à denominada “economia real” (SOKOL, 2007: 185).

O que é entendido como pacto de Bretton Woods, ou pacto keynesiano, também instituiria os organismos multilaterais Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, com atribuições destinadas à regulação do sistema monetário internacional. Tal saída para a crise do pós-guerra incrementaria as apostas nos círculos econômicos e políticos das teses do “superimperialismo”, ligadas à perspectiva de Karl Kautsky ([1914] 2012), inclusive com a possibilidade de crescimento, e mesmo da industrialização, nos países da periferia do capitalismo. Apostas à maneira de Kautsky, reiteradas logo após declínio do império soviético, em seguida negadas pela história recente, especialmente em vista da reação norte-americana aos ataques do 11/09 (HARVEY, 2005).

Na Europa e nos EUA, o que é entendido por muitos como “capitalismo domesticado” proporcionaria a emergência de formas de Estado de Bem-Estar Social, com acordos entre capital e trabalho proporcionando ganhos reais aos trabalhadores. Entretanto, como reconhece

Mello (1997: 19), Bretton Woods teve resultados “muito aquém do projeto original”, seja do ponto de vista das instituições fundadas para regular o pacto (FMI e Banco Mundial), seja pelos poucos resultados de “sistemas industriais integrados” na periferia (apenas Brasil e Coréia do Sul, sendo que só este último “internalizou as condições básicas para tornar o seu capitalismo dinâmico”).

Segundo Tavares (1997: 31), o sistema monetário projetado nunca funcionou como fora previsto e já nos anos 1970 teria início o seu desmantelamento, cujo marco inicial pode ser localizado na decisão unilateral dos EUA, em 1971, sob o governo Nixon, de romperem com a paridade dólar-ouro. Por sua vez, o primeiro choque do petróleo, em 1973, proporcionaria liquidez ao mercado financeiro internacional e a conformação de uma praça desregulamentada em Londres. Finalmente, em 1979, o choque dos juros nos EUA abriria em definitivo para uma nova fase, mais financeirizada, de acumulação capitalista. Diversos autores (HARVEY, 2005; CHESNAIS, 1996, 2001; TAVARES, 1997) destacam a importância destas três decisões políticas: o fim da conversibilidade dólar-ouro em 1971; o 1º choque do petróleo em 1973; e a decisão do governo dos Estados Unidos de subir drasticamente a taxa de juros em 1979.

Conforme Souza (2014), retomando estudos de Chesnais (1996, 2001), a ruptura do padrão dólar-ouro abriu caminho para as medidas de liberalização e desregulamentação financeiras a partir de 1979. O primeiro choque do petróleo e a liquidez produzida (petrodólares) serviriam ao financiamento de políticas econômicas na periferia do sistema, ao passo que o choque dos juros nos EUA promoveu o afluxo de capitais de todo o mundo para a referida potência, devido à conjuntura de incertezas e desaceleração econômica mundial. No caso dos países devedores da periferia, a crise da dívida externa dos anos 1980 promoveria uma verdadeira inversão no fluxo de capital em direção ao centro capitalista: “(...) Entre 1980 e 1983, houve primeiro uma diminuição brutal das entradas líquidas de créditos privados para os países em desenvolvimento (...). Depois, a partir de 1984, o fluxo simplesmente passou a correr em sentido contrário” (CHESNAIS, 1996: 256, apud SOUZA, 2014: 137).

Para os países endividados da periferia, as consequências dessas mudanças serão os ajustes estruturais (recessivos) impostos em meio à crise da dívida da primeira metade dos anos 1980, seguidos das reformas neoliberais do final da década e dos anos 1990. Entretanto, vale salientar o veredito de um Tribunal Internacional, construído por organizações populares e realizado em 1989, em Lima (Peru), cuja declaração final é emblemática: “Contrariamente ao que afirma o FMI, a dívida não tem origem no 'excesso de consumo' dos povos do

chamado Terceiro Mundo. A dívida origina-se da procura constante do capital financeiro pela realização do lucro” (GLUCKENSTEIN; CISE, 2011: 32). O que Fishlow já havia indicado, no final dos anos 1970:

Dois mecanismos de ajustamentos alternativos poderiam ter acomodado o domínio das reservas internacionais repentino e sem precedentes por parte dos países produtores de petróleo. Um deles seria uma redução na atividade econômica global suficiente para apagar o excedente ou parte considerável dele. O outro seria a intermediação financeira - o redirecionamento do poder de compra por meio do empréstimo do excedente para países preparados para usar o comércio exterior para importações imediatas. O último recurso de ação cria, inevitavelmente, uma dívida crescente; mas também corresponde a níveis de comércio mais altos e uma fonte do país em déficit pede exportações dos países com excedentes. A dívida dos países em desenvolvimento depois de 1974 era, portanto, uma consequência necessária para sustentar a atividade econômica global (FISHLOW, 1978, p. 37; apud SOUZA, 2015: 553).

Enfim, o processo de contínuo endividamento das nações mais pobres é parte constitutiva do processo de acumulação capitalista em escala mundial. Mesmo assim, vale ressaltar que há diferenças entre o “capitalismo de rapina” (HARVEY, 2005) que avançou neste início de século e as formas anteriores do pós-guerra, como defende Harvey (2005) e, na mesma linha, Saes (2007), que fala em novíssima dependência¹, a partir da diferenciação entre as formas “velhas” e “novas”.

Conforme Saes (2007), na velha dependência (até pelo menos os anos 1930), os países periféricos latino-americanos cumpriam a função de exportadores de matérias-primas para os centros capitalistas, mas havia investimento estrangeiro em infraestrutura física e financiamento do comércio exportador de produtos primários. A nova dependência, a partir dos anos 1950, por sua vez, favoreceria alguma industrialização e modernização social em países da América Latina (avultando a posição do Brasil), ainda que sem deixar de reproduzir a condição subalterna das nações periféricas no sistema-mundo. Já a novíssima dependência, que entra em cena a partir dos anos 1980, seria “muito mais perversa e desalentadora para a periferia do capitalismo” (SAES, 2007, p.159), com o capital imperialista priorizando ganhos fáceis e imediatos ao invés dos novos investimentos produtivos, produzindo fundamentalmente “empobrecimento e pilhagem das economias periféricas, *variando apenas de uma para outra a intensidade do empobrecimento e da pilhagem, em função do grau de resistência local*” (SAES, 2007, p. 161, grifo nosso).

É, sobretudo, esta última dimensão (grifada) que desejamos resgatar nesta dissertação; numa palavra, as resistências locais podem impor limites à rapina a partir de reformas,

¹ Vale notar que Harvey (2005) também fala em novíssimo imperialismo.

impondo freios à face destrutiva da lógica da acumulação via espoliação (HARVEY, 2005). Sob essa ótica, o histórico recente de lutas sociais em um país deveras pobre e explorado como a Bolívia é entusiasmante, ainda que os resultados sejam, para muitos analistas, mais capitalismo e, portanto, mais rapina. O que importa destacar é que a história demonstra que o processo de desenvolvimento capitalista não é linearmente progressista e nem socializado globalmente, sobretudo quando visto à escala dos Estados-Nação; sobressaem-se as desigualdades, as diferenças, os processos progressivos e regressivos, impostos desde fora do território e reproduzidos localmente.

Essas desigualdades no desenvolvimento foram largamente explicadas por teóricos das diversas áreas das ciências humanas. Aqui pretendemos oferecer uma perspectiva geográfica ao problema, reforçando conceitos e categorias desse campo que escolhemos operar, a partir, sobretudo, das contribuições do geógrafo britânico David Harvey, cujas ideias centrais a serem retomadas analisaremos a seguir.

I.1. O Desenvolvimento Geográfico Desigual

A desigualdade na produção de espaços está presente na obra dos geógrafos regionalistas franceses, alemães e ingleses do século XIX, desde a perspectiva da naturalização do desenvolvimento econômico pelas condições “naturais”. É nos ingleses, especificamente em Mackinder, que um sentido mais naturalizador do desenvolvimento prospera. Representante da geografia comercial, Mackinder defendia que as causas do imperialismo repousavam nas condições naturais e, com essa afirmação, procurou subsidiar/justificar o imperialismo inglês (SMITH, 1988; COSTA, 1992).

De modo distinto, entendemos que como ponto de mutação fundamental do desenvolvimento capitalista destacam-se os avanços no setor de transportes e de comunicação, que garantem os pressupostos necessários para o desenvolvimento retardatário em países dependentes, segundo o modelo dos Estados europeus do início do século XX (TROTSKY, 2012). Com resultados evidentemente distintos entre o desenvolvimento dos países pioneiros e os retardatários, consideramos que o surgimento do capitalismo e o desenvolvimento dos sistemas de transportes é definitivo tanto à emancipação do homem em relação à natureza como à transformação das desigualdades em algo nada natural, e sim mantidas e reproduzidas pelo sistema capitalista mundial (SMITH, 1988: 157).

Desse modo, optamos por compreensões teóricas que desnaturalizam o desenvolvimento ou a desigualdade do acesso às etapas posteriores e superiores de

desenvolvimento. Entendemos que a desigualdade na produção do espaço está intrinsecamente ligada às relações sociais capital-capital, na produção do Espaço, e capital-trabalho, no Território; e daí deriva a desigualdade.

A análise da realidade à luz da noção de desigualdade do capitalismo é atribuída sobremaneira ao marxismo, desde Marx, Engels, Lênin² e Trotsky³, que são pioneiros em apontar a manutenção das desigualdades entre os países como resultado da acumulação capitalista desigual e da subordinação da periferia, no espaço e no tempo, pelo centro. Os autores também se notabilizaram pela militância por um decisivo combate, via luta de classes, às relações de dominação capitalistas, em dimensões nacional e internacional.

Já como um desdobramento da noção marxista de desenvolvimento desigual, no terreno da Geografia, David Harvey fornece-nos as categorias principais para realização das discussões acerca do desenvolvimento geográfico desigual da Bolívia, sob a lógica do capitalismo global em suas múltiplas escalas, de modo que nos parece bastante produtiva essa teoria para o campo da Geografia e do marxismo. E é, sobretudo, a partir da obra de David Harvey, exposta a seguir, que nos empenharemos em observar os acontecimentos recentes (com o cerne entre 2000 e 2010) na Bolívia.

David Harvey busca construir sua teoria do desenvolvimento geográfico desigual a partir da década de 1970 (HARVEY, 2013), procurando analisar a dinâmica da acumulação capitalista no espaço, refletindo sobre os anos dourados do capitalismo e sobre as mudanças promovidas pelo fim da Guerra Fria, especialmente a partir da crise do petróleo. Após esse período “benevolente”, Harvey ([1993] 2008) analisa também as mudanças culturais do fim

2 Como escreveu Callinicos (2014): “A concentração e centralização do capital que Marx identifica em *O Capital*, volume 1, como uma das principais tendências emergindo do processo de acumulação capitalista, conduziu, no início do século XX, à interseção entre concorrência econômica e geopolítica. Capitais, cada vez maiores em escala e operando internacionalmente, passaram a depender do auxílio de seus Estados-Nação para defender seus interesses (...). Assim, de uma perspectiva marxista, o imperialismo moderno é um *sistema* de concorrência e rivalidade intercapitalista. A contribuição-chave de Lênin para a teoria foi o conceito de desenvolvimento desigual. O capitalismo não cresce de modo uniforme: alguns Estados e regiões saltam à frente; outros ficam para trás. Essa desigualdade define a hierarquia de poder no mundo”.

3 Leon Trotsky [1879-1940] (1977) desenvolve a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado (TDDC) ao dedicar-se à análise do desenvolvimento na Rússia e à revolução bolchevique, abordando a apropriação da natureza no desenvolvimento capitalista como a *combinação* a um só tempo de uma amálgama de etapas, entre a luta política de classes e o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no território. De acordo com a TDDC, seria possível aos países atrasados, como no caso da Rússia czarista, adentrar às formas capitalistas de produção combinando configurações pré-capitalistas às formas mais avançadas, proporcionadas pelos países centrais a fim de explorá-los. Essa formulação está no centro da Revolução Permanente defendida por Trotsky (2007b) – que decorre da TDDC –, a partir da combinação de tarefas democráticas com outras, mais avançadas, de tomada de poder pelo proletariado.

do século XX, vendo surgir uma *Condição pós-moderna* após a derrubada do Muro de Berlim e o desmonte do mercado regulado com a quebra da paridade ouro-dólar. Além disso, temos ainda nesse período os governos Reagan e Thatcher destruindo as conquistas dos trabalhadores e impondo ao mundo uma “nova” lógica.

O geógrafo britânico vivenciou e escreveu à luz dos acontecimentos que marcaram a história recente, como o atentado de 11 de setembro de 2001 e a retomada, nos EUA, de uma economia de guerra contra o “terrorismo”, além da crise de 2008, abalando os mercados do mundo todo. E são os acontecimentos históricos que, para Harvey (2007), determinam as necessidades conjunturais que exigem uma teoria *unificada* do desenvolvimento desigual, reafirmado neste início de século, a despeito das promessas que acompanharam os debates em torno da denominada globalização.

A volatilidade das fortunas [...] a convergência ao bem-estar [que] não ocorreu e as desigualdades geográficas, tanto quanto as sociais, dentro do mundo capitalista, parecem ter se incrementado [...]. A promessa da redução da pobreza, a partir do livre comércio, [...] não se materializou. As degradações do ambiente e os deslocamentos sociais também têm sido distribuídos desigualmente (HARVEY, 2007: 18, tradução nossa).

O autor defende a necessidade política e a urgência no desenvolvimento de uma concepção do desenvolvimento geográfico desigual, objetivando a construção de uma teoria “unificada”, que contemple os mecanismos do imperialismo que se valem da **lógica do capital** e também de uma **lógica territorial** de dominação. O autor reconhece incorporar as noções de Giovanni Arrighi, em *O Longo Século XX*, salientando a relação de contradição e complementaridade entre a lógica do Estado, propriamente territorial, e a lógica do capital (da acumulação privada). É certo que a ideia de complementaridade entre as duas lógicas tende a predominar nas considerações do autor acerca da acumulação por espoliação, no contexto do novo imperialismo, mas o fator contradição é bastante salientado e, claro, relacionado à luta de classes em âmbito territorial:

Com a primeira expressão desejo acentuar as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por um Estado (ou por algum conjunto de Estados que funcionam como bloco de poder político) em sua luta para afirmar seus interesses e realizar suas metas no mundo mais amplo. Com a última expressão, concentro-me nas maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais (tais como Estados ou blocos regionais de poder) ou em afastamento delas mediante as práticas cotidianas da produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transferência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e assim por diante (HARVEY, 2005: 31-32).

Desse modo, num plano maior opera a relação de complementaridade e contradição entre as duas lógicas; noutra, a sua relação com a dimensão local, dos espaços locais de exploração e reação. Para a estrutura de sua teoria, Harvey (2007) mescla interpretações historicistas, construtivistas, ambientalistas e geopolíticas da realidade, baseadas na seguinte estrutura:

- 1) A conexão material dos processos de acumulação do capital à rede socioecológica da vida [*the web of socio-ecological life*].
- 2) A acumulação por despossessão (...).
- 3) A característica quase legal [*law-like*] da acumulação de capital no tempo e no espaço.
- 4) A luta de classes políticas e sociais em uma variedade de escalas geográficas (HARVEY, 2007:21, tradução nossa).

Antes de dar atenção aos elementos da estrutura proposta por Harvey, vale explicar que eles descendem do processo de desenvolvimento do capitalismo no espaço. Para o autor, capital e trabalho procuram as melhores condições para se reproduzirem, ou seja, o capitalismo desenvolve-se em um ambiente geográfico variado, que abarca grande diversidade de natureza, e na produtividade do trabalho (HARVEY, 2013: 526). Assim, as diferenças históricas e geográficas não são meros resultados do atraso do desenvolvimento, mas aspectos ativos e constitutivos do capitalismo, construídos em meio aos processos próprios de desenvolvimento desse modo de produção (HARVEY, 2013: 527). A construção diferencial de lugar para lugar, para Harvey (2013), deve-se sobretudo à tendência de sobreacumulação do capital, que empurra os capitalistas para a busca de mercados para além de suas fronteiras, exportando os excedentes de sua produção que não encontram nem demanda efetiva nem possibilidade de reprodução nos seus territórios de origem. Foi a partir dessa necessidade de empreendimento para o capital que o autor procurou definir - em 1980, na obra *Os Limites do Capital* - o que chamaria de desenvolvimento geográfico desigual:

(...) O desenvolvimento da economia de espaço do capitalismo está cercado de tendências contrapostas e contraditórias. As barreiras espaciais e as distinções regionais precisam ser derrubadas. Mas os meios para atingir esses objetivos envolvem a produção de novas diferenciações geográficas que criam novas barreiras espaciais a serem superadas. A organização geográfica do capitalismo internaliza as contradições dentro da forma de valor. É isso que quer dizer o conceito do inevitável desenvolvimento desigual do capitalismo. (HARVEY, 2013: 528).

Dito isso, retomamos os elementos da estrutura proposta pelo autor, que se referem às escalas geográficas do desenvolvimento e da circulação do capital, a começar pela conexão da acumulação de capital com a “rede socioecológica da vida” – que ocorre na escala da

natureza, das relações básicas de produção da sobrevivência, dos recursos naturais. Em outro texto, Harvey (2011) delimita claramente que a escala da natureza, dos recursos naturais e também da relação sociedade-natureza – e, portanto, da “rede socioecológica da vida” – é o *local* (HARVEY, 2007).

Mas, apesar do jargão holístico (*the web of socio-ecological life*) – que flerta com as formulações de Fritjof Capra, *The Web of Life* e que também aparenta ecologismo (valorizando o local) –, Harvey tem uma postura *materialista* com relação à natureza. Em um de seus livros mais recentes (HARVEY, 2011: 67), reconhece a inexistência de natureza intocada, ou seja, de um *local* que não tenha passado pela produção da humanidade. E vai além, reconhecendo que o foco dado ao problema da natureza desvia a atenção das massas da contradição fundamental no capitalismo, que é contradição de classe, cuja superação demanda a postura anticapitalista, nem sempre identificável em movimentos ambientalistas ligados à defesa da natureza em dimensão local (HARVEY, 2011: 70).

A mobilização da sociedade em torno do ambientalismo, diz Harvey (2007), nem sempre converge com outras formas de movimentos sociais, ainda que variem pelas diferentes condições que surgem e apresentem alguma contrariedade às dinâmicas do livre mercado da acumulação de capital. Não estão ligadas necessariamente ao sentido clássico da “luta de classes” (HARVEY, 2007: 52). Desse modo, ele conclui que movimentos ambientalistas não estão necessariamente ligados à luta pela superação da exploração do homem pelo homem na sociedade de classes, já que barreiras ambientais podem ser contornadas sem transformar a sociedade de classes.

A geografia histórica do capitalismo, no entanto, foi marcada por uma fluidez e flexibilidade incriveis no que diz respeito à relação com a natureza juntamente com amplas consequências inesperadas (boas e más, a partir da perspectiva da saúde humana). Por isso, seria falso afirmar que existem limites absolutos em nossa relação metabólica com a natureza que não podem, em princípio, ser superados ou ignorados. *Mas isso não significa que as barreiras não sejam, por vezes, graves e que a superação possa ser alcançada sem passar por algum tipo de crise ambiental geral.* (HARVEY, 2011: 69, grifo nosso).

E, de forma a ampliar as escalas e demonstrar a imbricação entre elas, o geógrafo britânico considera que, ainda que os recursos estejam desigualmente distribuídos nas escalas locais – o que delimita certo tipo de desenvolvimento desigual –, recursos como reservas de petróleo, terras de alta produtividade agrícola e grandes rios dependem e são comandados por estratégias geopolíticas superiores à escala local, visando à apropriação desses recursos

(HARVEY, 2007, 2011). O exemplo mais importante é justamente o do controle do petróleo⁴, a partir do qual se multiplicam estratégias globais do militarismo norte-americano para dominar, ainda que pela força, as reservas de petróleo mundiais. Controlar a exploração de petróleo é ter poder sobre a principal fonte de energia mundial e manter de pé o projeto de urbanização baseado nas grandes cidades, na suburbanização, nos grandes deslocamentos; e daí a necessidade de se manter o controle sobre o petróleo (HARVEY, 2011: 69). O autor faz ainda considerações de ordem eminentemente geopolíticas: controlar os recursos petrolíferos como estratégia de manutenção da hegemonia mundial norte-americana e de contenção da ascensão chinesa (HARVEY, 2005).

A estratégia de controle imperialista dos recursos naturais, com a imposição da lógica territorial imperialista (cuja origem é exterior ao território), tem uma importância fundamental nas estratégias de desenvolvimento. O domínio do capital financeiro – elemento central na definição do imperialismo, especialmente em Lênin, Hilferding e Hobson – promove atualmente a especulação sobre derivativos, que faz subir o preço do petróleo e com isso torna rentável investir em poços marginais e novos recursos, de custos mais elevados que os anteriores. São os chamados “picos produzidos” pelos especuladores que possuem uma renda monopolista do petróleo mundial (HARVEY, 2011: 74), a partir dos quais se promove a exploração de outras fontes de energia, como o gás natural ou o pré-sal brasileiro.

Nessa relação de escalas da sociedade (espaço-global) com a natureza (local), Harvey (2007) define a imbricação da acumulação por despossessão (ou via espoliação, como aparece em algumas traduções) à rede da vida. Enquanto a rede da vida seria a natureza pautada em valores de uso, a acumulação por despossessão, por sua vez, reproduziria mecanismos de exploração similares aos da fase da chamada acumulação primitiva estudada por Marx. E, como não se poderia chamar de primitivo o que continua em voga, o autor fala em acumulação por despossessão ou via espoliação como a “condição necessária para a sobrevivência do capitalismo”, a transformar aqueles valores de uso, imbricados à ‘rede da vida’, em valores de troca.

A acumulação por despossessão diz respeito fundamentalmente à apropriação dos excedentes naturais e dos excedentes produzidos, segundo Harvey (2005), fora da acumulação capitalista, portanto naquilo que contraditoriamente define como “rede socioecológica da vida” (HARVEY, 2007: 33). O autor retoma, de Rosa Luxemburgo, a dinâmica do “fora-dentro”, sendo o processo que leva à *necessidade do de fora*, como aponta Harvey (2005,

⁴ Esse exemplo, inclusive, abre o livro *O Novo Imperialismo* (HARVEY, 2005) e é retomado em *O Enigma do Capital* (HARVEY, 2011), obra na qual analisa a crise recente do capitalismo.

2007, 2011), determinado pela tendência à sobreacumulação do capital e produção de excedente, que precisa encontrar formas de utilização/valorização. Ou seja, o crescimento e a expansão dos capitais não encontram no país de origem condições de reprodução; daí a necessidade de outros mercados ou fontes de valorização (HARVEY, 2005: 116; 2011: 30).

Para Harvey (2005), a sobreacumulação ocorre devido à busca pelo crescimento ininterrupto da taxa de lucro ao nível “saudável” de 3% ao ano, como querem os investidores, nível que se incompatibiliza com a limitação espacial dos mercados capitalistas existentes. Isso torna necessário ao capital excedente a exploração de novos territórios para seus investimentos e daí a acumulação via espoliação. O capitalismo sobrevive não apenas por meio de uma série de investimentos de longo prazo (ordenações espaço-temporais), que absorvem os excedentes de maneiras produtivas e construtivas, mas também por meio da desvalorização e da destruição administradas, muitas vezes como remédio corretivo daquilo que é em geral descrito como o descontrole fiscal dos países dependentes que contraem empréstimos, o que pode ser entendido como primado da **lógica do capital sobre a lógica territorial-estatal** (HARVEY, 2005: 113).

Em síntese, a acumulação por despossessão implica a necessidade de elementos externos para a estabilização precária do capitalismo, a partir da introdução de comunidades não predominantemente capitalistas (como camponeses) à lógica do capital, e formas variadas de espoliação de bens públicos pelos detentores do capital.

À medida que mais e mais excedente criado ontem é convertido em capital novo hoje, mais e mais dinheiro investido hoje vem dos lucros obtidos ontem. Isso poderia levar a pensar que a acumulação violenta praticada em tempos anteriores é redundante. Mas a “acumulação por despossessão” continua a desempenhar um papel na reunião do poder do dinheiro inicial. Meios tanto legais quanto ilegais – como violência, criminalidade, fraude e práticas predatórias do tipo das que foram descobertas nos últimos tempos no mercado de hipotecas *subprime* ou de forma ainda mais significativa no comércio de drogas – são implementados. Os meios legais incluem a privatização do que antes era considerado como recursos de propriedade comum (como a água e a educação), o uso do poder público para apreender bens, as práticas generalizadas de aquisições, as fusões e outros (...). (HARVEY, 2011: 48)

Portanto, trata-se de estabelecer outros meios de acumulação – que não aqueles da reprodução expandida –, o que ocorre, segundo Harvey (2005: 114), a partir de uma aliança entre o Estado e os poderes predatórios do capital financeiro e seus representantes institucionais (FMI, Banco Mundial, etc.), formando um “capitalismo de rapina” que realiza práticas canibais e de desvalorizações forçadas, conformando o que o geógrafo britânico denominou acumulação via despossessão, conceitualmente próximo do que Rosa

Luxemburgo (1985 apud HARVEY, 2005) considerava como sendo a continuidade da acumulação primitiva, ou das formas postas em prática na fase da acumulação primitiva – formas brutais de apropriação e inserção no mundo da mercadoria de setores até então não inseridos.

Todavia, a perspectiva da autora está ligada à problemática do subconsumo, que em larga medida forçaria os países a uma agenda imperialista. Já Harvey considera impossível falar de subconsumo hoje, preferindo relacionar imperialismo à tendência para a sobreacumulação; mas acompanha Luxemburgo e Arendt no que tange à necessidade do *elemento externo* ao capitalismo, necessário à acumulação capitalista em escala global. O capitalismo precisa ter algo “fora de si” para utilizar como reserva à sua crise, fazendo alusão ao exército de reserva de Marx como exemplo (HARVEY, 2005: 118) e apontando que, se necessário, o capitalismo os colocaria para “fora”.

Com isso abre uma “reticência de Marx” (HARVEY, 2005: 120), por identificar que tal autor anotou que a acumulação baseada nas atividades predatórias, fraudulentas e violentas pertencia a uma fase correspondente à pré-história do capitalismo, ao seu ponto de partida. E lista que a acumulação contínua por meios fraudulentos e violentos ainda ocorre por meio da mercadificação de terras, privatização dos recursos naturais (como a água), expulsão violenta de populações, supressão de direitos, mercadificação da força de trabalho (sic), supressão de formas autóctones de produção e consumo, bem como a dívida nacional e, em última análise, o sistema de crédito (HARVEY, 2005: 121). Esses mecanismos fariam com que fossem liberados no mercado ativos desvalorizados, permitindo ao capital sobreacumulado apossar-se deles e reinseri-los de forma lucrativa no mercado (HARVEY, 2005: 124).

As crises seriam formas de desvalorizar os ativos para fazê-los retornar aos capitais sobreacumulados – leia-se, concentrados –, retornando, como querem os banqueiros representados por Andrew Mellon, aos “legítimos proprietários”. Por sua vez, em oposição ao que havia de progressivo no capitalismo, a acumulação por despossessão potencialmente destrói o caminho anteriormente construído, nos anos de capitalismo keynesiano do pós-guerra, e os acordos entre capital e trabalho para o desenvolvimento do capitalismo, fazendo retroceder os ganhos sociais anteriores. Para Harvey (2005: 135), seria essa agenda das práticas imperialistas contemporâneas um processo diferente da reprodução expandida do capital – marcada por investimentos diretos nos espaços periféricos e alguma conquista de direitos sociais –, uma vez que a despossessão não corresponde à formação de capitais produtivos, mas prevê a privatização das empresas públicas e retirada de direitos.

De nossa parte, reconhecemos a importância de indicar a ação do imperialismo (e seus organismos OMC, FMI, Banco Mundial) na destruição e desvalorização de ativos em países da periferia do capitalismo, mas nos parece pouco produtivo retomar a ideia de expedientes da fase de acumulação primitiva, destacando regiões, povos e recursos naturais como externos ao capitalismo. Faz supor que, como estão “fora do capitalismo”, esses setores, territórios e povos primeiro devem ser “inseridos” para que adiante conquistem um grau de democracia, desenvolvimento e direitos capazes de *regular* o capitalismo. Essa perspectiva pode conduzir à ideia da história como eterna repetição de si mesma, enfraquecendo sua dimensão igualmente progressista/revolucionária; ou seja, mais que repetição, a história deve ser entendida igualmente como eivada de avanços, ainda que em meio a muitos retrocessos, o que Harvey reconhece.

Ao lado do expediente da acumulação por despossessão, Harvey considera que a agenda do capital excedente do centro do capitalismo promove investimentos produtivos de longo prazo, aos quais nomina **Ordenações Espaço-Temporais** (OET). Trata-se das estratégias de manutenção do capitalismo que vêm sendo estudadas por diferentes teóricos e que poderiam ser resumidas na necessidade de ampliação do seu espaço de dominação. O sociólogo Henri Lefebvre vai chamar esse processo de “produção do espaço” e, antes dele, Rosa Luxemburgo e Lênin haviam identificado na política imperialista a raiz do “enigma”, ou seja, a tendência da dominação de espaços pelas potências. Harvey (2005: 77) entende que há a necessidade contínua de novas *ordenações espaço-temporais* para resolver as contradições internas da acumulação do capital, impondo uma lógica de domínio territorial, concebendo a expansão geográfica e a reorganização espacial como meios para a absorção do capital excedente, de forma a contornar a tendência às crises inerentes ao capitalismo.

A formação de ordenações espaço-temporais na lógica territorial guarda, indubitavelmente, relação com a formação e ação do Estado. Para Harvey (2005: 79), o Estado está “em associação com o surgimento da constitucionalidade burguesa” e carrega em si “características cruciais da longa geografia histórica do capitalismo”, o que faz dele um Estado de classe, que serve – enquanto Estado capitalista – também à lógica capitalista de poder; mas esta não se limita ao Estado. As ordenações possíveis podem assumir formas “perversas” (HARVEY, 2005: 80), ilegais, como tráfico de drogas, de armas, pessoas, formando cartéis, máfias, etc. Assim, “os processos moleculares de acumulação do capital” criam formas à margem da legalidade (*law-like*), “suas próprias redes e estruturas de operação no espaço (...) independentes das estruturas de poder do Estado” (HARVEY, 2005: 80). No

entanto, vale notar que o ambiente preferido para o capitalismo é a manutenção de um bom clima de negócios, com Estados que garantam regras contratuais, assim como estruturas de regulação de conflitos entre as classes e mecanismos de arbitragem entre as reivindicações de diferentes facções do capital (HARVEY, 2005: 80).

Cabe mencionar ainda que, como parte das práticas imperialistas, desde 1980, foi identificada por Brenner (apud HARVEY, 2005) no eixo econômico hegemônico – a troika EUA, Japão e Europa - uma sobrecapacidade generalizada, que proliferou ordenações espaço-temporais nos países considerados “em desenvolvimento”. Na América Latina, essas relações (entre regionalidades) foram registradas, em particular, no México, no Brasil e no Chile, mas também, como veremos, na Bolívia, com o efeito de reduzir temporariamente os períodos da sobreacumulação (HARVEY, 2005: 103). Essa saída temporária, de acordo com Harvey (2005: 103), foi construída pelo complexo Wall Street-Tesouro-FMI para privilegiar o capital financeiro, Wall Street e a economia dos EUA.

Para a análise que nos propomos – que tem como uma das ideias-chave a de ordenações espaço-temporais – deve-se considerar com elevado grau de importância a dialética interna, pois as relações entre classes e o estado da *luta de classes* no território afetam claramente o ímpeto de instaurar novas ordenações espaço-temporais (HARVEY, 2005: 106). E é à análise da luta de classes em Harvey (2005, 2007, 2011) que nos dedicamos a seguir.

A mobilização social é entendida por Harvey (2007) à luz das políticas e das lutas sociais empreendidas pelas organizações territoriais de classes, pois, afinal, a sociedade não é estática. O autor apreende como lutas sociais, ou **lutas de classes** (no plural), a sociedade em movimento em diversas escalas, relacionadas às dinâmicas do desenvolvimento desigual: os conflitos intercapitalistas, a formação de alianças de classe na disputa por vantagens competitivas via influência sobre o Estado e a luta entre classes antagônicas.

Na geografia histórica do capitalismo, desde o espaço relativo, as “fontes locais de poder” dos países atrasados foram enfraquecidas pela técnica, a começar pela máquina a vapor (HARVEY, 2007: 52), criando-se a dependência em relação às economias centrais em um período superior de desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento capitalista nos países atrasados dá-se por meio de relações de dependência com outras nações. Preponderância, portanto, do Espaço (global) sobre o Território na definição das relações de produção. Ou seja, para Harvey (2007), as classes dominantes locais serão dependentes do desenvolvimento da técnica realizado às escalas superiores, perspectiva de resto presente em inúmeras

perspectivas teóricas, com destaque para a teoria da dependência (no campo marxista e fora dele).

Como componente da luta de classes, o trabalho (assim como a natureza), para Harvey (2011: 59), é invariavelmente local, como organização social territorializada pelos custos de vida determinado em escala reduzida. Para o geógrafo britânico, os custos de vida variam de acordo com o local, pelo valor da força de trabalho e de acordo com o comércio (local). Assim, a militância do movimento dos trabalhadores varia de acordo com os locais, muitas vezes, inclusive, de uma unidade produtiva para outra (HARVEY, 2011: 59). Harvey (2011: 59) argumenta ainda pela escala local que, existindo força de trabalho excedente em amplos espaços do globo, os capitais apresentam uma tendência a se direcionar aos locais onde o nível de luta de classes é menor, e que esse processo seria uma “onda de acumulação primitiva” (ou acumulação por despossessão) fruto de uma “vantagem poderosa para o capital”, a de excedentes de mão de obra barata ao redor do mundo. No entanto, essas definições, em especial a da agenda da acumulação por despossessão, têm implicações políticas para as lutas de classes, abordadas a seguir.

Nos países de desenvolvimento retardatário, a agenda imperialista seria a de investir em construção de infraestruturas via exportação de capitais (ordenações espaço-temporais), gerando ao mesmo tempo impactos ambientais e apossamento de terras dos povos autóctones (acumulação por despossessão). Ele considera que dessa agenda decorre a luta contra essas práticas, formas de luta que defendem a situação anterior “pré-capitalista” dos povos autóctones contra o processo que, ao fim, poderia ainda ter algo de progressista, ou seja, o desenvolvimento, a industrialização - elementos identificados pelo autor como parte da pauta histórica dos comunistas (HARVEY, 2005: 136-137).

Nessa conjuntura nova da luta dos povos surgem ONGs que têm posicionamento dúbio e financiamento muitas vezes externo, defendendo direitos, mas dificilmente a ruptura com a ordem instituída, exercendo liderança entre diversos movimentos sociais dos mais pobres (HARVEY, 2005: 137-138)⁵. O autor considera ainda que, contraditoriamente, nem todas as lutas contra a espoliação seriam progressistas, do mesmo modo que considera preocupante a homogeneização dos povos em conceitos como o de multidão; mas não deixa

5 Vale ressaltar que Garcia Linera (2011: 10-11), vice-presidente da Bolívia, faz a reflexão de que diversas ONGs na Bolívia operam uma recolonização do pensamento das populações camponesas, indígenas, dos mais pobres, aparelhando movimentos sociais, atuando como braços operativos dos interesses de transnacionais, opondo-se às obras de infraestrutura que seriam reivindicações de movimentos populares e, de igual modo, sendo contra o atendimento das necessidades básicas da população trabalhadora.

de se solidarizar com os movimentos ligados ao Fórum Social Mundial, altermundialistas. Salienta igualmente que o marxismo pode ter se equivocado ao privilegiar as formas de organização da classe trabalhadora em sindicatos operários e partidos políticos, descuidando das formas de luta alternativas, como os denominados novos movimentos sociais. Até porque, na conjuntura pós-crise de 1973, que fez avançar o capital financeiro e a liberalização dos mercados, Harvey analisa que as formas tradicionais de organização do proletariado em toda a América Latina, na Europa e na América do Norte foram enfraquecidas. Desde então os sindicatos e partidos seriam menos bem-sucedidos e violentamente reprimidos (HARVEY, 2005: 140-141).

Numa generalização esquemática, as formas de organização política esquerdista instauradas no período de 1945-1973, quando a reprodução expandida estava na ascendente, eram impróprias ao mundo pós-1973, quando a acumulação por espoliação passou a ocupar o primeiro plano como a contradição primária no âmbito da organização imperialista da acumulação do capital. (HARVEY, 2005: 141).

Milita, a partir dessa posição, para que os movimentos antiglobalização reconheçam que a acumulação via espoliação é a contradição primária a ser enfrentada, mas com a ressalva de que não se pode ignorar a relação dialética com as lutas no plano da reprodução expandida, mormente relacionadas às formas sindicais-partidárias dos movimentos trabalhistas tradicionais (HARVEY, 2005: 144). E, embora as instituições preferidas para a rapina e apropriação imperialista sigam sendo os organismos multilaterais - FMI, OMC, Banco Mundial -, se necessário, recorre-se à força, como no Iraque e em todo o Oriente Médio (HARVEY, 2005: 146-147), expediente cada vez mais posto em prática pelos EUA e similar aos que a Inglaterra realizava ao final do século XIX, sendo o “novo imperialismo”, portanto, nesse sentido, uma revisitação do anterior em tempo e lugar distintos, à diferença do capitalismo/imperialismo dos anos dourados, menos invasivo (HARVEY, 2005: 148).

Alternativamente à prática imperialista de acumulação via espoliação, aposta na ruptura “não catastrófica” do sistema financeiro mundial (HARVEY, 2005: 69), que poderia proporcionar alternativas no sentido do estabelecimento de uma nova regulação do tipo do “New Deal” da Era Roosevelt, de alcance global, liberando a lógica da circulação e da acumulação do capital dos grilhões neoliberais, reforçando o poder dos Estados, intervencionista e redistributivo, em oposição ao poder especulativo financeiro e, assim, “controlando democraticamente o poder avassalador dos oligopólios e monopólios” (HARVEY, 2005: 167- 168).

Harvey reconhece o papel da indústria da guerra para a recuperação da economia

durante o New Deal de Roosevelt e não nega a face imperialista do capitalismo do pós-guerra, mas as diferenças entre esse período e o atual – do capitalismo de rapina – seriam evidentes. Teria se aprofundado o papel da economia de guerra permanente nos EUA, com gasto militar cada vez mais crucial ao dinamismo econômico e à hegemonia mundial. O autor discorre sobre a guerra sem fim no Oriente Médio – Iraque, Afeganistão, o contínuo apoio a Israel, as tentativas com relação ao Irã, a disputa na Ucrânia, e as lutas contra os grupos Boko-Haran e Estado Islâmico –, e também acerca da guerra sem quartel contra as drogas. Outrossim, não é ingênuo de vislumbrar um capitalismo “domesticado”, sem guerras, mas parece apostar, como saída para a crise atual, na “volta de um imperialismo da espécie ‘New Deal’ [supostamente] mais benevolente, de preferência alcançado por meio do tipo de coalização de potências capitalistas que Kautsky concebeu há tanto tempo” (HARVEY, 2005: 168).

Em seu posfácio (HARVEY, 2005: 178) de *O Novo Imperialismo*, diz ainda que esse período da história aponta para o final da hegemonia norte-americana, em que os EUA agem mais por fraqueza econômica e política do que por força (aqui fica clara a influência de Arrighi, em *O Longo Século XX*). Considera o declínio iminente e o justifica a partir do declínio do domínio das atividades de pesquisa dos EUA, além do capital produtivo em geral. Crê ainda que a China, os BRICS e a perda de influência na América Latina são elementos que corroboram a possibilidade de declínio dos EUA (HARVEY, 2005: 186), embora o poder e o dinheiro continuem a se concentrar naquele país, como ele mesmo aponta (HARVEY, 2005: 183), em proporções superiores ao resto do mundo.

Enfim, parece que é dessa ótica que os movimentos insurgentes de toda ordem, movimentos antiglobalização, distintos daqueles relacionados à luta de classes convencionais, poderiam ocupar um papel crucial, uma vez que a mudança, no curto/médio prazo, só poderia ser de cunho reformista. A saída, no entanto, é a luta dos trabalhadores que deve determinar e, para nós, ela deseja ir além de supostas regulações.

Em síntese, Harvey (2005; 2007; 2011) apresenta uma leitura do desenvolvimento desigual, que valoriza os aspectos locais, especialmente as *reações* em âmbito local. Essa sobrevalorização do local, ainda que vista como em diálogo com as escalas superiores, é que precisaria ser desnudada, pois, embora haja a apropriação de trabalho e de recursos que são invariavelmente locais – e seja esse o objetivo imediato do que seria a acumulação por despossessão –, é a tutela dos países periféricos pelos países centrais do capitalismo que continua a reger o sistema mundial. Por isso o autor, apesar de valorizar o local como espaço de resistência, destacará sobremaneira sua delimitação por relações determinadas *desde fora*,

simultaneamente, estimulando e obstruindo a capacidade de resistência dos povos em dimensão local.

Essa teoria coloca-se, como citado antes em meio à explanação sobre a estrutura da teoria de Harvey, a partir de duas lógicas ou formas de dominação e subordinação da periferia pelo centro do capitalismo; são elas: a **lógica do capital** e a **lógica territorial**. Como descreveremos a seguir, são categorias-conceito que abarcam, dividem e justapõem-se aos demais descritos.

I.2. Lógicas capitalista e territorial de poder

Como dito anteriormente, para Harvey (2005, 2007, 2011) há duas lógicas que ora convergem e ora se diferenciam; são elas a lógica do capital e a lógica territorial. A lógica do capital define-se, sobretudo, pela fluidez do capital através de um espaço contínuo que desconsidera os territórios, a partir do livre mercado nas “práticas cotidianas de produção, mercado, comércio, fluxo do capital, transferências monetárias, migração, transferência de tecnologia, especulação financeira, fluxos de informação” (HARVEY, 2007: 46). Por outro lado, a lógica territorial refere-se à administração direta do território (HARVEY, 2011: 36), é porosa, é informal, pela formação de uma regionalidade, mas ao mesmo tempo é identificável (HARVEY, 2007: 89), fixada no espaço e referida ao poder exercido pelo Estado (HARVEY, 2007: 46; 2011: 36).

Nessas lógicas há uma diferença de escalas de atuação: enquanto o capital opera mais em um espaço-tempo contínuo (Espaço Relativo), o político-territorial atuará em um espaço determinado (Espaço Absoluto), que são as fronteiras das entidades territoriais (HARVEY, 2007: 46). As duas lógicas nem sempre convergem. Para o autor, é equivocado tomar a relação entre elas como eminentemente complementares; nas crises de sobreacumulação, por exemplo, podem conflitar. Nesse exemplo a necessidade seria, para a lógica capitalista, manter os mercados abertos; no entanto, para o país que detém o controle territorial dos mercados, pode ser mais interessante mantê-los sob os seus cuidados, se necessário contendo o desenvolvimento sob a lógica do capital. Desse modo é que a lógica territorial de poder frustra e coloca em crise a lógica capitalista (HARVEY, 2005: 117).

Por sua vez, o desenvolvimento no território dá origem às paisagens geográficas, que são fruto de configurações relativamente estáveis, que produzem uma coerência, nos termos das *ordenações espaço-temporais* (HARVEY, 2005: 88). Essas configurações, conceituadas pelo termo “região”, que produzem fronteiras, diferenciações no espaço, que são, na maioria

das vezes, porosas, mas estruturadas e com coerência territorial suficiente para ser caracterizada com relação às demais áreas, independente da escala (HARVEY, 2005: 89). A formação dessas regionalidades, para Harvey (2005: 89), segundo a lógica territorial de poder, está ligada de forma “necessária” e “inevitável” à acumulação do capital e, por conseguinte, as alianças resultantes - por exemplo, para a construção de capital fixo incorporado à terra - são fundamentais para o funcionamento do capitalismo. No entanto esses processos de formação de regionalidades, para Harvey (2005: 90), não estão *necessariamente* relacionados à política de Estado (*desde cima*) ou com práticas imperialistas (*desde fora*). Com isso aponta (1) que há interesses de grupos internos capazes de produzir coalizões de interesses regionais e que (2) o Estado não é inocente ou passivo nesses processos e sua atuação pode se dar sem que o seja a partir de uma política deliberadamente imperialista ou mesmo em contraposição a ela (HARVEY, 2005: 91).

No entanto a lógica territorial não se resume às relações internas ao território nacional, e Harvey (2005: 92) aponta para a formação de estruturas supra-estatais, como a União Europeia, ALCA, o NAFTA, ou o MERCOSUL, como estratégias de sobrevivência ou fortalecimento dos blocos de capitais/países, ainda que se preocupe, efetivamente, com “o que acontece aos capitais excedentes” nessa escala, tendo em vista a pressão do capital imperialista (HARVEY, 2005: 92). As práticas imperialistas, por sua vez, produzem conflitos geopolíticos que têm ligação molecular com os processos de acumulação de capital, que faz o poder político do Estado e as estratégias de sobrevivência/fortalecimento facilmente solaparem (HARVEY, 2005: 93).

Em síntese, Harvey (2005: 31) concebe o imperialismo capitalista à luz da fusão contraditória entre “a política de Estado e do império”, relacionadas às políticas de dominação territorial (estratégias políticas, diplomáticas e militares), e o fluxo do poder econômico, em que se destaca o espaço-tempo difuso e contínuo, em que atua o capital, com primazia.

O capitalista opera no espaço e no tempo contínuos, enquanto o político opera num espaço territorializado e, ao menos nas democracias, no âmbito de uma temporalidade ditada por um ciclo eleitoral. Por outro lado, as empresas capitalistas vêm e vão, mudam de localização, fundem-se entre si ou encerram as operações, mas os Estados são entidade de vida longa, não podem migrar e, exceto em circunstâncias excepcionais de conquista geográfica, estão confinados a fronteiras territoriais fixas. (HARVEY, 2005: 32).

De acordo com o autor, no imperialismo capitalista preponderaria a lógica capitalista, no sentido de certa desimportância da dominação de territórios (anexações), o que se acentuaria com a financeirização; porém, contraditoriamente, o *Novo Imperialismo* fez

retornar a dominação territorial, combinada à lógica capitalista por excelência e identificada ao capitalismo de rapina, em “uma aliança diabólica entre os poderes do Estado e os aspectos predatórios do capital financeiro” (HARVEY, 2005: 114).

Finalmente, se analiticamente conserva a distinção entre as lógicas do capital e a territorial-estatal, a fusão, embora contraditória, entre as duas lógicas é entendida por Harvey (2011: 47) como nexos Estado-Finanças, concretamente enfraquecendo a diferenciação analítica, tendo em vista a existência de estruturas de governança no Estado, e entre Estados, absolutamente voltadas para a acumulação do capital em suas formas mais predatórias. No rol de atividades que dão a liga entre as lógicas estariam os empréstimos a juros baixos, garantia de ordenações espaço-temporais que permitam a acumulação segura de capital – pela criação de redes geográficas que facilitam o fluxo de capital financeiro global, dando fluidez ao capital excedente -, e o estabelecimento entre as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) de acordos entre governos e técnicos estatais à beira da legalidade (*law-like*) (HARVEY, 2005, 2011).

Em conclusão, esperamos estar claro que a partir das categorias apresentadas discutiremos a acumulação por despossessão sobre o território nacional boliviano, indo da Escala Global/Espaço-Abstrato à dimensão Território/Estado-Nação, discutindo subordinação e reação (HARVEY, 2005; 2011). A intenção é compreender a Bolívia recente desde o método do desenvolvimento geográfico desigual e das categorias acessórias que serão apresentadas ao longo do trabalho, focando na trajetória da luta de classes e do Estado boliviano. No terreno da geografia, interessa analisar a determinação da lógica estatal-territorial pela lógica do capital; essa última impulsiona o movimento do real (baseado no território) de acordo com determinações ditadas na escala do Espaço Relativo/Global, constituindo esse o movimento dialético que aqui se tentará apreender. Para tanto, daremos atenção às condições adversas que compõem esse quadro histórico e geográfico da Bolívia, em que localizamos o povo e o território. Distante de uma compreensão estática dessas condições e fazendo jus ao movimento dos oprimidos, focaremos na resistência, que, em oposição simplesmente à exploração do povo e da nação, forjou-se desde o território para conquistar condições melhores de vida para o povo. A resistência boliviana, por sua vez, combinou elementos de populações indígenas, de camponeses e dos proletários urbanos, formando seu programa de libertação nacional, sua própria lógica territorial.

I.3. Recursos e poder: noções para a crítica da “nacionalização” boliviana

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, demonstrou-se necessária uma teoria capaz de compreender algumas especificidades do processo de poder que envolve os países detentores de recurso naturais. Para tanto, acrescentamos a elaboração do geógrafo Claude Raffestin (1993), que desenvolve a noção de Recursos para uma teoria geográfica do poder, que, em nosso entendimento, bem cabe ao processo de nacionalização vivenciado na Bolívia.

Raffestin (1993: 225) considera que os recursos podem ser descritos pela fórmula $ArM \rightarrow P$, em que o Ator (A) munido de uma Técnica (r) age sobre a Matéria (M), tendo como objetivo o conjunto de propriedades que essa matéria produz, ou seja, o Recurso (P). O autor distingue a matéria, “um dado puro”, do recurso, cuja utilidade é o que efetivamente se objetiva. No caso em voga, a matéria “gás” importa pela sua utilidade de produzir energia, e, de fato, só passou a ser recurso na medida em que foram desenvolvidas formas de explorá-lo econômica e energeticamente, deixando de ser apenas tratado como subproduto da exploração do petróleo.

O conjunto dessas relações é Humano, Político, Espacial e Temporal: Humano, pois só pelo desenvolvimento humano das técnicas (r) é que foi possível tratar as matérias (M) para tornarem-se recursos (P); Político, pois as técnicas (r), por mais que sejam produto coletivo do desenvolvimento da humanidade, o seu acesso é determinado pelo modo de produção, o que torna toda a relação com a matéria, política (RAFFESTIN, 1993: 225); Espacial, pois a matéria (M), como elemento natural, é fixa no espaço, sua localização é fator relevante que após cada movimentação/extração já deixa de ser matéria e passa a ser recurso. Portanto, a matéria é submetida à coerção espacial do local, de onde ela existe como um ator relacionado a ela (AM) (RAFFESTIN, 1993: 239).

A fórmula da produção de recursos é, por fim, também temporal, porque, por maior que seja a liberdade espacial das técnicas (r) – como conjunto de know-how, técnicas e conhecimento de mercado -, elas sofrem coerção temporal com relação ao progresso, tornam-se obsoletas a partir do desenvolvimento de técnicas mais arrojadas com maior rentabilidade (RAFFESTIN, 1993: 240-241). Também esse processo é o de uma relação temporal para o ator que possui a matéria (AM); por maior que seja sua liberdade temporal, em termos da fixidez da matéria e de produção do recurso, essa liberdade é também relativizada pela concentração e distribuição da matéria, pelas cotações de mercado e pelo desenvolvimento/descobrimiento de novas fontes para a mesma finalidade do recurso (P) (RAFFESTIN, 1993: 240).

Essa teoria será retomada no capítulo 5 para analisarmos as medidas do governo de Evo Morales referentes à nacionalização dos hidrocarbonetos, avaliando se houve alteração na relação entre o Estado e as empresas transnacionais envolvidas na extração do gás natural.

II. AS LUTAS POPULARES NA BOLÍVIA NO SÉCULO XX, ENVIDAMENTO ESTATAL E O GASBOL

O processo de *desenvolvimento desigual* é complexo, envolvendo possibilidades concretas de saltos qualitativos no âmbito dos movimentos insurgentes nos territórios da periferia do sistema. Nessa perspectiva, a história que culminou na chegada de Evo Morales ao poder é eivada de elementos relacionados à longa história da Bolívia, dentre os quais as reivindicações de desenvolvimento e soberania nacional, elaboradas no seio do movimento operário e no movimento camponês, ao mesmo tempo e em reação à submissão do Estado boliviano à lógica do capital imposta desde fora.

Discorreremos neste capítulo sobre o processo de construção das estruturas classistas do movimento operário e camponês, que elaboraram um programa nacional e popular contemplando uma lógica territorial emancipatória. Resumiremos essa etapa por considerarmos que, sem o aprendizado político precedente, seria impossível chegar ao resultado que as lutas populares do século XXI conquistaram. Em seguida, abordaremos o aprisionamento do Estado boliviano nas redes da dependência financeira que, como em outros países da periferia, levaria à crise da dívida nos anos 1980 e às reformas neoliberais a partir daí. As medidas de austeridade da década de 1980, acompanhando o processo de desregulamentação que se dava à escala internacional, levariam ao desmonte das medidas desenvolvimentistas que foram conquistadas na década de 1950, quando o capitalismo mantinha-se lastreado à economia real e, portanto, aos investimentos produtivos.

Por fim, discorreremos sobre o Gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL), as vantagens obtidas pela Petrobras com a desregulamentação do setor e os investimentos realizados pela empresa brasileira. São dados que vão, a despeito de seu caráter inicial de despossessão, dar condições para as medidas progressistas que veremos nesse início de século.

II.1. Século XX e o prelúdio da luta boliviana deste início de século

As lutas do século XX, que aqui retrataremos, têm três marcos de maior importância: (1) a Revolução de 1952, que ocorre como desenvolvimento da dimensão nacionalista do final da Guerra do Chaco, após a formação da federação sindical mineira e a elaboração das Teses de Pulacayo, que dariam origem à Central Operária Boliviana (COB); (2) o curto período de desestabilização da ditadura militar, que, na década de 1970, proporcionaria condições aos trabalhadores para construir o mecanismo de democracia direta denominado Assembleia

Popular. Esse período foi marcado também pela ruptura do movimento camponês com a postura governista anteriormente predominante; e (3), por último, trataremos dos efeitos das contrarreformas que, a partir de 1985, têm efeito desmobilizador sobre as estruturas sindicais, sobretudo da COB e dos sindicatos mineiros, embora, como argumentaremos, sejam estes fundamentais para as conquistas deste século.

A conformação da ideia de nação boliviana, de acordo com Zavaleta ([1967] 2009), deu-se por meio da mobilização popular, especialmente após a Guerra do Chaco (1932-1935), quando ficaram evidentes os elementos mais essenciais da formação social boliviana e a luta contra a subordinação imposta *desde fora*:

Nos países como a Bolívia, a nação é, pelo contrário, uma decisão histórica, uma escolha. Isso tem um caráter tão flagrante de luta e de insubordinação que não pode cumprir-se senão mobilizando as massas que contêm, de um modo ou de outro – culturalmente como o campesinato ou nevrálgicamente como o proletariado-, a nação. Por isso não se pode falar em *nacionalismo* na Bolívia sem falar de *mobilização das massas* (...). (ZAVALETA, 2009 [1967]: 46, tradução nossa)

A guerra envolveu Paraguai e Bolívia entre 1932 e 1935, numa disputa pelo território do Grande Chaco a sudeste da Bolívia e noroeste do Paraguai. As terras estavam em litígio desde a independência dos países, mas a descoberta de petróleo na região aumentou o interesse de empresas estrangeiras pelo território e fez iniciar o conflito que terminou com a vitória paraguaia. O conflito armado deixou um saldo de 60 mil bolivianos e 30 mil soldados paraguaios mortos.

A guerra e a derrota boliviana levou ao florescimento de ideias nacionalistas que deram origem, nas décadas de 1930 e 1940, a organizações políticas novas, como os partidos trotskistas Partido Operário Revolucionário (POR), de Guillermo Lora, fundado em 1934, e o Partido Socialista Operário da Bolívia (PSOB), de 1940, ligado ao escritor Tristan Marof. Outros partidos que se organizaram nessa época são os seguintes: PIR (Partido de Esquerda Revolucionário), criado em 1940, fruto de grupos de intelectuais pequeno-burgueses e estalinistas; o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), fundado em 1942, partido de centro com características de frente popular (ANDRADE, 2011: 24), cuja figura proeminente e contraditória de Victor Paz Estenssoro viria a ocupar lugar de destaque na política boliviana; e também a anticomunista e fascistoide Falange Socialista Boliviana (FSB), fundada em 1937 (BARROS FILHO, 1980: 148). O surgimento dessas organizações expressava a efervescência política que prepararia o terreno para a Revolução de 1952.

Antes disso, na década de 1920, nas minas de estanho organizavam-se os principais

agentes das mobilizações do século XX: os mineiros. Seu surgimento, enquanto categoria, assim como o sindicato mineiro, foi fruto do desenvolvimento da mineração, que, contraditoriamente, ao modernizar a produção, transformou o “antigo camponês acostumado com a vida pacata dos campos no operário dinâmico e exigente, intempestuoso e extrovertido” (ANDRADE, 2011: 18). O trabalho manual “lento e penoso” bem como o transporte no lombo de lhama seriam substituídos pela eletricidade e pela ferrovia (BARROS FILHO, 1980: 19) e, segundo o padre e educador Gregório Iriarte, “milhares de camponeses, em menos de uma década, trocaram o arado de madeira pela furadora mecânica” (IRIARTE, s/d: s/p, apud BARROS FILHO, 1980: 19).

Ao mesmo tempo as condições de trabalho miseráveis às quais eram submetidos os mineiros – a expectativa de vida de um mineiro em meados do século XX era de 32 anos (GORDON; LUOMA, 2008: 89) – e os baixos impostos cobrados no período permitiram altas taxas de enriquecimento às famílias Patiño, Hothchild e Aramayo, que concentravam 80% da produção do estanho (GORDON; LUOMA, 2008: 89; FUSER, 2011: 81). Nominados de “barões do estanho” ou a “*rosca* mineira”, agiam como uma clássica burguesia de países atrasados, transferindo seus lucros para o exterior (onde estariam mais seguros), até o extremo de transferir a sede das empresas para a Europa e EUA. A concentração da riqueza em mãos de pouquíssimos seria, por sua vez, decisiva à reação e luta dos mineiros até a Revolução de 1952 e posterior nacionalização das minas de estanho.

No período entre a Guerra do Chaco e a Revolução de 1952, fortaleceram-se o conjunto de ideias nacionalistas que dariam suporte à primeira nacionalização do petróleo boliviano, num contexto em que os hidrocarbonetos (principalmente o petróleo) aumentavam sua importância na balança comercial boliviana⁶. Ao final da guerra do Chaco, as Forças Armadas assumiram o poder e, apoiadas por forças e ideais nacionalistas, em 1937, estatizam a indústria petroleira, expulsando a Standard Oil, e criando a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) – ainda que ao custo de 1,7 milhão de dólares em indenização à empresa estrangeira (FUSER, 2011: 82).

Logo em seguida, a Segunda Guerra Mundial impôs à Bolívia *esforços de guerra* com a venda do estanho a preços baixos para os Aliados⁷ e a imposição de maior produtividade, acompanhada da militarização das minas, o que levou à morte de milhares de mineiros, tanto

6 No decorrer da Guerra, a empresa Standard Oil exportou ilegalmente petróleo para os argentinos, desabastecendo o mercado interno e sabotando as Forças Armadas.

7 O mineral extraído do altiplano servirá para produção de latas e armamentos para o EUA e Europa, ficando a cargo da Bolívia o fornecimento de quase a metade do estanho necessário para os esforços bélicos da Segunda Guerra Mundial (Gordon; Luoma, 2008: 89).

pela exaustão quanto pela repressão às mobilizações⁸ (BARROS FILHO, 1980: 24).

Em contrapartida, os mineiros em luta decidiram pela fundação, em 1944, da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), conformando o núcleo moderno do movimento mineiro (ANDRADE, 2011: 21; BARROS FILHO, 1980: 25). E, dois anos mais tarde, sob o impacto da derrubada dramática do governo militar de Villarroel López (1943-1946), os mineiros aprovaram as célebres Teses de Pulacayo, no III Congresso da FSTMB (1946), estabelecendo um programa revolucionário para a Bolívia, que combinava a luta pela democracia à luta revolucionária.

As Teses de Pulacayo defendiam a necessidade imediata do controle operário sobre as minas, exigindo uma nacionalização sob o controle dos trabalhadores, sem indenizações (LORA, 1995). Também reivindicavam a nacionalização das ferrovias, a revolução agrária baseada na aliança dos operários com os camponeses, o voto universal, a dissolução do exército e a formação de milícias de trabalhadores do campo e da cidade (LORA, 1995: 17; BARROS FILHO, 1980: 27-30), além da destacada criação de uma central operária que escapasse à cooptação burguesa, como se lê:

A luta do proletário necessita de um comando único. Necessitamos forjar uma poderosa Central Operária. A história da CSTB [Central Sindical dos Trabalhadores Bolivianos, que capitulou ao governo Villarroel, dirigida pelo PIR] ensina a forma com que devemos proceder para garantir nossa intenção. Quando as federações converteram-se em instrumentos dóceis a serviço dos partidos políticos da pequena burguesia, quando pactuaram com a burguesia, deixaram de ser representantes dos explorados. É nossa missão evitar as manobras dos burocratas sindicais e das camadas artesanais corrompidas pela burguesia. Sobre uma base verdadeiramente democrática deve organizar-se a central dos trabalhadores bolivianos. (LORA, 2011: s/p, tradução nossa).

O período seguinte foi marcado por grande instabilidade política, com a queda do governo de Gualberto Villarroel Lopez, presidente nacionalista que assumira em 1943 a partir de golpe impulsionado em acordo com o MNR, e seu linchamento em julho de 1946. O governo do nacionalista foi marcado por discursos que flertavam com as pautas trabalhistas e o enfrentamento das companhias mineiras, chegando mesmo a propor a ruptura do contrato de fornecimento de estanho aos aliados. O seu fim trágico deveu-se à postura autoritária, já em 1944, quando passou a perseguir adversários políticos, com o apoio do PIR e da *rosca*

⁸ Em 21 de dezembro de 1942, ocorreu um dos episódios mais sangrentos da história do século XX boliviano, conhecido como “Massacre de Maria Barzola”. Foi resultado da repressão à greve deflagrada nas minas de Catavi e Século XX, contra as condições de produção impostas pelos acordos internacionais. A repressão abriu fogo a menos de 300 metros dos manifestantes e deixou mais de 400 mortos e mil feridos (BARROS FILHO, 1980: 24-25).

mineira, tendo sido obrigado a renunciar; mas mesmo assim foi linchado. Abriu-se daí uma fase de instabilidade política, que culminou na Revolução de 1952.

Victor Paz Estenssoro, dirigente do MNR – partido com expressiva participação de sindicalistas mineiros -, mesmo ganhando as eleições de 1951 seria impedido de assumir e enviado ao exílio em Buenos Aires. O golpe dado a Paz Estenssoro fez o MNR planejar um *putsch* contra a junta militar no poder. Mas a ação planejada pelo MNR tornou-se uma ação das massas e dos sindicatos, armando a população e organizando milícias. De acordo com Barros Filho (1980: 32-40), a Revolução de 1952 contabilizou mais de duas mil mortes e cinco mil feridos, e foram dias de sangue em que os destinos da nação passaram pelas mãos dos bolivianos rebelados.

Ao voltar do exílio, em 15 de abril de 1952, Victor Paz Estenssoro declara-se chefe do MNR e do governo “revolucionário”. Nas ruas a população clamava por medidas contra a oligarquia, e as milícias operárias vigiavam a sede do governo. Uma situação de dualidade de poder configurou-se com sindicatos controlando minas e fábricas por meio de decisões tomadas em assembleias gerais e o governo do MNR buscando controlar a situação.

A dualidade manifestou-se desde a fundação da Central Operária Boliviana (COB), em 17 de abril de 1952, com o POR pretendendo aprofundar a perspectiva revolucionária via formação de parlamento operário e popular que começava a se desenhar na própria COB; e o MNR buscando uma saída pactuada dentro de legalidade, prometendo reformas e o estabelecimento de um “cogoverno” MNR-COB, posição que acabou vitoriosa.

A COB assumiria no novo governo funções para além do caráter sindical, transformando-se no centro político das principais demandas econômicas e sociais das massas urbanas e organização dos trabalhadores no campo, interagindo, segundo Andrade (2011: 21-22), com a tradição dos Conselhos Operários. O governo, vindo de uma revolução que não esperava, teve que girar sua orientação e acalmar os ânimos da população instituindo um cogoverno. Mas aos poucos o MNR, contrário à orientação de auto-organização e independência sindical, conquistou a cooptação dos sindicatos e teve liberdade para pôr em prática a *lógica do capital*; ainda assim foi necessário conceder conquistas aos trabalhadores.

As conquistas de maior relevo foram o voto universal, a nacionalização das minas e a reforma agrária, todos pontos que estavam no programa que os mineiros haviam aprovado em 1944, nas Teses de Pulacayo, ainda que não estivessem no programa do MNR. No entanto, a nacionalização das minas, de 31 de outubro de 1952, foi realizada a partir do pagamento de importantes indenizações (22 milhões de dólares) à oligarquia mineira que havia dilapidado o

patrimônio boliviano. A nacionalização foi realizada sob forte espetacularização por parte do governo, embora tenha sido considerada por Gregório Iriarte (apud BARROS FILHO, 1980: 42) uma “estatização sem nacionalização e a nacionalização sem socialismo”.

Para a gestão das minas foi criada a estatal COMIBOL (Corporação Mineira Boliviana), que recebeu a propriedade das minas. Todavia, a nacionalização das minas ocorreu ao mesmo tempo em que o setor declinava com o empobrecimento das minas - a perda da lei (qualidade) do estanho extraído -, dificultando a industrialização reivindicada e o investimento em fornos fundidos, mantendo o país dependente da exportação da matéria-prima de baixa qualidade (BARROS FILHO, 1980: 43-46).

A Reforma Agrária, por sua vez, foi uma conquista da Revolução de 1952, incentivada pela mobilização na cidade e pelos pequenos sindicatos camponeses, dirigidos pelo POR, que ocupava e distribuía terras dando continuidade à revolução. Os sindicatos do campo combatiam uma situação de concentração da propriedade em que, de acordo com o censo de 1950, dos pouco mais de 3 milhões de habitantes, 62% eram camponeses; no entanto, de toda extensão cultivável do território boliviano, apenas 1,5% estava sob posse de camponeses independentes, ou seja, quase a totalidade das terras cultiváveis eram dominadas por latifundiários (*gamonales*). A mão de obra era explorada em sistemas semifeudais de *pongueaje*, que consistia na exigência de que os camponeses e as comunidades indígenas cultivassem gratuitamente as fazendas em que residiam em troca de permanecerem morando nela e cultivando, em benefício próprio, apenas uma pequena área (BARROS FILHO, 1980: 48-49).

Os sindicatos no campo, criados desde a década de 1940, sob a ação de militantes trotskistas, mesclaram os elementos de organização comunitária, órgãos de poder local e de autogestão. Os *ayllus* eram comunidades andinas de autogoverno, ligadas à tradição indígena e preservadas pelas condições geográficas andinas que proporcionaram certo isolamento (declividade e altitude elevadas). Essas comunidades foram sobrepostas territorialmente pelos sindicatos e tiveram suas características mescladas (DO ALTO, 2007: 42), levando os sindicatos da organização direta da luta à distribuição das terras, transformando-se “em autênticos conselhos camponeses, de caráter claramente soviéticos” (BARROS FILHO, 1980: 49). Desse modo, quando a reforma agrária foi decretada, em agosto de 1953, ela já era de fato realidade no campo.

Não obstante, a reforma agrária, nominalmente o “Decreto de Expropriação”, como ocorrera no caso da nacionalização das minas, teria caráter limitado, prevendo indenização

aos latifundiários, além de subterfúgios para a manutenção da propriedade em que tivessem investido em maquinários ou que tivessem até 50 mil hectares destinados ao gado na zona tropical (BARROS FILHO, 1980: 51).

Ainda assim é certo que houve avanços no campo, como o fim das obrigações de tipo servil e a ruptura do isolamento das comunidades indígenas com o restante da sociedade (BARROS FILHO, 1980: 52). O processo de concessão das terras, entretanto, é lento e passa, acima de tudo, pela tentativa de controle dos sindicatos no campo pelo MNR, enfraquecendo o movimento, distanciando-o da COB e criando, segundo Barros Filho (1980: 52), uma camada de pequenos proprietários que se aliam à burguesia.

O projeto agrário do governo Paz Estenssoro, *emenerrista* (MNR), incentivou ainda uma corrente migratória do ocidente (altiplano) para o oriente boliviano, na região amazônica, de modo a apoiar com mão de obra o estabelecimento da modernização agrícola e de uma burguesia agroexportadora, subsidiada por empréstimos estatais (BARROS FILHO, 1980: 53), o que ampliaria a dívida do Estado boliviano. Dessa forma, o processo de reforma agrária objetivou atender à burguesia ao mesmo tempo em que atendia aos anseios camponeses. Os anos seguintes ainda ecoariam a revolução, porém cada vez mais desfigurada e com dificuldades profundas.

No entanto, por maiores que sejam as traições e o aparelhamento da COB pelo MNR, é inegável a importância da Revolução de 1952 na história da Bolívia. Entendida como o processo de luta aberta que levou o MNR ao poder, sendo capaz de envolver o povo numa nova forma e em um novo projeto nacional, em franca continuidade aos apelos pós-Guerra do Chaco e das Teses de Pulacayo. Segundo Tapia (2007: 178), a rebelião de 1952 carregava em seu conteúdo o programa gestado pelos primeiros socialistas bolivianos, que poderia ser resumido em “terras ao povo e minas ao Estado”. A revolução de 1952 seria portadora de um projeto de nacionalização, de soberania nacional a partir dos recursos naturais e de industrialização para a soberania econômica, que, hoje, reaparecem no centro do projeto nacional-popular (TAPIA, 2007: 180) que depositou suas expectativas no governo Morales.

Em 1964, os governos do MNR – Paz Estenssoro (1952-1956), Siles Zuazo (1956-1960) e Estenssoro (1960-1964) novamente - foram interrompidos por um golpe preparado no interior das forças armadas, mas que contou com a colaboração ativa de dirigentes importantes do partido nacional-revolucionário, como Juan Lechín e Hernan Siles Zuazo. Assim, a conspiração contra Estenssoro levou Barrientos ao poder em 1964, impondo à Bolívia um ciclo de governos militares *entreguistas*. De acordo com Andrade (2011: 28), a

crise econômica não permitia mais as oscilações reformistas que os governos da América Latina empreendiam, entrando em ação a força imperialista, subsidiando governos militares, para garantir o equilíbrio econômico e frear o poder político que os sindicatos conquistaram.

Logo o General Barrientos demonstrou claramente a que vinha. Entre as primeiras medidas tomadas pelo seu governo, ressuscitou os termos mais reacionários da Constituição de 1945, redigida sob o controle da oligarquia do estanho, que lhe permitiu reprender, perseguir e colocar na clandestinidade os sindicatos. E, em maio de 1965, o governo promoveu a reorganização da COMIBOL, rebaixando o salário dos mineiros em 40%, demitindo milhares de trabalhadores e ocupando as minas com o exército. Os mineiros responderam com uma greve geral. As medidas repressivas aumentam, Juan Lechín é exilado (mesmo tendo apoiado o golpe), as reuniões sindicais são proibidas, as lideranças são presas, perseguidas e exiladas. A COB, os sindicatos e partidos de oposição são postos na ilegalidade, e a sede da COB é ocupada pelo exército (ANDRADE, 2011: 28).

O governo militar proporcionou também um período de maior distanciamento entre os camponeses e o movimento operário e a celebração do denominado Pacto Militar Camponês. Ainda nos anos 1950 o governo de Paz Estenssoro, temeroso do poder das milícias operárias, reorganizou o exército e adotou medidas para reaproximá-lo da população que o havia combatido, criando cotas para as classes populares no interior das forças armadas e também, a partir de 1961, criando a “ação civil das forças armadas”, projetada para que o exército auxiliasse com obras de melhorias da infraestrutura do país nas áreas mais empobrecidas. O efeito prático da “Ação Cívica” foi criar profundos laços de clientelismo, suborno e perseguição às lideranças camponesas que buscavam manter-se independentes, *pacificando* o campo e limitando o alcance da reforma agrária (ANDRADE, 2011: 28; 41). Foram as ações desse período que deram base para o estabelecimento, em 1964, de um pacto formal de apoio mútuo entre as forças armadas e a CNTCB (Confederação Nacional dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia, fundada em 1954), denominado “Pacto Militar Camponês”, assinado em novembro de 1964, matéria de sustentação do regime de Barrientos (DO ALTO, 2007: 27).

Em uma situação de profunda repressão, poucos foram os focos de resistência nesse período. A guerrilha guevarista lutou de forma isolada no país e os mineiros da mina de Catavi mobilizaram-se, mas ambos terminaram derrotados. Somente em 1969, com a morte do general René Barrientos, é que se abrirá um novo e curto ciclo de mobilizações.

Com a vaga aberta pela morte de Barrientos, o general Alfredo Ovando assumiu o governo, de setembro de 1969 a outubro de 1970, tomando medidas que proporcionariam um

curto ciclo de lutas populares, como a legalização dos sindicatos e a nomeação do jovem Quiroga Santa Cruz para o cargo de Ministro de Hidrocarbonetos e Minas (BARROS FILHO, 1980: 164).

Marcelo Quiroga, figura até hoje lembrada nas mobilizações populares na Bolívia, defendia um programa que ia além da nacionalização da exploração de recursos primários; entendia que a saída da condição de dependência em que a Bolívia se encontrava só poderia ser rompida com a industrialização, enxergada como caminho para ruptura dos laços da dependência. Segundo ele, a Bolívia não sairia “do subdesenvolvimento com investimentos de capital que acentuam a condição neocolonial” (QUIROGA SANTA CRUZ, [1967] 2010: 7), referindo-se à exportação de matérias-primas. E acreditava que os recursos naturais poderiam proporcionar uma saída para o desenvolvimento boliviano: “contamos com imensas reservas de ferro de mutum e de gás, como elemento redutor (...). Vemos na indústria uma saída certa” (QUIROGA SANTA CRUZ, [1971] 2010: 7).

Com a legalização dos sindicatos e uma demonstração de giro do governo num sentido progressista, os movimentos sociais voltaram rapidamente à ação e organizaram o 14º Congresso da Federação Mineira, do qual saíram defendendo a luta pelo socialismo e a nacionalização de todos os meios de produção. E com o apoio dos trabalhadores foram decretadas as medidas preparadas por Marcelo Quiroga, ainda em 1969: a nacionalização da Gulf Oil, o reestabelecimento do monopólio de comercialização do Banco Mineiro e a revogação do código Davenport, propondo uma Estratégia para o Desenvolvimento Nacional (ANDRADE, 2011: 46; 53-55).

Entretanto, no segundo semestre de 1970, a situação política desestabilizou-se. Sob pressão, o presidente Alfredo Ovando reprimiu a Guerrilha de Teoponte⁹, dirigida pela juventude cristã do PDCR, o que causou uma comoção que colocou o governo em crise. Setores do exército clamaram por um giro à direita, aos quais o presidente Ovando cedeu, formando um novo gabinete e excluindo os setores progressistas (ANDRADE, 2011: 68).

Em Santa Cruz, cujo departamento concentrava a produção de petróleo do período, os setores mais reacionários do exército preparavam um golpe, liderados pelo General Rogélio Miranda, com o apoio da descontente elite local contra a nacionalização – argumentavam que a nacionalização os faria perder royalties (SANTA CRUZ, 2010: 11). Neste contexto, Ovando realizou um acordo e renunciou em benefício do governo de uma junta militar tríplice. O

9 Sobre o episódio ver matéria de El País. Disponível em: <<http://www.elpaionline.com/index.php/2013-01-15-14-16-26/local/item/166078-la-guerrilla-de-teoponte-y-las-heridas-que-nunca-cicatizaron>>. Acesso em: 29/07/2016.

acordo é frustrado pela ação da COB, que, a partir de uma greve geral, pôs fim ao intento golpista e construiu uma aliança com o general Juan José Torres, que tomou o Palácio no dia 6 de outubro de 1970. O general Torres era um expoente reformista militar, que, na juventude, tinha atuado na fascista Falange Socialista; seus discursos nacionalistas ganharam a simpatia de setores políticos da esquerda e da corporação militar, ao passo que o afastava dos mais alinhados a Washington (ANDRADE, 2011: 69-78)¹⁰.

A aliança dos trabalhadores com Torres foi selada por um programa mínimo que expressava o “Mandato das Forças Populares”, com uma série de reivindicações de reformas e de desenvolvimento nacional no sentido da ruptura com as relações imperialistas. Além disso, ali aparecia a formulação da construção de um Parlamento Operário e Popular, que se transformaria na Assembleia Popular. A Assembleia – ou, como foi denominada, “a Comuna de La Paz” –, o primeiro Soviete Latino-americano (ANDRADE, 2011), foi uma experiência de auto-organização, de democracia representativa ligada aos sindicatos, organizações populares e camponesas, de horizonte declaradamente revolucionário .

A importância da Assembleia Popular (AP), em que pese sua curta duração (1970-1971), deveu-se mais a sua capacidade de elaboração, ao seu enraizamento nos diversos movimentos e no papel efetivo que desempenhou de retardar o novo golpe da direita (ANDRADE, 2011: 72). O processo de construção da AP também não foi infrutífero. O ato inaugural havia sido marcado para 1º de maio de 1971; dias antes, Torres havia reestabelecido o salário dos mineiros da COMIBOL ao valor anterior ao de 1965 e criado uma comissão para estudar a proposta, defendida pelos sindicatos, de cogestão na estatal. As ruas do 1º de maio de 1971 foram tomadas por mais de 50.000 bolivianos que expressavam sua esperança num parlamento operário-popular em formação, provando a ascensão do movimento (ANDRADE, 2011: 105-110).

Os camponeses voltaram a se organizar de forma independente e uma associação ligada aos maoistas do PCML, por meio do Bloco Independente e da União dos Camponeses Pobres (UCAPO), ocuparam uma fazenda em Santa Cruz. No altiplano, o Exército Tupac Katari foi fundado por outro setor de camponeses. Também os universitários agiram ocupando edificações de organismos ligados aos EUA, ação que se intensificaria com a Semana Anti-imperialista e levaria Torres a pedir a retirada do Corpo de Paz dos EUA, que implementavam uma política de controle de natalidade (ANDRADE, 2011: 111 – 112).

Um efeito importante desse período foi a retomada das organizações camponesas, que

¹⁰ Esse dia 6 de outubro de 1970 é singular na história da América Latina e, sobretudo, da Bolívia. Em um mesmo dia, 6 militares presidiram o país.

passam a resgatar o caráter indígena com o surgimento do movimento “Katarista”, cuja liderança indígena, Genaro Flores, negava o Pacto Militar Camponês (DO ALTO, 2007: 28). Para Garcia Linera (2007: 154) e Hervé do Alto (2007: 29), o fracasso do PMC e as medidas adotadas ainda na Revolução de 1952, combinadas com a sociedade racista que os índios encontravam quando migravam, fez surgir, desde os laços urbanos, esse novo movimento.

O Movimento Revolucionário Tupac Katari (MRTK) teve pouca expressão na legalidade, somente até o golpe de Hugo Banzer (em agosto de 1971). Em entrevista a Barros Filho (1980: 144), a liderança do MRTK, Genaro Flores, afirma que, em 1971, em Potosí, depois de anos de aparelhamento governista do movimento camponês, eles puderam redigir, sem tutela governista, sua própria tese política no VI Congresso da CNTCB, rechaçando o PMC (DO ALTO, 2007: 28). Logo, no entanto, teriam que ir para a clandestinidade e organizar desde aí a resistência camponesa à ditadura banzerista.

O golpe de Banzer ocorreu após o fim da primeira sessão da Assembleia Popular, sendo facilitado pela fragilidade do governo Torres, que agia como um dique entre os interesses dos trabalhadores e a oligarquia boliviana associada aos interesses externos. O General Hugo Banzer assumiria em 23 de agosto de 1971, com o apoio do MNR – fração Paz Estenssoro - e da Falange Socialista, e seus bandos armados, depois de eliminar a resistência, registrando 98 mortos e 560 feridos (ANDRADE, 2011: 272). Os EUA haviam preparado o golpe, não dando chance de vitória aos rebelados ligados às organizações dos trabalhadores. Os dias que se seguiram foram de aprofundamento das perseguições, fechamento dos sindicatos, suspensão das aulas nas universidades até fevereiro de 1972, e a retomada da Constituição de 1967, eliminando quaisquer conquistas do período dos governos de Ovando e de Torres (ANDRADE, 2011: 272).

A década de 1970 marcaria a ascensão do movimento camponês, que na clandestinidade permanecia como “estruturas latentes” de rebelião (DO ALTO, 2007: 30). Segundo Genaro Flores, dirigente camponês: “Foi nesse período de sete anos, neste período difícil, que organizamos as bases camponesas nas comunidades, províncias, departamentos, na luta contra Banzer. Estávamos ao lado da classe trabalhadora” (BARROS FILHO, 1980: 144).

Em novembro de 1977, depois de um processo de lutas dos camponeses contra o governo Banzer¹¹, Genaro Flores e outros dirigentes haviam resgatado a CNTCB de sua

11 Na clandestinidade, os camponeses identificavam-se Confederação Nacional dos Camponeses da Bolívia Tupac Katari, distinguindo-se da oficialista CNTCB colocada novamente a serviço dos militares. Em 1973, os Kataristas lançam o Manifesto de Tiwamaku, em que chamam os camponeses a

direção oficialista e a rebatizam como CNTCB-Tupac Katari (GARCIA LINERA et al, 2010: 115). Dois anos depois, com o apoio da COB fundam a Central Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), que daria a Genaro Flores o posto de dirigente máximo (GARCIA LINERA et al, 2010: 115; DE ALTO, 2007: 31) e aos camponeses, meios para lutar.

Já na abertura democrática, nas eleições de 14 de julho de 1985, retornou ao poder Victor Paz Estenssoro, eleito em segundo turno no Congresso, apesar de ter sido segundo colocado no pleito em que Hugo Banzer (da Ação Democrática Nacional, ADN) foi o mais votado. Tal fato foi possível graças ao acordo que contemplava a composição do governo com o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) (FUSER, 2011: 117), acordos que passariam a ser uma marca dos sucessivos governos até a vitória do MAS em 2005.

A volta de Paz Estenssoro ao poder impôs à Bolívia a desorganização da classe operária e perda de força da COB, que paradoxalmente fora fundada no seu primeiro mandato de presidente da Revolução de 1952, cujos protagonistas mineiros de outrora foram demitidos por Victor Paz. As duras medidas de ajuste iniciadas em 1985 marcam o aprofundamento das relações da Bolívia com as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) e sua submissão a elas, como veremos no próximo tópico, delimitando o início de medidas desregulamentadoras que se estenderiam até o início do século XXI.

É nesse período, por ocasião dessas medidas, que se inicia o que Garcia Linera (2010: 71) chama de “crise estrutural da COB”. A demissão dos mineiros, ou “relocalização”, como prometera o governo, foi baseada em uma indenização de mil dólares por ano de trabalho e ainda contemplaria a garantia de manutenção do empregado em outro setor; essa última promessa não foi cumprida e levou à mobilização em defesa da sua “fonte de trabalho” (GARCIA LINERA, 2010:69), motivo da última mobilização antes do declínio da COB e da FSTMB, a “Marcha pela Vida e pela Paz”. As delegações partiram dos acampamentos mineiros e seguiriam até La Paz; no entanto, em Calamarca, a 50 km da capital, a marcha foi impedida de seguir pelo exército que estava posicionado com todo o seu potencial. Não foi

lutar contra o governo Banzer, incluindo pela primeira vez a reivindicação de democracia à pauta camponesa (DO ALTO, 2007: 31). E, em janeiro de 1974, os camponeses dirigidos pela CNTCB-Tupac Katari combateriam o “decreto de fome” (retirada de subvenção aos produtos de primeira necessidade) bloqueando estradas e realizando manifestações, que desde o vale de Cochabamba estenderam-se pelo país, até o governo Banzer mandar reprimir o núcleo dos protestos em Tolata, no vale *cochabambino*, no episódio que ficaria conhecido como “*Massacre del valle*”, que deixou mais de 100 mortos. Essas lutas sepultaram o Pacto Militar Camponês, embora nesta altura tal pacto era uma simples folha sem efetividade, deixando caminho aberto para expansão dos kataristas (DO ALTO, 2007: 31).

preciso sequer um disparo; o sentimento de frustração já havia tomado os mineiros e a direção da Federação Mineira, resultando em um acordo rebaixado, que seria rechaçado pelos sindicatos de base (GARCIA LINERA, 2010: 69-70), os quais, entretanto, não teriam capacidade de mobilização.

A estrutura social da COB altera-se e concentra-se nos funcionários públicos, professores e setores da saúde (GARCIA LINERA, 2010: 71), reduzindo o potencial ofensivo da Central. Frente às medidas econômicas e à crise da principal estrutura de rebelião, os trabalhadores sofreram as consequências e encontraram na migração aos centros urbanos e para as áreas de plantação de coca uma saída (WANDERLEY, 2009: 166).

As bases, no entanto, dos levantes recentes, já estavam fundadas nesse quase meio século que antecedeu as medidas neoliberais. Esse programa político gestado na luta cotidiana dos trabalhadores em todos esses períodos formava mais que uma simples abstração esquemática estrangeira; embrenhava-se nas entranhas territoriais bolivianas a partir do Altiplano, passando pelos vales, até o oriente. Os operários ao lado dos camponeses apresentaram um programa popular, democrático, de desenvolvimento nacional soberano e, portanto, anti-imperialista.

Desde a prática política de auto-organização, cujo maior exemplo foram as assembleias populares, até a luta sem quartel travada pelas gerações de mineiros pelo controle dos recursos naturais e a luta camponesa, que dominava o território com seus bloqueios das principais estradas do país, a amálgama produzida pelo contato dessas diferentes tradições (a do movimento operário internacional e a do comunitarismo da democracia direta camponesa e indígena exercida milenarmente nos *ayllus*) produziu uma lógica territorial, em que os verdadeiros braços bolivianos que produziam o cotidiano intuía como e por onde construir uma nação menos subalterna aos interesses imperialistas em alianças com forças dominantes internas à Bolívia.

II.2. O Estado boliviano sob custódia: endividamento e submissão à lógica do capital

Neste tópico a intenção é discorrer brevemente sobre a lógica do capital no território boliviano a partir do endividamento e submissão do Estado-Nação, realizando a rapina e pilhagem do país periférico (acumulação por despossessão) e também produzindo configurações territoriais (ordenações espaço-temporais) (HARVEY, 2005; 2007). Esses processos são definidos em outra escala que não a do Estado-Nação; por isso nós discorreremos sobre os processos globais do capitalismo, que, à escala do Espaço Abstrato, definem as

políticas adotadas no território a partir das Instituições Financeiras Internacionais, mecanismos de promoção do conjunto de políticas de submissão. Sem dúvida a exposição poderá relativizar um tanto mais a força transformadora dos movimentos populares relatada acima, mas acreditamos que o desfecho a ser abordado no próximo capítulo poderá, em alguma medida, reverter essa leitura.

Como gostaríamos de defender, o poder do capital imperialista passa pela atuação dos Estados periféricos, visando instrumentalizá-los para servirem, prioritariamente, aos interesses dos capitais financeiros internacionais, impondo à periferia do capitalismo a submissão escalar do Território ao Espaço Abstrato, com o objetivo de dar utilidade lucrativa aos capitais imperialistas extraterritoriais. As ligações que se operam entre o Estado e as finanças globais formam assim uma congruência de interesses, em detrimento dos interesses nacionais, descrita por Harvey (2011), como visto, em termos de Nexo Estado-Finanças.

Nesse processo de espoliação, o revés que o imperialismo impôs à Bolívia proporcionou os dias mais cruéis à história de lutas do proletariado boliviano. A lógica territorial boliviana, em sua limitada escala de ação, não estava preparada para as imposições do Espaço Abstrato. Os mercados financeiros impuseram à Bolívia a lógica do capital, gestada à distância do chão boliviano, sobretudo a partir da década de 1980, com a desregulamentação do mercado financeiro internacional, conforme indicado no capítulo anterior, quando o capital imperialista prioriza ganhos fáceis e imediatos, ao invés de novos investimentos produtivos (SAES, 2007, p. 161).

Interessa resumir o papel do endividamento do Estado boliviano, que, por certo, tem longa data, como afirmou Marcelo Quiroga ([1971] 2010: 6): “Nós [os bolivianos] somos pobres porque somos dependentes, porque a Bolívia começou sendo dependente e não começou sendo pobre” (e acrescentamos) porque nasceu endividada. De fato, da luta pela independência, nasce a Bolívia devedora em 1825 para o Peru, pelos custos da batalha contra a coroa espanhola (BUXTON, 2008: 167), e nos anos seguintes do século XIX passaria a acumular dívidas que atuariam como rapina das finanças públicas (ABENDROTH, 2001: 58-60).

Mas foi no século XX, entre 1950 e 1985, que a dívida externa incrementou-se, saltando de 147 milhões de dólares, em 1950, para 3,3 bilhões, em 1985 (BUXTON, 2008: 169); só no período do presidente Hugo Banzer (1971-1978), acompanhando o movimento de liquidez internacional, foi acrescida em 2 bilhões de dólares (QUIROGA SANTA CRUZ, [1978] 2010: 8).

Em 1953, após o processo de lutas populares que levou o MNR ao poder, no governo do presidente Victor Paz Estenssoro, como já mencionado, implementou-se um projeto agrário que incentivou uma corrente migratória do ocidente (altiplano) para o oriente boliviano, na região amazônica, de modo a apoiar com mão de obra o estabelecimento da modernização agrícola e de uma burguesia agroexportadora, subsidiada por empréstimos estatais (BARROS FILHO, 1980: 53), o que ampliou a dívida do Estado boliviano.

Já em 1955 o governo Estenssoro toma outra medida, de abertura econômica, permitindo o retorno das petroleiras estrangeiras e a desnacionalização do setor. Conhecido como Código Davenport, produzido pela consultora norte-americana Shuster and Davenport, permitiu-se que o petróleo boliviano fosse explorado por empresas estrangeiras em condições muito vantajosas, com o pagamento de apenas 18% dos ganhos de operação (FUSER, 2011: 84). Para Orgáz García (2005, apud FUSER, 2011: 54), o Código Davenport significou o fim do ciclo da revolução de 1952 e, mais que isso, a “*tupackarización*”¹², tendo em vista o início da liquidação da estatal de hidrocarbonetos, *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB), que havia sido criada em 1936, após a Guerra do Chaco (1932-1935), pelas medidas do General progressista David Toro.

Devido ao declínio das cotações do estanho e ao aumento da inflação aos históricos 900% ao ano, entre 1954-1956, a Bolívia foi à bancarrota e, de acordo com Fuser (2011: 85), essa situação foi resultado das medidas anteriores de abertura econômica. O governo Paz Estenssoro tomou medidas de austeridade e aplicou o Plano Eder de estabilização monetária, submetendo o país aos pacotes de “recuperação” concebidos pelo FMI e pela embaixada dos EUA. O plano “instaurou o câmbio fixo do boliviano com relação ao dólar, o fim dos subsídios aos artigos de primeira necessidade, o fim do controle estatal do comércio exterior e o corte dos gastos e investimentos públicos” (FUSER, 2011: 85).

O governo seguinte, de Siles Zuazo, manteria a aplicação do Plano Eder e das políticas que submetiam o país aos interesses do capital internacional, e o quadro não se alteraria no segundo governo Estenssoro (1960-1964). O governo seguinte, do general René Barrientos, abriu um ciclo de governos militares *entreguistas*, pondo fim à natureza em alguma medida reformista dos governos do MNR.

Nos anos após 1965, as medidas *entreguistas* e de abertura econômica ficariam mais visíveis, retornando o país à situação de dependência anterior à revolução de 1952. Já em 1967, 24% da produção de minério estavam sob a posse de mineradoras privadas; os bancos

¹² Mirko Orgáz faz referência à forma como o caudilho indígena Tupac Katari foi condenado à morte, sendo esquartejado por cavalos que dividiriam seu corpo.

privados norte-americanos já controlavam 58% dos depósitos financeiros nacionais; e a Gulf Oil, que retornara há pouco – com a desregulamentação promovida por Paz Estenssoro –, já tinha o controle dos recursos naturais, com a posse de 75% das reservas de petróleo – mais de cinco vezes as reservas da estatal (ANDRADE, 2011: 34; 46) –, além de controlar 90% das reservas de gás natural e de ter obtido elevados ganhos com a ausência de regulamentação (FUSER, 2011: 87). Afora a curta passagem, em 1969, do ex-deputado Marcelo Quiroga Santa Cruz, fundador do Partido Socialista boliviano, pelo Ministério de Hidrocarbonetos e Minas – que nacionalizou a Gul Oil e restabeleceu o monopólio de comercialização do Banco Mineiro e a revogação do código Davenport –, a partir de 1971, com o governo do general Hugo Banzer, eliminar-se-iam quaisquer conquistas do período dos governos anteriores de Ovando e de Torres (ANDRADE, 2011: 272).

Cabe ressaltar que o golpe que levou Banzer ao poder contou com o apoio dos EUA, em aliança com associações patronais, e apoio também dos militares do Brasil, que, em 22 de agosto de 1971, utilizaram aviões brasileiros para abrir fogo dos céus de La Paz contra jovens precariamente armados (FUSER, 2011: 87). Os anos do governo ditatorial de Banzer (de agosto de 1971 a 21 de julho de 1978, com seu retorno de agosto de 1997 a agosto de 2001) seriam marcados pela abertura econômica e fechamento político. Na seara dos hidrocarbonetos, a YPFB logrou bons resultados com a alta do petróleo e, em 1972, abriu-se o setor para investimentos estrangeiros, o que permitiria o cumprimento do contrato de exportação para a Argentina, firmado em 1968 sob condições muito generosas (GORDON, LUOMA, 2008: 94-95). Entretanto, do ponto de vista das finanças públicas, o que se viu foi um profundo endividamento do Estado, a despeito da alta de exportação do petróleo e do estanho.

Segundo o ex-ministro Marcelo Quiroga Santa Cruz ([1978] 2010: 8-9), as receitas de exportação passaram de 200 milhões de dólares, em 1971, para 700 milhões, em 1978, e ainda assim a dívida boliviana saltou de 500 milhões, em 1971, para 2,5 bilhões de dólares, ao passo que os indicadores sociais seguiram despencando, até o ponto de $\frac{1}{4}$ dos bolivianos viverem fora da Bolívia (QUIROGA SANTA CRUZ, [1978] 2010: 8-9).

Em janeiro de 1974, por orientação do FMI, o governo retirou a subvenção dos produtos de primeira necessidade, buscando controlar a inflação. Essa medida ficou conhecida como “decreto de fome” e gerou diversas mobilizações camponesas, como bloqueios de estradas e manifestações. A essa altura a inflação, o endividamento do Estado, como mencionado, e a pressão de organizações internacionais por direitos humanos levaram Banzer

a convocar eleições, que ocorreriam em 1978, iniciando a abertura democrática, ainda que marcada por golpes. Não iremos descrever aqui o conjunto dos acontecimentos que marcaram o período do fim da ditadura Banzer à volta de Zuazo e, em seguida, Estenssoro ao poder (1978-1982), mas é interessante ressaltar alguns pontos, sobretudo a crise do Estado e o endividamento, seguido por mais medidas de arrocho.

No início da década de 1980, uma grave crise da dívida ameaçava as contas públicas, fruto dos empréstimos da década de 1970 feitos por Banzer (BUXTON, 2008: 170). Em 1982, após as mobilizações dos trabalhadores e os enfrentamentos com o exército obrigarem à abertura democrática, Hernán Siles Zuazo volta à presidência, pela UDP, prometendo em 100 dias acabar com a instabilidade econômica (GARCIA LINERA et al, 2010: 67). A medida adotada por Siles – a impressão de moedas para pagar os juros da dívida – levaria o valor do peso em relação ao dólar a disparar, de 5000 pesos bolivianos, em 1983, para 2 milhões, em 1985 (BUXTON, 2008: 170), e à inflação de 25%, a mais alta da história (SHULTZ, 2008: 139). Frente à incapacidade de lidar com a crise econômica e com as pressões dos trabalhadores e da burguesia, em 1985 Siles Zuazo renuncia à presidência, assumindo a culpa pela crise econômica (DO ALTO, 2007: 34; BUXTON, 2008: 171).

Nas eleições de 14 de julho de 1985, retornou ao poder Victor Paz Estenssoro, sendo que sua volta impôs à Bolívia o aprofundamento das duras medidas de ajuste que estreitaram as relações do país com as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) e sua submissão a elas, marcando o aprofundamento de medidas desregulamentadoras. As medidas de ajuste eram orientadas para garantir o equilíbrio macroeconômico e o pagamento da dívida, mas tiveram efeitos devastadores para as classes populares (BUXTON, 2008: 167; WANDERLEY, 2009: 165).

Essas medidas foram elaboradas em estreita colaboração com o FMI, quando Jeffrey Sachs viria à Bolívia a fim de “recuperar o país”, em conjunto com o Ministro do Planejamento Gonzalo “Goni” Sánchez de Lozada, que viria a ser presidente mais adiante (GARCIA LINERA et al, 2010: 68; BUXTON, 2008: 171-172). O ajuste que veio a público em agosto de 1985, por meio do Decreto Supremo 21.060, ficou conhecido como Nova Política Econômica (NPE). No pacote: políticas de abertura da economia, como a eliminação de tarifas alfandegárias, visando à ampliação do investimento privado; medidas de contração do gasto público, de diminuição do emprego público, de eliminação do controle de preços e salários e de subsídios agrícolas (decreto de fome); cortes de investimentos sociais em saúde e educação; aumento das taxas de juros. O que, de fato, lograria rebaixar a inflação para 8,275%

ao ano (WANDERLEY, 2009: 165).

A queda da inflação, no entanto, não indicava a que custo se operara essa melhora na economia. A empresa estatal mineira, a COMIBOL (Corporação Mineira Boliviana) já estaria, segundo Buxton (2008: 173), sendo preparada para fechar antes do DS 21.060, devido à queda do preço do estanho no mercado internacional. A NPE eliminaria o emprego de 31.000 trabalhadores (WANDERLEY, 2009: 166); os portos e ferrovias da estatal mineira seriam fechados no início da década de 1990 (BUXTON, 2008: 173); no campo, a eliminação dos subsídios em meio ao rebaixamento das tarifas alfandegárias levaria à queda dos preços dos produtos, deixando os camponeses sem condições de competir com os produtos peruanos, aumentando os níveis de desemprego e a migração (BUXTON, 2008: 174; WANDERLEY, 2009: 166). De igual modo, a eliminação das tarifas alfandegárias teria afetado a pequena indústria têxtil, segundo Buxton (2008: 174), incapaz de competir com os mercados de roupas vindas do exterior; de acordo com Garcia Linera (2010: 70), foram ainda 40 mil operários fabris que também perderam sua fonte de trabalho.

Neste contexto, a deterioração das relações de trabalho transparece em levantamentos que indicam a ampliação do setor terciário (serviços) da economia e o trabalho sendo desenvolvido a partir de empresas familiares. Como demonstram os dados compilados pela socióloga Fernanda Wanderley (2009: 166-167): entre 1992 e 2003, os empregos na indústria manufatureira (setor secundário) reduziram de 19,6% para 16%; o desemprego urbano aumentou de 6% em 1985 para 10,4% em 1989, com uma melhora no ano de 1996 (3,5%) e subindo novamente em 2006 (7,8%). No entanto, essas cifras escondem relações de trabalho não assalariadas, em evidência no gráfico abaixo.

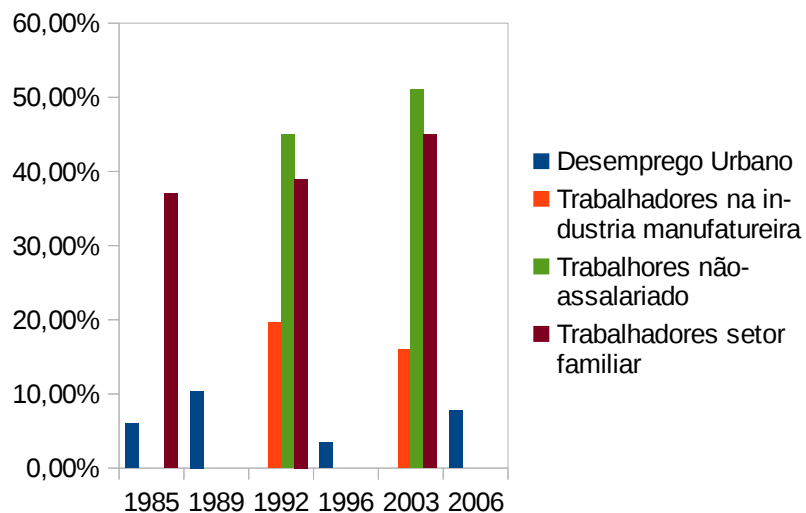


Gráfico 1. Situação do Trabalho na Bolívia. Fonte: Wanderley, 2009. Elaboração nossa.

Podemos observar que a situação de ocupação precária era tamanha que, em 1992, 45% da população ocupada não era assalariada e, em 2003, 51%; essa população estava sobretudo ocupada no setor familiar: 37% em 1985, 39% em 1992 e 45% em 2003 (WANDERLEY, 2009: 166).

Os gastos com programas sociais nesse período também despencaram: de 1981 a 1993 os gastos com educação caíram 39,7%; com saúde, para o mesmo período, foram reduzidos em 29,3%; na habitação, uma redução de 77% (dados de 2001). Entrementes, a população empobrecida aumentava, chegando à marca de dois terços da população abaixo da linha da pobreza. Já em 2002, a desigualdade era a maior da América do Sul: os 10% mais pobres ganhavam 0,2% de todos os ingressos, enquanto os 10% mais ricos abocanhavam 47% da receita (BUXTON, 2008: 174 – 176).

Os verdadeiros beneficiados com as medidas de austeridade adotadas não estavam, contudo, próximos dessa situação para notar os efeitos. Com o crescimento médio de 2% durante 25 anos, a receita do FMI parecia não estar funcionando. Os credores da dívida boliviana, por seu turno, receberam, entre 1985 e 2005, o total de 5,4 bilhões de dólares, o equivalente a 270 milhões por ano. Embora a Bolívia tenha contado com alívios de 813 milhões de dólares entre 1985 e 2004, ainda assim se endividou em 3,25 bilhões e pagou mais 1,97 bilhão em serviços da dívida: a Bolívia estava “correndo sem alcançar” (BUXTON, 2008: 176). A economia boliviana estava de fato sofrendo a rapina dos interesses do capital financeiro.

As reformas que se iniciaram em 1985 eliminaram a estatal mineira, aplicaram duras restrições à estatal YPFB e, posteriormente, com a sequência das reformas estruturais de segunda geração (1993-1999), levaram à privatização do setor petrolífero. Efetivamente, as reformas liberalizantes foram aprofundadas num *continuum* pelo sucessor de Paz Estenssoro (1985-1989), Jaime Paz Zamora (1989-1993), assim como pelos sucessores deste, Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997) e, novamente, Hugo Banzer (1997-2001)¹³.

De acordo com Buxton (2008: 179-180), nesse período de contrarreformas, o FMI, o BID, a ONU, a USAID e o Banco Mundial mantiveram o pagamento de extras para 265 funcionários de carreira do governo boliviano, para garantir que seguissem mais as diretrizes das IFI do que as políticas ministeriais. Os “extras” pagos pelas instituições eram várias vezes

13 Hugo Banzer faleceu antes de terminar o mandato, sendo substituído por seu vice-presidente Jorge Quiroga (2001-2002), seguido do segundo e curto governo Lozada (2002-2003), derrubado pela revolta popular, e sucedido por seu vice-presidente Carlos Mesa (2003-2005), também derrubado, assumindo o governo interino até a posse de Morales, em 2006.

mais altos que os salários no governo.

Não resta dúvida de que as políticas tenham seguido à risca as recomendações dos órgãos financeiros internacionais. No entanto, em 1998, uma avaliação do FMI e do Banco Mundial reconhece que o prognóstico anterior havia falhado e que eram necessárias medidas mais enérgicas. Foi a porta de entrada das medidas que seriam levadas a cabo no século XXI e que novamente falhariam – ou acertariam –, mantendo a dependência do país às IFI (em 2005, dois terços do orçamento anual dependiam do endividamento e das doações), o crescimento pífio de 1,5% (de 1999 até 2002), a população extremamente pauperizada (SHULTZ, 2008b: 139-140) e a dívida crescendo (em 1998, a dívida atingiu quase 4,4 bilhões de dólares) (BAREA, 2001: 539). O que de um lado fazia o FMI e o Banco Mundial sugerirem mais medidas de ajuste para reduzir o déficit das receitas (SHULTZ: 2008b), de outro levava as IFI e os governos a conceder reduções e perdão das dívidas, processo que contou, inclusive, com a pressão da população e da igreja católica (BAREA, 2001; BUXTON, 2008).

A partir de 1996, passou a vigorar a Iniciativa de alívio da dívida dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC, sigla em inglês). Em sua primeira edição, previa a negociação de dívidas bilaterais e avaliava a aplicação das reformas por parte dos países e, à medida que cumprissem a agenda de liberalização das economias, seria-lhes permitido ter a anistia das dívidas. A Bolívia, como uma aluna dedicada, habilitou-se a ter perdoados 760 milhões de dólares (BUXTON, 2008: 183), o que proporciona um curto alívio à dívida que era de 4,3 bilhões de dólares (BAREA, 2001: 539).

Em 1999, quando a dívida era de 4,6 bilhões de dólares, nova iniciativa do BM e do FMI, a HIPC-II, permite à Bolívia receber o alívio de 1,2 bilhão, quase 40% do total de sua dívida (BUXTON, 2008: 183). Embora essas iniciativas fossem aparentemente positivas, elas eram acompanhadas de novas submissões dos governos e mais pauperização.

No governo Banzer (1997-2001), a HIPC recomendava projetos de combate à pobreza combinados com iniciativas que promovessem a participação da população para definir as prioridades. O ex-ditador Banzer lança em 2000 o “Diálogo Nacional” - ao mesmo tempo em que mandava o exército para Cochabamba na Guerra da Água –, com o objetivo de construir a Estratégia Boliviana para Redução da Pobreza (EBRP), que, invariavelmente, servia para ratificar a posição do governo (BUXTON, 2008: 184). Ao final, a EBRP previa um gasto dez vezes superior àquele que havia sido anistiado pelas IFI. Entretanto houve efeitos positivos da aplicação dessa política, como, por exemplo, a redução da mortalidade infantil em 24% entre 1998 e 2004. A construção do Hospital del Niño, o estabelecimento do Seguro Salud

Universal Materno Infantil (SUMI) e a contratação de mais 2.400 funcionários para a saúde tiveram um papel fundamental nesse processo (BUXTON, 2008: 187).

O enquadramento do país como HIPC, por outro lado, limitava o acesso às linhas de financiamento, e o FMI-Banco Mundial ofereciam, ademais, apenas o alívio da dívida até o nível considerado “sustentável” para as instituições, resultando em um orçamento aquém do que os serviços públicos da Bolívia necessitavam (BUXTON, 2008: 187). A pobreza, portanto, seguiu aumentando mesmo seis anos depois da Iniciativa de alívio, indo de 63% em 1996 para 65% em 2003; a extrema pobreza passou de 38% para 41%, o que significa que quase dois terços da população sobreviviam com menos de US\$ 1,25 por dia. Em 2005, a Bolívia tinha o PIB per capita menor do que aquele que tinha em 1978 (!) (BUXTON, 2008: 188). A dívida, por suposto, cresceu e, em 2003, fechou em 5 bilhões de dólares (BUXTON, 2008: 169), coroando a falácia dos planos imperialistas das IFI.

A relação umbilical do FMI e das instituições financeiras com as mudanças estruturais desse período via uma constante pressão para a redução do déficit do governo, condicionando a liberação de recursos à adoção da medicina liberal sugerida. Portanto, isso torna o FMI diretamente responsável pelas mortes em enfrentamentos do período posterior, uma vez que foi ele que receiptou a privatização dos serviços de água em 2000, o aumento da carga tributária em 2003, as sucessivas reformas liberalizantes do petróleo e do gás e a ampliação da exportação para os EUA. Do mesmo modo, o governo dos EUA – que ao fim e ao cabo é quem determina a política do FMI, com seu poder de veto, e a do BM, com a indicação do presidente – é responsável pelas mortes da política de erradicação da coca.

Felizmente a massa oprimida boliviana pôde contar com suas próprias organizações forjadas no calor das lutas do passado para tomar medidas que limitassem o poder de mando dessas instituições imperiais sobre o destino da Bolívia. De outro modo, depender da direção da débil burguesia boliviana seria manter assinado um pacto de entrega da nação à lógica de rapina do capital financeiro, que, na ausência de um projeto próprio de nação, as elites bolivianas a sujeitam àquele do capital.

Neste particular, bem cabe a categorização do geógrafo francês Claude Raffestin (1993: 188), segundo a qual a burguesia boliviana seria incapaz de elaborar um programa de desenvolvimento da Bolívia que poria fim ao sistema de poder imposto, em que a centralidade da tomada das decisões do território não está na mesma nodosidade em que está o Estado. Ademais, ao Estado boliviano desse período bem serve à pecha do palhaço sóbrio que imita o palhaço bêbado, o poder econômico; o primeiro, o poder político, não está bêbado, tampouco

é substituído, mas age como se estivesse imitando o embriagado poder econômico (RAFESTIN, 1993: 176).

Esse “jogo de imitação” é o que Harvey (2011) denominou como Nexo Estado-Finanças, ou a estreita colaboração do Estado com a expansão da lógica do capital, cujos efeitos são nefastos do ponto de vista econômico, contábil e social, como dissemos. A implantação desse vínculo foi selada por diversas medidas que, travestidas de auxílio à Bolívia, resultaram em mais dependência e mais austeridade. Inclusive a mais “benevolente” medida de perdão das dívidas trazia como consequência a ampliação da austeridade e o rebaixamento dos investimentos, obrigando o país pobre a contrair novas dívidas, garantindo a reprodução da lógica do capital em sua fase mais destrutiva.

E é a busca por elevadas taxas de retorno ao capital que fazem do capitalismo um instrumento de rapina das conquistas, do desenvolvimento que os trabalhadores conquistaram em momentos anteriores, como na década de 1950, atuando desde a escala do Espaço Abstrato, dos investimentos na dívida, para realizar a acumulação por despossessão (HARVEY, 2005), “chutando a escada” do crescimento que os países centrais tiveram sob o pulso firme de fortes e soberanos estados nacionais.

Ainda de acordo com Harvey (2005), o capital imperialista opera por duas lógicas: a financeira, a lógica do capital que opera no Espaço Abstrato; e outra acessória, territorial. A prevalência da primeira, a partir dos anos 1980, entretanto, não anula a segunda, que proporciona **investimentos produtivos**, em alguma medida, e que dá vazão à liquidez internacional a partir do alongamento da taxa de retorno - são as Ordenações Espaço-Temporais, como apresentado no capítulo 1.

Trataremos a seguir desse segundo tipo de investimento, o que para o caso boliviano significa apresentar o Gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL), as vantagens obtidas pela Petrobras com a desregulamentação do setor e os investimentos realizados pela empresa brasileira. São dados que vão, a despeito de seu caráter inicial de despossessão, dar condições para as medidas progressistas que veremos nesse início de século.

II.3. A lógica territorial do capital na exportação do gás natural para o Brasil

A seguir vamos expor as mudanças legais que se processaram a partir do nexo formado entre o Estado boliviano e as IFI, para após tratar da construção do Gasoduto Brasil-Bolívia, uma obra de grande porte, que possui ao mesmo tempo elementos de acumulação por despossessão (em benefício sobretudo das transnacionais do petróleo) e de uma OET.

De acordo com Fuser (2011), a partir de 1993 o FMI condicionava a reestruturação da dívida externa boliviana à proibição de novos investimentos públicos na YPFB, estrangulando a empresa estatal e abrindo o mercado às empresas estrangeiras. A estatal boliviana era a principal fonte de financiamento do governo e havia sido poupada no início das contrarreformas, mas as medidas, ainda do DS 21.060, de 1985, já obrigaram a YPFB a repassar 65% dos seus ganhos ao Tesouro Geral da Nação (TGN), impedindo a empresa de ampliar suas reservas ou a produção (FUSER, 2011: 119; GORDON, LUOMA, 2008: 95).

Já em 1990, o presidente Jaime Paz Zamora, do MIR, eliminou as restrições à movimentação de capitais estrangeiros, atribuindo o mesmo status às empresas nacionais e estrangeiras. Também concedeu facilidades ao capital estrangeiro petrolífero com a Lei dos Hidrocarbonetos, Lei nº 1.994, também de 1990, que estabeleceu o contrato de “risco compartilhado” com o setor privado. Segundo Fuser (2011: 123), o que se estabeleceu na prática foi o regime de concessão, em que a YPFB era excluída do setor e assumia apenas o papel de regulação. Em termos de tributação, essa lei estabelecia um imposto de 50% sobre o lucro das empresas privadas e ainda inovava, ao possibilitar um contrato de associação, permitindo investimento junto com a YPFB, “com a estatal, na prática, cobrindo e garantindo o retorno realizado pelo contratista” (FUSER, 2011: 123-124).

As medidas de abertura pretendiam estabelecer a ampliação da arrecadação pela exportação do petróleo e do gás, a partir da entrada das empresas estrangeiras; esse conjunto de medidas foi chamado pelos assessores de Gonzalo Sánchez de Lozada de “triângulo energético”. São elas:

- a) uma nova legislação para os hidrocarbonetos, de modo a liberalizar o setor e torná-lo mais atraente aos capitais estrangeiros; b) a “capitalização” (...) da empresa estatal YPFB; e c) a construção do gasoduto com o Brasil, com o objetivo de obter um mercado para a exportação do gás natural (FUSER, 2011: 128).

A nova legislação que denota a despossessão, com a liberalização do setor, iria se estabelecer em 1996, quando a Lei dos Hidrocarbonetos (nº 1.689, de 30 de abril de 1996) instituiu a diferenciação dos poços “novos” daqueles “existentes”, e ainda estabelece a exclusividade das empresas petrolíferas estrangeiras, por meio dos contratos de “risco compartilhado”, para explorar os hidrocarbonetos bolivianos, o que se justificava, segundo o governo boliviano, pelos recursos insuficientes da estatal para realizar os investimentos necessários (MARIACA, 2009: 12 apud FUSER, 2011: 134).

Os contratos anteriores, com base na Lei 1.194, de Paz Zamora, em que 22 empresas

operavam – entre elas Petrobras, Total e Maxus, a partir de “associação” à YPFB –, foram convertidos em contratos de “risco compartilhado”. Com a diferença de que anteriormente as empresas entregavam toda a produção à YPFB, que as remunerava depois de cobrar uma taxa equivalente a 40% sobre o lucro líquido (FUSER, 2011: 134-135), além de outros 10%, que formavam os impostos de 50%. Os novos contratos mantinham o imposto de 50% apenas para os campos denominados “existentes”, conforme a lei de 1996; já sob os “novos” incidiria 18% de impostos, dividido entre os departamentos (11%), o governo central (1%) e a YPFB (6%). Nos campos denominados “existentes”, a soma dos 50% seria completada por duas taxas destinadas ao tesouro nacional (de 13% e 19%) (FUSER, 2011: 135).

A diferenciação entre os poços considerados “novos” ou “existentes” seria dada pela classificação das reservas de hidrocarbonetos como “provadas”, reconhecidas as medidas por uma empresa certificadora internacional. Isso fez com que cerca de 85% das reservas de gás fossem classificadas como “novas”, inclusive campos que já estavam com a extração e exportação em andamento. Com as modificações combinadas, as empresas que já tinham contratos realizados com a YPFB transferiram sua modalidade para concessão, deixando de entregar 48% dos lucros das empresas capitalizadas, destinados aos Fundos de Pensão, pagando então apenas 18% de royalties da produção.

Outra modificação legal significativa foi a concessão da propriedade do gás e petróleo na lavra (na “boca do poço”) às petroleiras, diferenciando que o Estado boliviano era dono dos hidrocarbonetos enquanto permanecessem debaixo da terra. Instituída pelo Decreto Supremo 24.806, de 4 de agosto de 1997 – assinado pelo presidente Sánchez Lozada dois dias antes de transmitir a presidência a Banzer –, tal medida foi considerada inconstitucional pelos críticos, proporcionou uma redução significativa de royalties e impostos e tornou vulnerável a estrutura institucional, condenando o Estado a ter apenas os benefícios referentes aos impostos, dando às empresas plenos direitos sobre a comercialização e os excedentes (VILLEGAS, 2004: 73).

As medidas em conjunto e a descentralização operada por Sánchez de Lozada com o “*Plan Todos*” seriam responsáveis pela disparada do preço do combustível no mercado interno (entre 70% e 100%), obrigando o governo a responder com subsídios para garantir o abastecimento da população e o funcionamento dos transportes (GORDON, LUOMA, 2008: 99). De acordo com Thomas Perreault (2006: 156), o “*Plan Todos*” transferiu a escala de decisão para as superintendências (agências reguladoras) desde a criação do SIRESE (Sistema de Regulação Setorial), criando as superintendências de hidrocarbonetos, eletricidade,

transporte e saneamento básico. As superintendências, segundo Perreault (2006: 156), estariam sob o poder de decisão de agências multilaterais e das transnacionais petroleiras, distantes dos problemas relacionados ao território.

Outra medida do “triângulo” da liberalização do setor energético foi a capitalização¹⁴ da YPFB, fruto de um grupo de trabalho dirigido pelo Banco Mundial com o governo, em 1993, que indicaria em seu relatório quais áreas deveriam ser entregues às empresas privadas. O processo de venda das ações das estatais foi mais amplo e afetou, para além da estatal de hidrocarbonetos (YPFB), a de telecomunicações (Entel), aviação (Lloyd Aereo Boliviano), elétrica (Ende) e as ferrovias. Essas empresas representavam juntas 12,5% do PIB e 60% da arrecadação fiscal; só a YPFB respondia por quase 50% das receitas estatais (GORDON, LUOMA, 2008: 96; FUSER, 2011: 130).

Inicialmente o projeto do presidente Sánchez Lozada era de manter para o Estado 51% das ações das empresas; no entanto as regras da capitalização foram alteradas e ao fim entregou-se mais de 50% das ações às empresas estrangeiras, que assumiram o controle da gestão. Outros 48% foram entregues a duas Administradoras de Fundos de Pensões (AFPs), “empresas privadas formadas, por sua vez, por consórcio de empresas estrangeiras (majoritárias) e sócios bolivianos (minoritários)” (FUSER, 2011: 130-131). As AFPs e os bancos Ziruch e Bilbao Vizacaya criaram uma relação visceral com as capitalizadoras, a ponto de as transnacionais investidoras indicarem os administradores das AFPs. Os outros 2% ficaram com os funcionários das empresas estatais que optaram por transferir sua previdência para as ações (GORDON, LUOMA, 2008: 97).

Assim, a YPFB foi loteada a partir dos seus ativos mais importantes, em 1997, tornando-se 3 empresas de capital misto: Andina e Chaco, às quais estava designada a produção e exploração, herdeiras das reservas provadas de gás e petróleo pertencentes à YPFB (cada uma recebeu 11 campos), e a Transredes, encarregada do transporte, dos oleodutos e gasodutos. As três empresas passaram a gestão majoritária ao capital estrangeiro; a Chaco teve a maior parte das suas ações comprada pela estadunidense-holandesa Amoco, e depois pela BP (na época, British Petroleum), e tornou-se a principal produtora de GLP (Gás Liquefeito do Petróleo) para o mercado boliviano; a Andina passou ao controle de um consórcio argentino liderado pela Pluspetrol e depois foi transferida à espanhola YPF-Repsol

14 Por capitalização não se deve entender propriamente privatização, um processo mediante o qual se transfere a propriedade e gestão do setor público ao setor privado. Já na capitalização é vendida aos investidores privados parte das ações da empresa pública, ficando os investidores proporcionalmente responsáveis pelos novos investimentos. Mas o que os críticos afirmam sobre o setor petrolífero boliviano é que, na prática, foi privatizado.

(fruto da privatização da estatal argentina); a Transredes foi arrematada por um consórcio entre a Enron e a Shell (FUSER, 2011: 131).

O processo de capitalização entregou ainda, sem custos, equipamentos, infraestrutura e estudos geológicos às transnacionais, bem como o controle de reservas de petróleo e gás avaliadas em 12 bilhões de dólares – posteriormente, a avaliação dos campos passaria a 100 bilhões de dólares (GORDON, LUOMA, 2008: 96-97). Buxton (2008: 175) aponta ainda que a participação de executivos das transnacionais nos governos que aprovaram as leis, bem como a participação posterior de ministros que beneficiaram as empresas como executivos das capitalizadas, não foi um fenômeno raro, demonstrando os profundos laços de interesses que atuaram no desmonte das riquezas bolivianas.

Em continuidade a essas políticas, em 1999, as estruturas de distribuição e comercialização que pertenciam à YPFB foram arrematadas pela Empresa Boliviana de Refinación, um consórcio entre a Petrobras e a argentina Pérez Companc. Já em 2002, as ações da Pérez Companc seriam compradas pela Petrobras; a estatal brasileira tornou-se a única proprietária das refinarias Gualberto Villaroel (Cochabamba) e Guillermo Elder Bell (Santa Cruz de la Sierra) (FUSER, 2011: 132).

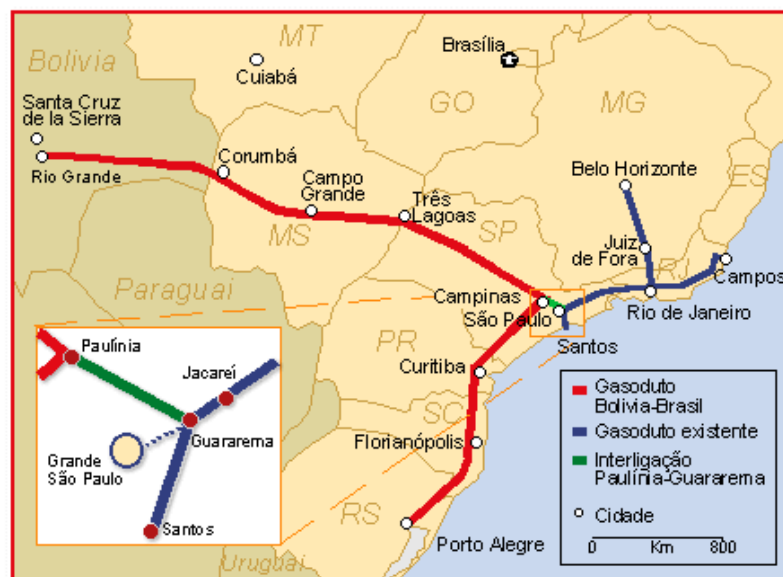
Com a capitalização das estatais e com a viabilização do Gasoduto Brasil-Bolívia, o governo boliviano pretendia arrecadar em torno de 330 milhões de dólares anuais em *royalties* e impostos das empresas (FUSER, 2011: 132), mas a nova legislação condenou o Estado a ter apenas os benefícios referentes aos impostos, dando às empresas plenos direitos sobre a comercialização e os excedentes.

Agora interessa elucidar o processo que, em paralelo às reformas, preparava o terreno para a construção do Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol), que significou o aprofundamento das relações entre a Petrobras e a Bolívia. O Gasbol foi, ademais, a obra de maior importância da década de 1990 para a Bolívia e fonte relativamente estável de recursos. Também para o Brasil esse projeto foi capaz de garantir o provimento de energia em um momento de crise no setor e de “apagões”.

Para que o projeto, que estava na pauta de negociações desde os anos 1970, deslanchasse, foi importante a demonstração de interesse em 1988 do governador paulista, Orestes Quércia (1987-1991), em comprar o gás boliviano para industrializar o interior do estado, fazendo com o que o então presidente José Sarney (1985-1990) retomasse as negociações, produzindo um acordo que contemplava ainda os ideais de industrialização do gás boliviano e de colaboração das estatais dos dois países. Esse acordo seria provisória e

parcialmente frustrado “com o triunfo e consolidação do projeto neoliberal nos dois lados da fronteira” (FUSER, 2011: 122-123).

Em 1993 seria dado o passo decisivo para a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil. Por meio do encontro entre os presidentes Paz Zamora e Itamar Franco, firmou-se o Acordo sobre Venda de Gás ao Brasil (Gas Supply Agreement, GSA), que entraria em vigor em 1996. O Gasoduto projetado, que entraria em operação em 1999, percorreria 557 km em território boliviano e 2.593 km em terras brasileiras, estendendo-se de Rio Grande, em Santa Cruz, até Campinas (SP), e da cidade paulista até Porto Alegre (RS); previa-se o fornecimento de gás por 20 anos, em remessas que começariam a 8 mm³/dia e, após oito anos, passariam a 16 mm³/dia, ao preço-base de US\$ 0,90 por milhão de BTU na entrada do gasoduto, valor que seria reajustado periodicamente a partir das variações no preço de três tipos de óleo combustível no mercado internacional e indexado ao dólar, chegando, em 2004, a US\$ 2,20 por milhão de BTU - preço ainda abaixo do praticado na Europa e América do Norte - (FUSER, 2011: 125-126).



Mapa 1. Gasoduto Brasil-Bolívia. Fonte: PASSOS, 1998.

Do ponto de vista legal, fundamental seria a Lei 1.689, de abril de 1996 (cuja legitimidade seria contestada pelos movimentos sociais que derrubaram o segundo governo de Lozada), que quebraria o monopólio pela empresa estatal boliviana YPF sobre a exploração de recursos naturais estratégicos, a fim de permitir a participação de grupos privados, especialmente estrangeiros. Embora mantivesse a propriedade do subsolo com o Estado boliviano, a ele caberia apenas supervisionar os processos e operações de exploração destes recursos (SOUZA, 2011). Uma medida que, segundo Villegas (2004: 73), além de

inconstitucional, condenava o Estado a ter apenas os benefícios referentes aos impostos, dando às empresas plenos direitos sobre a comercialização e os excedentes. Para piorar, nos contratos posteriores estabelecidos pelo governo Lozada, os tributos em favor do Estado boliviano seriam bastante baixos: 18%, contra os 50% antes vigentes.

O gasoduto assumiria formas concretas por meio de duas companhias: a GTB (Gás TransBoliviano S/A), pelo lado boliviano; e a TBG (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A), pelo brasileiro. E o projeto que dizia respeito às negociações Brasil-Bolívia de longa data ganharia como sócios relevantes as multinacionais Shell e Enron. Embora a Petrobras tenha assumido a maior parte do financiamento também pelo lado boliviano, caberia às multinacionais norte-americanas o controle acionário da companhia no lado boliviano (SOUZA, 2011¹⁵).

Como descreveu Torres Filho (2002), ambas as empresas (a Companhia Boliviana de Transporte, GTB, e a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil, TBG) apresentam o mesmo conjunto de sócios, mas o controle da TBG seria da Petrobras, através de sua subsidiária integral, a Gaspetro, ao passo que a empresa boliviana seria comandada pela Transredes, operada pela Enron:

TBG (Brasil) %		GTB (Bolívia) %	
Gaspetro	51,00	Transredes	51,00
British Gas	9,66	Enron	17,00
El Paso	9,66	Shell	17,00
Total Fina	9,66	Gaspetro	13,00
Fundos de Pensão Bolivianos	6,00	British Gas	2,00
Shell	7,00	El Paso	2,00
Enron	7,00		

Quadro 1. Composição Acionária das Empresas de Transporte de Gás do Gasoduto Brasil-Bolívia.

Fonte: Torres Filho (2002: 101).

15 Conforme a autora: “(...) tendo em vista notícias colhidas nos meios de comunicação, é possível dizer que provavelmente tanto bolivianos como brasileiros foram vítimas de pressões envolvendo as multinacionais em questão, empresários e políticos locais. (...) com a falência da Enron vieram à tona denúncias de fraudes envolvendo a empresa e o governo boliviano Lozada. Sob pretexto de que a Bolívia necessitava de recursos e sócios para não ficar refém do Brasil, o contrato com a Enron teria sido assinado em Miami, segundo as leis do estado de Nova Iorque, sob o comando de um grupo formado por empresários ligados a Companhia Minera del Sur (COMSUR), cujo principal acionista era o próprio Lozada. O negócio envolvia, além da Enron, parceiros como o Banco Industrial S.A. (BISA) e o Citibank. A Shell teria sido convidada à participação a fim de se evitar acusações de monopólio pela Enron sobre o gasoduto pelo lado boliviano” (SOUZA, 2011). Com a falência da Enron, a composição seria alterada com a entrada de outras multinacionais.

O lado boliviano do Gasbol significou 435 milhões de dólares investidos, gerando diretamente cerca de 600 empregos permanentes. No entanto, sequer os tubos de aço foram produzidos na Bolívia, mas importados da Argentina, do Brasil e da Coreia do Sul. A obra pouco contribuiu diretamente para o desenvolvimento boliviano, senão no salto da produção de hidrocarbonetos em condições particularmente desfavoráveis para a Bolívia (FUSER, 2011: 165). Assim funciona o desenvolvimento desigual: as multinacionais americanas exploram simultaneamente Brasil e Bolívia, com vantagens para o primeiro, que explorará o elo mais fraco, a Bolívia. De fato, 82% do total dos recursos, tanto para o lado brasileiro quanto para o boliviano (US\$ 2.154), “foram obtidos pela Petrobras através de empréstimos de longo prazo junto a agências multilaterais e de crédito à exportação e de uma participação expressiva do BNDES” (TORRES, 2002: 101), após Enron e Shell não garantirem os financiamentos. Segundo Dávalos (2009: 280):

As grandes empresas transnacionais que ingressaram no projeto tiveram o benefício adicional destes empréstimos, sem ter que se esforçar para obtê-los. De fato, os ex-altos executivos da YPFB que foram entrevistados pelo autor desta tese, em mais de uma vez disseram que as empresas internacionais pouco ou nada fizeram para obter o financiamento. Este foi disponibilizado de maneira fácil como financiamento público, através da Petrobras e com a garantia do governo brasileiro. As empresas internacionais, os grandes capitais, só tiveram de desfrutar das benesses.

O que só parece confirmar a hipótese de que sob a novíssima dependência e o novo imperialismo os investimentos produtivos perdem interesse para o capital imperialista, que prefere apossar-se do que existe. Ainda de acordo com a pesquisa realizada com altos executivos por Dávalos (2009: 245-246), a Enron orquestrou a construção do Gasbol na década de 1990 com o duplo interesse de explorar as reservas de gás na Bolívia e de se beneficiar do mercado energético brasileiro, a partir da tecnologia de termelétricidade que a multinacional havia desenvolvido. Não por acaso, no período posterior foi posto em prática no Brasil o Programa Prioritário de Termelétricas.

É certo que houve também vantagens para os países, pois a Bolívia encontrou no Brasil uma alternativa de mercado, uma vez que o contrato de importação de gás boliviano pela Argentina terminara em 1992. Além disso, processar-se-ia um crescimento significativo das reservas de gás natural a partir dos investimentos realizados. Conforme Dávalos, o nível de reservas “(...) de gás natural teve uma taxa de incremento anual da ordem de 31% entre 1997 e 2005. Em somente seis anos (até 2003), as reservas de gás natural passaram de 160 bilhões de m³ a 1550 bilhões de m³, uma relação de quase 10 vezes” (2009: 318). O que, por infortúnio da legislação que classificava esses campos como “novos”, deixaria poucos

resultados imediatos para a arrecadação do governo. Ainda em 2001, os cálculos realizados pelo Ministério dos Hidrocarbonetos indicavam que, como consequência das leis, de 1997 a 2001 deixaram de ser repassados ao Tesouro Geral da Nação 3 bilhões de dólares (GANDARILLAS, 2008: 75 apud FUSER, 2011: 136).

As mudanças legais denotam a forma pela qual se processa a acumulação por desposseção, beneficiando sobremaneira as empresas estrangeiras que atuavam no setor. Entre elas a Petrobras, que foi especialmente beneficiada, passando a controlar os megacampos de San Alberto e San Antonio, responsáveis pela totalidade das remessas de gás ao Brasil e por 60% do gás exportado pela Bolívia (FUSER, 2011: 138). Os contratos e a classificação desses campos são alvo de polêmicas profundas; os megacampos foram entregues à Petrobras por meio de um contrato de “risco compartilhado” (concessão) apenas dois dias antes da mudança tributária que diferenciava os campos entre “novos” e “existentes”. Mais controversa ainda é a questão ao considerarmos que, desde 1960, as prospecções em San Alberto já indicavam a presença de reservas prováveis de 5,8 trilhões de pés cúbicos no campo SAL X-9, e ainda outra reserva no poço SAL X-10; e, quando a Petrobras assume o controle do campo de San Alberto, o empreendimento já estava instalado pela YPFB e mantinha uma pequena produção (FUSER, 2011: 141).

Anteriormente, em 1995, a YPFB já havia manifestado que poderia explorar esses campos se houvesse os investimentos necessários, e até o presidente Paz Zamora havia comemorado as descobertas anunciando que resolveria os problemas econômicos do país (FUSER, 2011: 141). Ademais a YPFB era, até o início do seu desmonte, a principal fonte de renda estatal, estava entre as maiores petroleiras da América Latina e empregava mais de 9 mil funcionários (GORDON, LUOMA, 2008: 95). Sánchez Lozada prometera, ainda antes da eleição, que o conjunto de capitalizações criaria meio milhão de empregos, o que nunca aconteceu; pelo contrário, a YPFB demitiu entre 50% e 70% dos trabalhadores após a capitalização, impactando nas taxas de desemprego (GORDON, LUOMA, 2008: 95; 98).

A liberalização do setor, segundo os críticos, tampouco contribuiu com investimentos para o desenvolvimento da Bolívia. Segundo Gordon e Luoma (2008: 98), as indústrias preferiam exportar o gás natural como matéria-prima para ser beneficiado pelos afiliados no Brasil e na Argentina, deixando de investir em infraestrutura doméstica ou capacitação técnica, a ponto de que as duas refinarias que operavam na Bolívia até 2007 haviam sido construídas pela YPFB.

Essa ausência de reinvestimentos na Bolívia ocorria a despeito de vultosos ganhos que

obtinham as petroleiras. Só a REPSOL-YPF e a Petrobras, entre 1999 e 2004, tiveram lucros declarados de 4 bilhões de dólares e repassaram ao governo tão somente 1,2 bilhão (BUXTON, 2008: 175). Sete anos depois da capitalização, a produção havia crescido 135%, mas o aumento da arrecadação não passava de 10% (GORDON, LUOMA, 2008: 99; SHULTZ, 2008b: 141). Esses ganhos levaram a Petrobras a ocupar o papel de principal empresa da economia boliviana do período posterior, chegando em 2006, às vésperas da nacionalização, a representar 18% do PIB boliviano e 24% da arrecadação (FUSER, 2011: 128).

O conjunto de fatos apresentados põe abaixo o mito de que a ampliação da produção proporcionaria à Bolívia a ampliação das receitas ou a resolução dos problemas da dívida. Pelo contrário, neste particular a situação, tanto do ponto de vista econômico como político, só piorou, fazendo do Estado boliviano uma correia de transmissão dos interesses das Instituições Financeiras Internacionais. Na literatura há argumentos de que a capacidade de pesquisa e planejamento do Estado boliviano não se compara à do FMI, o que inviabilizaria a adoção de estratégias distintas daquelas traçadas pela instituição. Entretanto, a ação que empreendia essa e outras instituições, seja pela coerção – negação de ajuda financeira – ou pelo consentimento, gerado pelo aparato técnico – cursos oferecidos ou ainda a inclusão de funcionários nas suas folhas de pagamento –, exerce, sem dúvida, um efeito determinante.

O Gasbol, por seu turno, pode ser compreendido ao mesmo tempo da ótica da realização da acumulação por despossessão (em benefício sobretudo do capital imperialista) e de uma ordenação espaço-temporal, cujos riscos de exploração ficam a cargo da Petrobras, responsável pela captação dos financiamentos necessários para a execução da obra. Uma estratégia combinada de rapina da Bolívia em que os ganhos imediatos (despossessão) ficaram prioritariamente com a Enron e Shell, que pilhavam as empresas públicas capitalizadas e eram remuneradas pelo transporte do gás, enquanto os ônus e a responsabilidade financeira pela execução de um projeto de alto custo recaíram sobre a Petrobras.

Esse breve resumo dos fatos corrobora a existência de uma agenda de acumulação baseada em enfraquecimento da lógica estatal, resultado das conquistas das décadas anteriores, medidas que absorvem para o capital privado ativos que estavam sob gestão e posse estatal. Coloca, por fim, a Bolívia no quadro, definido por Saes (2007: 159), da novíssima dependência, em que:

O capital financeiro e o capital industrial do Primeiro Mundo, bem como os governos como o dos Estados Unidos – e as entidades que os representam

como o Fundo Monetário internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial -, querem não mais realizar novos investimento no aparelho produtivo para fazer avançar a industrialização associada nos países periféricos e sim obter ganhos fáceis, apoderando-se de todos os setores econômicos já existentes que possam propiciar ganhos reais e imediatos.

O grau de espoliação pode variar, ainda de acordo com Saes (2007: 161), pelo grau de resistência local à agenda do capital imperialista. De modo similar, Harvey (2005) considera a luta de classes componente ativo do *desenvolvimento desigual*. Por ser, portanto, componente teórico e metodológico desta pesquisa, trataremos no próximo capítulo propriamente da formação da resistência local e de um programa popular para a Bolívia. Inicialmente recuperaremos desde a perspectiva da longa duração de formação do programa popular, ou a lógica territorial local, que veio à tona nesse último período a partir da Agenda de Outubro, mas que encontra sua origem desde o final da Guerra do Chaco, em 1936, quando, de acordo com Zavaleta (2009), forma-se a consciência nacional.

Ademais, cumpre tratar das resistências ao aprofundamento da acumulação por despossessão da empobrecida nação sul-americana. São essas as mobilizações que levaram Evo Morales ao poder em 2005: o combate à erradicação da coca, a Guerra da Água contra a privatização da água em Cochabamba e, por fim, a Guerra do Gás, que impediu a exportação do gás aos EUA e derrubou o então presidente Lozada e seu vice, Mesa, antecipando as eleições e dando a vitória ao MAS. Essas mobilizações são em larga medida passíveis de serem compreendidas como produto dos três fatores: a implantação da lógica do capital – que endividou e gerou crises na Bolívia -, a acumulação por despossessão – que implanta uma série de reformas, destruindo as conquistas anteriores - e a lógica territorial de dominação – que, a partir de ordenações espaço-temporais, buscam explorar os recursos naturais, especialmente o gás boliviano.

III. AS LUTAS POPULARES NA BOLÍVIA DO SÉCULO XXI: DO LUGAR AO TERRITÓRIO

O processo imperialista de desmonte das conquistas bolivianas do século XX e do início do século XXI, como mecanismos de acumulação por espoliação que atingiam diretamente as necessidades do povo boliviano, ensejou um processo de mobilizações populares que se impuseram em todas as escalas, desde o local até o nacional, chamando atenção para três conflitos em especial: o criado a partir da resistência à erradicação das plantações de coca; a resistência da cidade de Cochabamba frente à privatização do serviço de água e esgoto; e a Guerra do Gás, que impediu a exportação do gás aos EUA. Esses processos de rebelião unificam-se pelas estruturas locais de conflito, que passam a se impor nacionalmente, limitando a rapina exercida pela lógica do capital. Ademais foram essas lutas que, desde o contexto de endividamento e submissão que apontamos na seção 3, impuseram uma nova agenda de soberania à Bolívia sob a liderança de Evo Morales.

O processo de lutas que se iniciou nos anos 2000 teve como pano de fundo especialmente as medidas econômicas da década anterior, que geraram ondas migratórias dos mineiros em direção às cidades como El Alto, na periferia de La Paz, e para o Chapare, em Cochabamba, zona de plantação cocaleira (GUIMARÃES et al 2009: 19) ¹⁶.

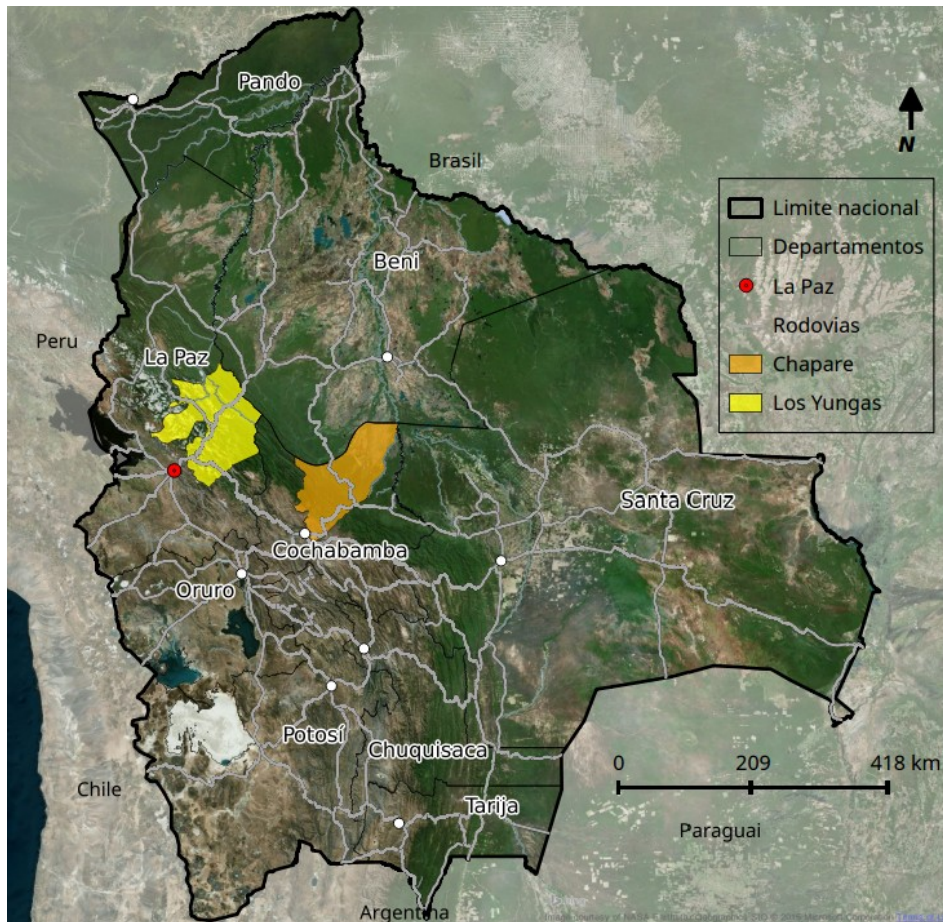
Nas regiões cocaleiras se estabeleceriam o novo eixo de mobilização camponesa, no combate à política de erradicação das plantações de coca. Desde lá formou-se a nova geração de militantes que assumiriam a direção do movimento camponês, com destaque para Evo Morales, e fundariam o MAS, como retrataremos a seguir.

III.1. Da luta cocaleira à fundação do MAS

As principais regiões de cultivo da coca na Bolívia são Los Yungas, no departamento de La Paz, e Chapare, no departamento de Cochabamba. Los Yungas é a região em que a coca foi milenarmente cultivada em terraceamentos feitos à mão numa zona de bosque subandina, a noroeste da cidade de La Paz, região onde o cultivo é considerado legal e destinado ao mercado doméstico (CONZELMAN, 2008: 205). Já no Chapare, no vale cochabambino, a coca passou a ser cultivada a partir dos anos 1960; o cultivo ampliou-se nos anos 1980 pelo aumento da migração e o auge dos preços da cocaína no exterior (CONZELMAN, 2008: 204;

¹⁶ No Chapare, uma região de colonização recente, os 32 mil habitantes de 1976 passariam a 108 mil, em 1992, “com uma enorme população quéchua e aymara, em que 80% falam quéchua” (GUIMARÃES et. Al, 2009: 19)

SILVA, 2009: 57). O mapa a seguir destaca as regiões cocaleiras:



Mapa 02. Regiões cocaleiras. Elaboração: Autor, 2015. Com dados do Centro Digital de Recursos Naturais da Bolívia e imagem de satélite da NASA fornecida pelo BING. Elaborado em: Quantum GIS 2.0.1.

Ainda que tenha usos ligados à tradição boliviana, às dificuldades ligadas ao trabalho pesado das minas e à subalimentação¹⁷, a migração buscava sobretudo o lucrativo mercado externo da produção de cocaína; segundo Do Alto (2007: 35), durante o governo Garcia Meza (1980-1981), quando se instalou uma “narcoditadura”, a exportação de folha de coca chegou a representar 50% do PIB.

Após esse período, difundiram-se medidas repressivas, quando o consumo do crack e da cocaína passou a ser considerado uma epidemia; o governo dos EUA considera responsáveis os países andinos e o México pela produção da coca e inicia uma política de controle do abastecimento (YOUNGERS, 2008: 210).

17 De acordo com a antropóloga Caroline Conzelman (2008: 205), a folha de coca é um estimulante suave que oferece alto valor proteico, além de carboidratos, cálcio, ferro, vitaminas A e E. Comparada a outras 50 plantas nativas, é uma fonte nutritiva importante para os trabalhadores bolivianos. Sendo utilizada ainda como remédio para o mal-estar gerado pela altura nos andes (mal de altura), também para gastrite e hipoglicemia. Seu cultivo teria evoluído em conjunto com o de batatas nos Andes, por ser eficiente em auxiliar na digestão do amido.

Contra as medidas de erradicação implementadas pelos EUA por meio do DEA, os cocaleiros passaram a se organizar e resistir. Reforçada pelas contingências e migrações, a CSUTCB passa a acumular força; em conjunto com os ex-mineiros que vinham com experiência sindical – em 1992, nos vales cochabambinos, 42% dos imigrantes eram oriundos do altiplano (PFRIMER, 2009: 305) -, a central camponesa passa a pautar com centralidade a reivindicação contrária à erradicação das plantações de coca.

Com base nas seis federações sindicais do Chapare e na organização que as unificava (*Coordinadora de las Seis Feraciones del Trópico de Cochabamba*) - fundada em 1992 e dirigida por Evo Morales (GARCIA LINERA et al, 2010: 392) –, convocaram, em 1994, a primeira grande mobilização nacional em defesa da coca (DO ALTO, 2007: 37), a “*Marcha por la Vida, la Coca y la Soberania Nacional*”. Uma longa caminhada de vinte e dois dias de Villa Tunari até La Paz, percorrendo 620 km, que reuniu três mil camponeses que ultrapassaram todas as tentativas de bloqueio que o governo Sánchez Lozada tentou impor (GARCIA LINERA et al, 2010: 429). A marcha resistia à ofensiva do governo, chamada Opção Zero, que marcava o fim das negociações e o início das erradicações forçadas.

Segundo Do Alto (2008: 37), em paralelo à defesa das plantações de coca, faziam a discussão e apresentavam a reivindicação pela refundação da Bolívia via convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana, iniciando a elaboração de um programa político.

No ano seguinte, no VI Congresso da CSUTCB, é tomada a decisão que daria origem ao MAS e que esteve, ao longo de décadas, sendo gestada por grupos minoritários na COB (BARBOSA FILHO, 2008): a construção de um “instrumento político” autônomo para a participação política do movimento camponês. A construção se confirmou em 1995, no congresso “Terra, Território e Instrumento Político”, contando com a participação, além da CSUTCB, da Confederação Sindical de Colonizadores da Bolívia (CSCB), da Federação Nacional de Mulheres Camponesas – Bartolina Sisa (FNMCB-BS) e da Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia, do Oriente (CIDOB). Nessa ocasião fundariam a Assembleia pela Soberania dos Povos (ASP), que seria presidida por Alejo Véliz (DO ALTO, 2008: 39).

Cabe dizer que os sindicatos – e que, portanto, a recém fundada ASP –, representavam uma amálgama de sindicatos convencionais e estruturas comunitárias (GUIMARÃES et. al., 2009: 18), “organizando a vida comunitária dos indivíduos e famílias, repartindo terras, aplicando justiça comunitária, organizando trabalho voluntário, comercializando produtos cultivados, entre outras funções” (SILVA, 2009: 57).

Por outro lado, a necessidade de se construir a representação popular dentro da política

eleitoral vinha da crítica ao sistema de governos pactuados, em que, para se eleger à presidência – como apontamos anteriormente –, na ausência de maioria absoluta nas urnas, era necessário passar por um segundo turno feito no congresso nacional, o que levou ao domínio de negociações pelos partidos no âmbito do parlamento e entre os próprios partidos, estabelecendo um sistema de distribuição de cotas de cargos e benefícios estatais, para garantir a governabilidade.

Esse condomínio político era dirigido pelos grandes MNR, MIR (Movimento da Esquerda Revolucionária)¹⁸ e ADN (Ação Democrática Nacionalista) – que concentrava a ação política do ex-ditador Hugo Banzer, mas que dependia dos menores, CONCEPA (Consciência de Pátria) e a Unidade Cívica Solidariedade (UCS) (GUIMARÃES et. al., 2009: 14), que se tornaram chave nas definições dos presidentes de 1989 a 1999 (PFRIMER, 2009: 317).

A construção do “instrumento político” buscava diferenciar-se dos partidos, justamente pela crise de legitimidade pela qual os partidos passavam; ademais, reforçava a superioridade que cumpria o sindicato na vida política da Bolívia (STEFANONI, 2003: 61; SILVA, 2009: 60). Mas até 1997 não havia conseguido a aceitação pela Corte Nacional Eleitoral (CNE), levando-os a disputar a eleição junto à coalização Esquerda Unida (IU)¹⁹, nos anos de 1995 e 1997 (SILVA, 2009: 60). Essas eleições deixaram evidente, por um lado, a viabilidade da construção do partido²⁰ e, de outro, a centralidade e a seriedade com que os cocaleiros do Chapare levavam adiante a participação eleitoral. Em 1995 e 1997, os candidatos ligados à ASP tiveram, respectivamente, 3% e 3,5% dos votos nacionais, concentrados sobretudo no interior do departamento de Cochabamba e, especialmente, no Chapare (SILVA, 2009: 60); no pleito de 1997, Evo Morales é eleito deputado por Cochabamba com 70% dos votos; e ainda garantiram a eleição de três outros deputados (DO ALTO, 2008: 40).

Já no ano seguinte, Véliz, presidente da ASP, acusaria Morales de boicotar sua

18 O MIR fora fundado em 1971, com predominância do movimento universitário ligado à juventude cristã e ao Partido Democrático Cristão Revolucionário, que apoiou a tática de guerrilha da ELN, o grupo Espártaco, vinculado a professores universitários, e dissidentes do MNR, como o teórico Rene Zavaleta e o futuro presidente Paz Zamora (ANDRADE, 2011: 137). O MIR, desde sua origem, era heterogêneo e com traços pequeno-burgueses, mas o oportunismo do MIR ficou evidente na gestão de Jaime Paz (1989-1993).

19 Coalizão composta pelo PCB - PS-1 -, uma cisão do MIR (MIR - Bolívia Livre); o MAS-U (Movimento ao Socialismo – Unzaguista); Eixo da Convergência Patriótica (ECP).

20 Havia no início da construção do MAS-IPSP algumas polêmicas quanto à classificação da organização como partido. No entanto, ao passar dos anos elas foram-se dissipando pela experiência eleitoral, a ponto de considerarmos não ser necessário neste trabalho retomar essa discussão.

candidatura a deputado plurinominal, enquanto este retrucaria acusando-o de negociar com Banzer (SILVA, 2009: 61); essa situação levaria à ruptura de Morales com a ASP, que garantiria ainda a maioria da CSUTCB e a fundação do Instrumento Político para a Soberania dos Povos (IPSP) (DO ALTO, 2009: 40).

Em 1999, com as eleições municipais em jogo, o recém fundado IPSP, de Morales, decide adquirir personalidade jurídica para disputar as eleições. Frente às negativas da CNE, decidem ingressar na sigla MAS e assumir sua direção, que até então pertencia a um grupo da FSB de esquerda. Há controvérsias sobre o ingresso no MAS: há quem diga que tenha sido simplesmente cedido e há quem defenda a tese de que foi comprado. Entretanto o fato é que, de posse do MAS, Morales e sua fração do movimento camponês passariam a ter uma expressividade eleitoral. Nas eleições de 1999, mantiveram a porcentagem de votos (3,3%), o que marcou a difusão do partido de Morales para outras regiões do país (SILVA, 2009: 61-62).

O pesquisador Pablo Stefanoni (2003: 60) considera que a emergência do MAS-IPSP é resultado da conjuntura de ruptura do modelo de pactos de uma década de neoliberalismo e dos séculos de práticas coloniais somados ao modo de organização próprio dos sindicatos operários, que, com os mineiros migrantes, levaram ao acúmulo das experiências que contribuíram para politizar as reivindicações dos camponeses. Considera ainda:

Ao mesmo tempo, outros fatores - de caráter mais ou menos conjuntural - intervieram no clima de “disponibilidade política” do qual se beneficiou o MAS (inclusive além de suas próprias expectativas): a) a reinvenção de uma narrativa de recorte étnico que retoma as teses do colonialismo interno (cuja difusão deve-se em grande medida à liderança de Felipe Quispe na CSUTCB); b) a crescente submissão do estado boliviano aos ditados da embaixada estadunidense - especialmente na questão da erradicação da coca - que criou um clima *anti-imperialista* que recorreu transversalmente a diferentes setores da sociedade; c) o rechaço aos partidos políticos tradicionais (...); c) o espaço “vazio” deixado pela profunda crise das experiências neopopulistas como o partido Consciência da Pátria (CONDEPA) - e em menor medida a crise da Unidade Cívica Solidariedade (UCS) - especialmente nas cidades de La Paz e El Alto; f) os efeitos político-sociais do Plano Dignidade, que aumentou a violência do conflito cocaleiro e golpeou duramente a economia do Chapare, com um efeito multiplicador negativo sobre toda a região cochabambina; g) a Lei de Participação Popular e a introdução do sistema de eleições uninominais [distrital misto] (...), que melhorou a estrutura de oportunidades política para o MAS-IPSP, ao permitir ascender a vários governos municipais, especialmente na região cocaleira do departamento de Cochabamba e cargos legislativos nacionais; e h) *last but not least* [por último, mas não menos importante, em inglês no original], a irrupção democratizadora dos movimentos sociais, cuja expressão inicial foi a guerra da água em Cochabamba em abril de 2000 e o ciclo de bloqueios aymaras do altiplano entre abril e setembro do mesmo ano. (STEFANONI,

2003: 60, tradução nossa, grifos do autor).

O MAS, como dissemos, foi construído a partir da luta contra a erradicação da coca e, no último período, concentrou-se em fazer oposição ao Plano Dignidade (1997-2002), do governo Banzer (1997-2001), que marcou o fim das negociações e compensações pela erradicação das plantações e objetivou a erradicação total da coca, de forma forçada, em 5 anos. O plano previa uma verdadeira estratégia de guerra, enviando cinco mil soldados para o Chapare, fazendo com que no ano 2000 o governo anunciasse que tinha quase alcançado o objetivo. No entanto, nos dois anos seguintes, a produção aumentaria em 20%, denotando que havia falhado o projeto do governo que previa o desenvolvimento de cultivos alternativos à coca (YOUNGERS, 2008: 213). O “quase cumprimento da meta” não seria, como é de se esperar, pacífico; pelo contrário, em todo o processo, denúncias de abusos, execuções, torturas, detenções ilegais tornaram-se comuns (LEDEBUR, 2004; YOUNGERS, 2008: 213).

O aumento da violência e da resistência dos cocaleiros teve o efeito político, em 2002, de fazer com que Evo Morales, eleito deputado em 1997, perdesse o mandato acusado de incitar a violência. No mesmo ano, projetado pelas lutas camponesas e por declarações de hostilidade da embaixada dos EUA, que o classificavam como terrorista, Morales foi candidato à presidência, logrando um segundo lugar com apenas 1% a menos que o eleito em segundo turno no congresso, Gonzalo Sánchez Lozada. O MAS se ausentaria das negociações do segundo turno no congresso, não compactuando com as negociações que se estabeleceriam.

A eleição de 2002 seria a última que Evo Morales perderia; mas, antes de ir às urnas novamente, os processos de mobilização fariam tremer as bases do Estado boliviano, que mediava a espoliação. A seguir relataremos o processo de mobilizações que, ao se oporem às políticas preparadas pelas IFIs, levaram à renúncia de Gonzalo Sánchez e de seu vice-presidente, Garcia Mesa, até a vitória do MAS. Antes dos embates definitivos, há que se considerar um dos episódios mais importantes para a formação dessa nova geração de embates bolivianos, que foi a Guerra da Água.

III.2. “*El agua es nuestra carajo*”²¹: a Guerra da Água de Cochabamba e suas implicações no início de um processo de rebelião aberta

Esta seção abordará a luta contra a privatização do serviço de água e esgoto de Cochabamba - cujas características de uma luta local foram posteriormente projetadas à escala

²¹ Slogan da Guerra da Água.

da nação e do território -, que, para ser compreendida, no conjunto das rebeliões e em sua capacidade de saltar escalas, deve ser precedida de uma explicação sobre o território que foi o campo de lutas e sobre seu papel na conformação da tessitura boliviana.

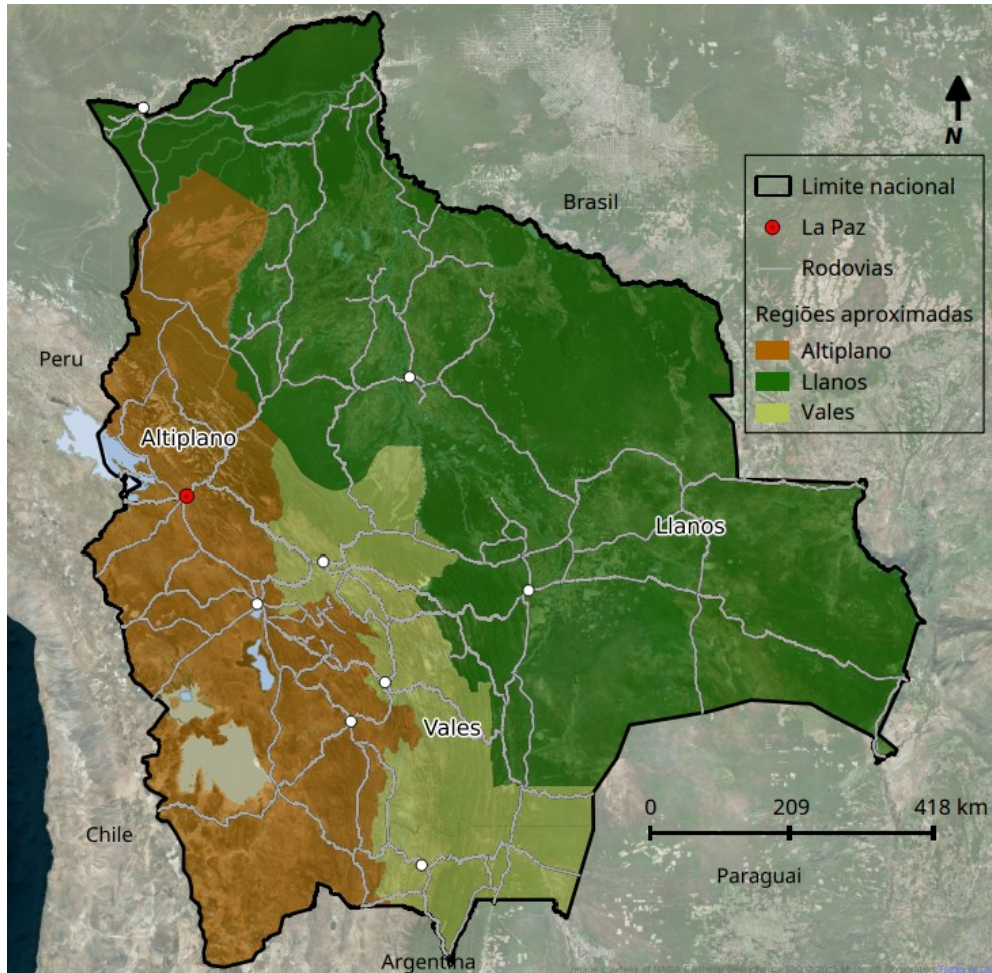


Mapa 03. Município de Cochabamba. Elaboração: Autor, 2015. Com dados do Centro Digital de Recursos Naturais da Bolívia e imagem de satélite da NASA fornecida pelo BING. Elaborado em: Quantum GIS 2.0.1.

Cochabamba tem uma posição privilegiada no eixo La Paz–Santa Cruz; essa nodosidade foi construída a partir da expansão dos processos migratórios, em 1952, em direção ao oriente e, nessa mesma década, do asfaltamento da rodovia Cochabamba–Santa Cruz, que foi a grande obra daquela década. Formava assim, segundo Pfrimer (2009: 300-301), um corredor econômico que articulava as regiões bolivianas do Altiplano (departamentos de La Paz, Oruro e Potosí), dos Vales (Cochabamba, Chuquisaca e Tarija) e dos Lhanos²² bolivianos (Santa Cruz, Beni e Pando) (PFIREMER, 2009: 301), cujo pivô

²² Os lhanos são regiões características de planícies alongadas ao leste da cordilheira dos Andes (CUNIL, 1968)

territorial estaria em Cochabamba, com a função de interconexão de dois centros exportadores (PFIREMER, 2009: 302), influenciados pela logística desde o pacífico (Altiplano, centros mineiros) e desde o atlântico (Lhanos)²³.



Mapa 04. Regiões bolivianas. Elaboração: Autor, 2015. Com dados do Centro Digital de Recursos Naturais da Bolívia e imagem de satélite da NASA fornecida pelo BING. Elaborado em: Quantum GIS 2.0.1.

Com as migrações do fim do ciclo do estanho e o empobrecimento da população no Altiplano, o oriente passa a atrair constantes fluxos migratórios. No oriente, os migrantes indígenas tinham baixa identificação étnica e sofriam racismo com base na pretensa ideia autonomista de “nação cambia”. Cochabamba destacava-se então por receber o fluxo migratório indígena e firmou-se como o segundo centro que mais recebeu migrantes (PFIREMER, 2009: 305-306), com notório crescimento populacional.

23 A Bolívia esteve no centro das disputas geopolíticas entre Argentina e Brasil, do início do século XX, os quais a identificavam, em conjunto com o Paraguai, a área de soldadura continental, o *heartland* do subcontinente; mantendo o Brasil uma influência em Santa Cruz de la Sierra e a Argentina, primeiro em Sucre e, posteriormente, em La Paz; Cochabamba, portanto, estava no meio do caminho, produzindo a síntese das disputas geopolíticas (PFRIMER, 2009: 340-341)

Entre 1950 e 1976, a população de Cochabamba passou de 75 mil habitantes para 200 mil, e somariam, em 2001, mais de meio milhão (PFIREMER, 2009: 305). A migração fez a paisagem da cidade rural se transformar em poucos anos, as áreas rurais perderam espaço para casas feitas de adobe e cobertas de amianto. O inchaço ocorreu sem melhorias suficientes na infraestrutura de abastecimento de água, obrigando mães e avós a carregarem baldes de 10 quilos por longas distâncias, desde os rios e bicas públicas. A precariedade de saneamento básico ceifava a vida de uma a cada vinte crianças ainda antes de iniciar o ensino infantil, por doenças comumente relacionadas à falta de água limpa (SHULTZ, 2008a: 18-19).

Desde a década de 1960, Cochabamba possuía uma empresa pública de água e esgoto, a SEMAPA (Serviço Municipal de Água Potável e Esgoto, sigla em espanhol), fruto de um empréstimo de 14 milhões do BID para desenvolver a provisão de água de Cochabamba (SHULTZ, 2008a: 19-20). Entretanto, os bairros da periferia, de ex-mineiros e ex-camponeses foram excluídos quase que por completo das ampliações operadas pela SEMAPA até a década de 1990 (SHULTZ, 2008a: 20).

Na década de 1990, a inexistência de avanços e a incapacitação do governo pelas contrarreformas levaram os cochabambinos a construir comitês de água independentes do governo, buscando solucionar o problema do abastecimento. Um exemplo de organização comunitária é a Federação Cochabambina de Regantes (FEDECOR), que surgiu em 1992 para monitorar a perfuração de poços e que mobilizaria a zona rural e periurbana; posteriormente, atuaria como pivô da Guerra da Água (SHULTZ, 2008a: 21; PERREAULT, 2006: 157).

Já na virada do século, uma obra de grande porte (uma ordenação espaço temporal), o Projeto Múltiplo Misicuni, previa a construção de um túnel de 19km para trazer água da grande represa de Misicuni, ao custo de 500 milhões de dólares. A negociação do projeto até sua realização, iniciada em 1998, foi permeada por relações escusas, negociações e interesses políticos²⁴ (SHULTZ, 2008a: 21-22) e pela ampliação da submissão estatal às IFIs por endividamento. O Banco Mundial, que era um dos credores da dívida da SEMAPA, já em 1996, solicitava do alcaide, como contrapartida para um novo empréstimo de 14 milhões, a privatização dos serviços (SHULTZ, 2008a: 23). Já em 1999, em troca do abatimento de 600 milhões da dívida da SEMAPA com o Banco Mundial, a empresa pública foi arrematada pela única proposta, feita pela empresa *Aguas del Tunari*²⁵.

24 Matheus Pfrimer (2009) afirma que o Projeto Misicuni foi levado adiante por interesses políticos e esteve no centro da disputa presidencial que elegeu Banzer (1997-2001). Sendo executado em detrimento do Projeto Corani, que previa um orçamento inferior e menor endividamento da empresa.

25 Tunari é o nome da montanha que é vista do vale cochabambino.

Essa “misteriosa” empresa havia sido criada pela gigantesca empresa de engenharia norte-americana Bechtel e sua subsidiária de Londres, Águas Internacionais Ltda. (IWL, sigla em inglês), que havia se especializado no negócio mundial de água. A *Aguas del Tunari* era parte do acordo com o governo boliviano, que previa um contrato de 40 anos com lucros de 16% (SHULTZ, 2008a: 23-24). Posteriormente, a multinacional italiana Edison assumiria 50% das ações da IWL (que tinha 55% do controle acionário).

É importante notar, como fazem Shultz (2008a) e Pfrimer (2009), que há um interessante vínculo das empresas envolvidas com o governo dos EUA e seu complexo militar-industrial. A Bechtel, por exemplo, assumiu obras no Iraque que a levaram a um faturamento de 18 bilhões de dólares (SHULTZ, 2008a: 23). Os laços são profundos, a ponto de terem executivos vinculados aos governos dos EUA (SHULTZ, 2008a: 23; PFRIMER, 2009: 357-358). Ainda que não haja evidências, como reconhece Pfrimer (2009: 358), é no mínimo curioso constatar negócios desenvolvidos por essas empresas com o governo boliviano – em uma coincidência territorial e temporal –, com a instalação das bases militares dos EUA no Chapare para a erradicação da coca.

O contrato firmado com as empresas ocorreu ao final de 1999 e, desde aquele momento, já foi alvo de críticas do alcaide Manfred Reyes Villa, do partido regional *Nueva Fuerza Revolucionária* (NFR), quanto à alta das tarifas pós-privatização. Por essas críticas, o NFR foi expulso da aliança banzerista, da qual a CONDEPA já havia sido expulsa, em 1998, dando evidentes sinais de desgaste (PFRIMER, 2009: 319). Para sustentar o lucro das multinacionais, a tarifa havia sido reajustada entre 43% e 51%, na média, mas chegando a absurdos 300%, provocando uma reação popular que deu origem à *Coordinadora de Defensa del Águal y la Vida*. Essa frente de luta contava com a participação de sindicatos dos cocaleiros, associações de moradores, entidades camponesas, operários, ativistas de esquerda, cidadãos de classe média; enfim, era uma nova articulação social flexível.

A rebelião de fato começou pelos irrigadores ligados à Federação, que estavam impedidos de ter acesso aos canais que tinham construído para o autoabastecimento de suas fazendas. Ainda em novembro de 1999, bloquearam as estradas de acesso a Cochabamba por 24 horas; no povoado de Vinto, o bloqueio durou 48 horas, demonstrando disposição de ir além daquilo que a direção da FEDECOR havia definido, como disse a liderança sindical Omar Fernández (SHULTZ, 2008a: 25). Como consequência dessas primeiras mobilizações, decidiram reunir-se com setores mais amplos, no escritório do sindicalista Oscar Oliveira, presidente da Federação de Trabalhadores Fabris de Cochabamba, e passaram a se organizar

com os camponeses, operários, ambientalistas e outros setores “para avaliar a proposta do governo de tomar o controle dos canais de irrigação e a alta das tarifas” (SHULTZ, 2008a: 25). Decidiram lançar uma rebelião urbana e rural, unificada, contra o plano do governo, e estabeleceram a aliança chamada Coordenadoria pela Defesa da Água e da Vida.

Entre janeiro e abril de 2000, Cochabamba foi palco da Guerra da Água, sob a direção da Coordenadoria – e das entidades e sindicatos que a compunham, entre eles a seção regional da COB –; foram convocados bloqueios das rodovias, ocupações de prédios públicos e da sede da empresa e a greve geral que paralisou a cidade. A luta foi sendo ganha aos poucos até a expulsão da *Aguas del Tunari*; entretanto, a cada batalha, o governo Banzer demonstrava que estava disposto a ir às últimas consequências para garantir a aplicação da acumulação por despossessão, chegando a prender as direções da Coordenadoria e decretar estado de sítio em Cochabamba.

O estado de sítio decretado em 6 de abril pelo governo Banzer suspendeu as garantias constitucionais e os direitos políticos, proibindo reuniões, o funcionamento das rádios e impondo o toque de recolher. Policiais prendiam os dirigentes da Coordenadoria e seus familiares. A população reagia levantando bloqueios na cidade, contando com solidariedade de amplos setores, desde donas de casa até idosas, que abriam as casas para dar de comer aos que batalhavam nas ruas, que cuidavam dos feridos e ainda ajudavam na construção das barricadas (SHULTZ, 2008a: 32). Com o decreto de estado de sítio, os oficiais passam a utilizar munição letal e, no dia 8 de abril, o confronto assassinou Victor Hugo Daz, de 17 anos, com uma bala de fuzil; a comoção tamanha despertada entre a população levaria outros milhares às ruas; a polícia não pôde resistir e retornou aos quartéis (FUSER, 2011: 162).

O Governo Banzer, entretanto, não estava disposto a recuar da política de privatização, dizia à imprensa internacional que os protestos eram organizados por narcotraficantes, que buscavam desestabilizar seu governo. Foi só no dia 10 de abril, quando os diretores da Bechtel deixaram o país, que o governo declarou que o contrato havia sido rescindido e que, portanto, a empresa retornaria a ser pública (SHULTZ, 2008a: 33).

A pauta da Guerra da Água, que se iniciara pela redução das tarifas, passaria a ser a exigência da anulação do contrato com a *Aguas del Tunari*. Essa mudança ocorreu ao longo das mobilizações, quando a Coordenadoria descobriu os termos do contrato, que previa a taxa de lucro da Bechtel e a ausência de investimentos (SHULTZ, 2008a: 29), fazendo a luta mudar de escala, a partir daí, em direção à rejeição à privatização, para que o controle da água não fosse determinado pelos interesses externos, e em defesa dos “*usos y costumbres*”, para

que fosse respeitado o manejo comunal das redes de abastecimento que foram construídas pelo povo (PERREAULT, 2006: 158-159).

As lutas cochabambinas desse período – considerando a fragilidade das vias da Bolívia e a nodosidade que representa Cochabamba, na conexão do mercado doméstico e também do mercado externo –, ao paralisarem a cidade, colocaram interesses de escalas superiores em jogo durante a rebelião (PFRIMER, 2009: 346), elementos que não podem ser desconsiderados como favoráveis à vitória conquistada. A luta levada a cabo em Cochabamba teve como estrutura principal da rebelião a Coordenadoria, que se converteria em um horizonte de organização, como coordenação dos movimentos sociais (TAPIA, 2007: 183). E, no campo político, a Guerra da Água projetaria a reivindicação da realização da Assembleia Nacional Constituinte, ligando-se ao projeto de nacionalização e democratização gestado nas décadas anteriores (TAPIA, 2007: 183-184).

O contencioso da água em Cochabamba daria ainda um salto à escala internacional, tanto pelo seu exemplo de luta, que inspiraria diversos movimentos e teóricos, quanto pela tentativa da Bechtel de solicitar indenização de investimentos ao tribunal internacional do Banco Mundial, em Washington. Por conta disso, diversas mobilizações internacionais ocorreram em apoio a Cochabamba, contra a empresa, e foram direcionadas também ao Banco Mundial. As diversas rodadas de mobilizações e solidariedade internacional que se iniciaram, com campanhas de moções dirigidas aos executivos das empresas, levaram a Bechtel a desistir do litígio por um pacto de apenas 2 bolivianos (US\$ 0,30) em 2006. Foi a primeira vez que uma grande corporação desistiu da cobrança de litígios (SHULTZ, 2008a: 39-40).

O exemplo de resistência de Cochabamba traria efeitos positivos também em escala nacional, elevando a média mensal de conflitos reivindicativos de 28,4 conflitos/mês, durante o governo Banzer (1997-2001), para 29,6 conflitos/mês no governo Jorge Quiroga (2001-2002), 35,7 no governo Gonzalo Sánchez Lozada (2002-2003) até o ápice de 50,7 conflitos mensais no governo Carlos Mesa (2003-2005) (LASERNA, 2006: 96).

Além da elevação das lutas, ocorreu a nacionalização da luta contra a privatização da água; ainda em 2000, indígenas aimarás de comunidades do Altiplano organizaram um cerco a La Paz, que durou 10 dias, reivindicando entre outras coisas a revogação da privatização das nascentes que abastecem as cidades vizinhas de La Paz (FUSER, 2011: 162). Já em 2005, uma nova Guerra da Água ocorreria, dessa vez em El Alto, região metropolitana de La Paz, e expulsaria a francesa Suez da exploração do serviço público altenho, escrevendo mais um dos

capítulos de luta neste início de século.

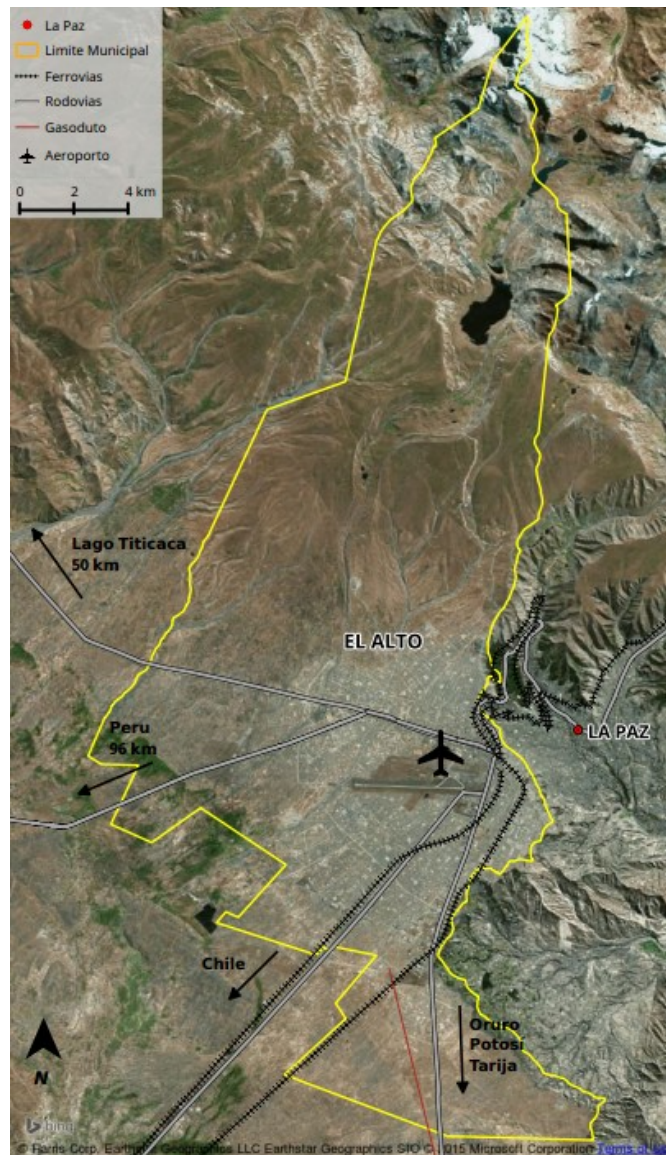
A continuidade das lutas pelos recursos naturais manteria como palco a região metropolitana de La Paz e, especialmente, El Alto, que será retomado como quartel-general da luta emancipatória. Dessa vez, de forma similar às anteriores, os altenhos rebelavam-se por um futuro, pelo desenvolvimento e contra a espoliação do país pela lógica do capital, que vigorava com relação ao principal produto boliviano, o gás natural.

III.3. “El gas no se vende”²⁶

A Guerra do Gás, que ocorreu em outubro de 2003 e em 2005, teve como lugar de ação das massas a cidade de El Alto, cuja localização privilegiada já havia sido utilizada como quartel-general do conflito de Tupac Katari e Bartolina Sisa no século XVIII (PUENTES, LONGA, 2007: 98). El Alto fica a oeste de La Paz, 400 metros acima da capital, passando por ali importantes rotas que ligam a capital a Tarija, Oruro e às fronteiras a oeste da Bolívia.

A origem do povoamento de El Alto, segundo Puente e Longa (2007: 99), foi uma reação à reforma agrária de 1953, que fez com que os proprietários de terra, temendo a expropriação, passassem a construir loteamentos urbanos sem nenhum planejamento e sob forte especulação. A cidade caracterizou-se por nunca ter adotado um projeto urbano com previsão de adoção de serviços básicos de saneamento, o que explica os dados de 2007, que apontam que 50% dos locais não possuíam saneamento básico, 60% das habitações encontravam-se em condições precárias de aglomeração (*hacinamento*) e ainda que 70% dos habitantes de El Alto estavam abaixo da linha da pobreza (PUENTE; LONGA, 2007: 100).

²⁶ Slogan das jornadas de outubro de 2003.



Mapa 05. Município de El Alto. Elaboração: Autor, 2015. Com dados do Centro Digital de Recursos Naturais da Bolívia e imagem de satélite da NASA fornecida pelo BING. Elaborado em: Quantum GIS 2.0.1.

Como resultado do parcelamento das terras, entre 1956 e 1976, a população cresceu 15 vezes, chegando a 95 mil habitantes, em sua maioria camponeses de aymaras e quéchuas instalados nos minifúndios. No período posterior, em meados da década de 1980, a migração dos mineiros também se direciona para El Alto, onde eles assumiriam postos de trabalho no setor de transporte e comércio da cidade (PUENTE; LONGA, 2007: 99-100). Já em 1988, El Alto passaria a ser reconhecida como uma cidade, deixando de ser uma vila de La Paz.

O crescimento populacional de El Alto chama atenção (6,4%) e a converte na terceira cidade mais povoada da Bolívia – ainda que as condições de emprego e renda não sejam as melhores, como em todo país –, com 50% da população economicamente ativa empregada no

setor familiar; 69%, na informalidade; e 43% seriam operários, trabalhadores ou empregados, formando o maior índice de trabalhadores do país.

A amálgama resultante dos trabalhadores migrantes, a origem indígena, o passado mineiro e sindicalista e o alto índice de operários fez de El Alto “uma cidade insurgente” (PUENTE; LONGA, 2007: 100). El Alto pôde configurar o desenvolvimento de estruturas de rebelião próprias, a partir da memória daqueles que travaram diversas lutas ao longo do século passado.

Essa mescla de identidades em El Alto se apropriaria e impulsionaria uma estrutura de organização territorializada, fundada na década de 1950, que objetivava suprir a ausência do Estado. Trata-se das *Juntas Vecinales* (conselho dos vizinhos, em tradução livre, ou associações de moradores), que proporcionaram certa unificação dos camponeses, dos mineiros e dos assalariados. Segundo Zibechi (2006: 44), as condições com as quais tiveram que conviver os fizeram recriar a vida comunitária semelhante àquela rural histórica no território andino. Puente e Longa (2007: 105, tradução nossa) consideram que, “em El Alto, a ação étnica e a ação classista se sintetizam em novos modos de organização/ação que respondem a um sujeito indígena e também assalariado, mineiro, sindicalizado, etc.”.

As Juntas, no entanto, nascem distinguindo-se dos sindicatos, propondo-se apartidárias e apolíticas, e por vezes estiveram associadas ao clientelismo, servindo de trampolim para conquista de cargos nos governos (PUENTE; LONGA, 2007: 107; 109). Sobre o seu funcionamento, Puente e Longa (2007: 107) destacam as assembleias mensais ou semanais, com uma representação por família, com cargos obrigatórios e rotativos, seguindo o costume aymara. Raul Zibechi (2006: 45) chama atenção também para a evolução dessas organizações *vecinales* em números:

Até 1988 haviam-se constituído 180 *juntas vecinales*, o que segundo a população desse momento (cerca de 360 mil habitantes) indica que havia uma junta para cada 2.000 habitantes aproximadamente. Até 2004 havia 540 *juntas vecinales*, para uma população de cerca de 750 mil habitantes, o que indica que havia uma para cada 1.300-1.400 habitantes. (...) indicam claramente que a densidade de *juntas vecinales* com relação à população aumentou. Ou seja, quando cresce a população, as juntas são menores, mas também mais fortes, como indicam as mobilizações sociais dos últimos cinco anos. (ZIBECHI, 2006: 45, tradução nossa)

A ampliação de Juntas está ligada, provavelmente, à Federação de *Juntas Vecinales* (FEJUVE), fundada em 1966 com o mesmo caráter cívico que se propunham as demais *Juntas* e que, demonstrando uma evolução daqueles dados apresentados por Zibechi (2006), em 2007 aglutina 590 *Juntas Vecinales* (PUENTE; LONGA, 2007: 108).

As outras organizações de El Alto, como a Coordenação Operária Regional (COR, subseção da COB), a Federação de Mulheres e organizações de estudantes, organizam-se de forma coordenada nas *Juntas*, de forma não excludente (PUNTE; LONGA, 2007: 109), o que pode ser mais um elemento da virada que a Federação e as *Juntas* operam no período posterior.

A Guerra da Água e as lutas dos anos anteriores²⁷ pavimentaram o caminho para que os altenhos e a FEJUVE se radicalizassem e se lançassem à luta direta nas ruas ao lado dos mineiros, rechaçando a venda do gás e a ALCA e exigindo que as riquezas fossem utilizadas para o desenvolvimento e a distribuição de renda.

Os governos Banzer (1997-2001) e Jorge Quiroga (2001-2002) objetivavam o inverso, com a negociação de um contrato que previa a exportação de gás para os EUA, passando pelo Chile, a ser executado pelo consórcio Pacific LNG, celebrado entre British Gás (BG), BP, Repsol-YPF e Panamerican Energy. Com a expectativa de que a partir do controle que as petroleiras tinham do campo de Margarita (Tarija) – a maior reserva de gás da Bolívia –, pretendiam exportar a monta de 36 milhões de m³/dia, durante 20 anos, construindo um gasoduto que ligaria Tarija ao porto chileno de Patillos, onde haveria uma usina de liquefação do gás e embarque aos navios metaneiros, com destino ao México, onde seria regaseificado e enviado para a Califórnia (FUSER, 2011: 167; PERREAULT, 2006: 160-161).

Em agosto de 2002, uma reunião entre a Pacific LNG, a Sempra Energy de San Diego e o governo boliviano firma um acordo de fornecimento do gás boliviano (PERREAULT, 2006: 161). Entretanto os valores expressos no contrato, por pressão do embaixador dos EUA (GORDON; LUOMA, 2008: 100), representavam um verdadeiro ataque à soberania boliviana. O preço final do gás nos EUA estaria entre 3,5 e 4 dólares por milhar de pés cúbicos, enquanto que, como matéria-prima, na Bolívia, seria vendido a 0,18 dólares por milhar de pés cúbicos – 20 vezes menos e ainda menos da metade do que a Petrobras pagava à Bolívia (FUSER, 2011: 167). Os ganhos anuais do empreendimento seriam de 1,9 bilhão de dólares, mas para o governo seriam repassados tão somente 190 milhões, enquanto a transportadora lucraria 1 bilhão de dólares (GORDON; LUOMA, 2008: 100).

De acordo com o geógrafo Thomas Perreault (2006: 161), desde 2001 havia uma

27 Em 2003 ocorreu o embate nominado como Fevereiro Negro, que foi uma série de manifestações convocadas pelos sindicatos e movimento camponês contra a criação de novos impostos para aumentar a arrecadação, o que era uma exigência do FMI. Em El Alto houve a tentativa de realizar a regularização fundiária para cobrar impostos; contrários a tal medida, os trabalhadores e as *juntas* mobilizaram-se e derrotaram a proposta. Antes, em 2000, a juventude de El Alto já tinha demonstrado radicalidade ao reivindicar a construção de uma universidade pública, conquistada após atear fogo ao prédio do governo municipal.

retomada da discussão do desenvolvimento potencial que o gás poderia gerar ao país nos círculos intelectuais e políticos. Isso conduziu a algumas iniciativas de organização de frentes populares, como a *Comunal* e o *Estado Mayor del Pueblo Boliviano*²⁸, que resultariam mais tarde na fundação da *Coordinadora de Recuperación y Defensa del Gas*, pela iniciativa da Coordenadoria da Água, da COB, das organizações *vecinales*, sindicatos, Comitê Técnico-Político de Defesa da Soberania Nacional e Recursos Naturais da Bolívia (CODEPANAL), Fórum Boliviano sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (FOBOMADE), entre outras (GARCIA LINERA et al, 2010: 633).

A Coordenadoria do Gás seria a principal frente dos movimentos sociais para a convocação das mobilizações ao longo do mês de outubro de 2003, funcionando pela eleição de porta-vozes e assembleias locais, com alto grau de flexibilidade, o que permitiu seu enraizamento e a associação de outras organizações e ramificações locais, como em El Alto, Oruro, Santa Cruz, Chuquisaca, além de Cochabamba e La Paz.

As mobilizações intensificaram-se a partir de 20 de setembro de 2003, quando os militares foram enviados a mando de Lozada, para resgatar turistas que ficaram ilhados num bloqueio de estrada liderado por Quispe, contra a prisão de um dirigente indígena local. A operação militar deixou cinco mortos, entre os quais uma menina de oito anos atingida dentro de sua casa por um disparo do exército. A indignação com a violência, catalisada pelo tema da exportação do gás pelo consórcio Pacific LNG, influenciou a mobilização de todo o país, quando a Coordenadoria do Gás reuniu em Cochabamba 40 mil pessoas. A partir dessa onda de mobilizações, de acordo com Gordon e Luoma (2008:101), surgiram as reivindicações do campo da soberania nacional e de desenvolvimento para os hidrocarbonetos:

- Que o Estado retome o controle da indústria dos hidrocarbonetos;
- Que o governo crie um programa de industrialização do gás;
- Que as leis entreguistas sejam revisadas, e;
- Que se realize um referendo sobre a exportação do gás.

Aderiram à pauta os movimentos camponeses, cocaleiros, os sindicatos e organizações de moradores, principalmente da cidade dormitório de El Alto.

A partir de uma convocação da COB para greve geral, centenas de mineiros marchariam novamente até La Paz e, em conjunto com os bloqueios de El Alto, deixariam a

28 O *Estado Mayor del Pueblo Boliviano*, foi uma iniciativa de construção de uma frente de sindicatos e movimentos sociais que, a partir da COB, buscavam elementos que religavam a experiência da Assembleia Popular; foi fundado em janeiro de 2003, mas pelo boicote, sobretudo do MAS, terminou por não ter peso relevante nesse processo.

capital com escassez de alimentos e de combustível (FUSER, 2011: 173; GARCIA LINERA et al, 2010: 95-96; PERREAULT, 2006: 101), o que serviria de estopim para as batalhas mais violentas do período. O governo recusava-se a dialogar e, no dia 11 de outubro, ordena que o exército desmonte os bloqueios *alteños*, declarando estado de emergência para o abastecimento normal de combustível em La Paz. A FEJUVE reagiu e os *altenhos* passaram a cavar trincheiras para impedir o avanço dos veículos militares; realizando turnos de vigilância, resistiam como podiam com *hondas*²⁹ e paus. No segundo dia da militarização de El Alto, 12 de outubro de 2003, a fim de garantir a entrada em La Paz de caminhões de combustíveis, o exército assassinou 26 pessoas pelas ordens de Sánchez Lozada.

Em conformações comunitárias combinadas ao centralismo democrático, verdadeiros instrumentos de democracia direta formavam-se nas barricadas (PUENTE; LONGA, 2007: 113-114). Ao longo dos dias, as mortes que se somavam e a truculência com que o governo respondia fizeram converter as reivindicações de nacionalização para a renúncia do presidente (GORDON; LUOMA, 2006: 101-102). A campanha pela renúncia de Sánchez Lozada cresce, o vice-presidente Carlos Mesa rompe com o governo e os militares retornam para os quartéis. As lideranças de direitos humanos, artistas, intelectuais, sacerdotes pedem a renúncia do presidente e começam greves de fome - às quais se associariam mais de 1000 pessoas nos três dias que se seguiram (PERREAULT, 2006: 163).

A pauta, para além da renúncia de Sánchez Lozada, passa a ser a rejeição à exportação do gás, sua industrialização sob controle estatal e a utilização do gás para o desenvolvimento social do país. Reivindicavam, para além dessas pautas, o aprofundamento da democracia e, no caso dos indígenas orientais, a autonomia (PERREAULT, 2006: 163).

Pelas declarações dadas pelos porta-vozes dos EUA, no dia 13 de outubro de 2003 – quando já somava 28 o número de mortos –, ficaram notórios os interesses do imperialismo no projeto de exportação do gás e na sustentação do governo de Sánchez Lozada; como se vê na declaração do embaixador dos EUA, David Greenle, que, além de reiterar o apoio do governo dos EUA a Sánchez Lozada, afirmou-se “muito preocupados pelo ataque à democracia e à ordem constitucional na Bolívia” e seguiu dizendo que “paus e pedras não são uma forma de protesto pacífico”. Também o Secretário Geral da OEA, César Gavira, ofereceu seu “franco e decidido apoio ao presidente”. Já no dia seguinte o recado de Washington foi de que os EUA não reconheceriam nenhum outro governo que não o atual, e que reconhecia os “esforços [do governo] para construir um futuro mais próspero e justo para os bolivianos”

29 Arma indígena que consiste em uma pedra amarrada em uma tira de couro.

(GORDON; LUOMA, 2006: 102).

Pressionado pela mobilização crescente dos trabalhadores que pediam sua renúncia, o presidente Sánchez Lozada lança um chamado ao “diálogo nacional”, propondo um acordo com três pontos: (a) referendo consultivo sobre a exportação do gás para os EUA a partir do Chile; (b) revisão da lei dos hidrocarbonetos; e (c) convocação de uma Assembleia Constituinte. Apesar das propostas dialogarem com as reivindicações das ruas, a multidão que se reunia em La Paz - e que no dia 16 de outubro chegara a 300 mil pessoas - estava radicalizada e com disposição de tomar o palácio presidencial se Sánchez Lozada não renunciasse. As embaixadas do Brasil e da Argentina enviam notas pedindo a renúncia do presidente, temendo que a situação piore. No dia 17 de outubro, quando o número de mortos nas ruas já totalizava 67, o presidente envia mensagem ao congresso renunciando e embarca para Miami.

As jornadas de outubro de 2003 transformaram o cenário político, impondo a Agenda de Outubro e convencendo a população. As reivindicações interconectavam-se e levavam até a “refundação” do Estado por meio de uma Assembleia Constituinte. Os efeitos das Jornadas começaram por levantar a necessidade de defender os recursos econômicos naturais – como foi no caso da Guerra da Água e depois na do Gás – levando a cabo a necessidade de ouvir a população para a tomada de decisão. Com as mobilizações, abriu-se também uma crise sem precedentes no condomínio político MIR-MNR-ADN, que atuava desde 1985. Assim, a maioria da população, vislumbrando a necessidade de uma assembleia constituinte, pensava em incluir a maioria oprimida da nação.

Os últimos dias do governo Sánchez Lozada ceifaram a vida de 67 bolivianos, pelo que até hoje se reivindica sua extradição para que seja julgado pelos crimes que cometera (GORDON; LUOMA, 2006: 103). Quando o vice-presidente Carlos Mesa³⁰ assumiu, o congresso realizou um minuto de silêncio em respeito às vítimas; entretanto, como mostraria, não se sensibilizou para as lutas do povo, que ao fim reivindicava mais que o gás. As mobilizações rechaçavam o sistema político que abriu as portas do país para uma política de submissão à lógica do capital.

Ao final das jornadas, a Coordenadoria do Gás renderia homenagens à população de El Alto e Cochabamba e declararia a cidade de El Alto, depois das bravas lutas ali travadas, a

30 O vice-presidente Carlos Mesa não possuía filiação partidária; historiador, dono de rede de empresas de comunicação, apresentador de talk show, havia sido convidado para compor a chapa por sua popularidade.

cidade da Dignidade e da Soberania³¹.

No dia 19 de outubro, quando milhares manifestavam-se pela aplicação da agenda que derrubara Sánchez Lozada, ao mesmo tempo em que comemoravam a vitória, o presidente Garcia Mesa, sem ser esperado, pede a fala para apresentar seus compromissos, que contavam com o apoio do congresso. Eram três: 1- rever a lei de hidrocarbonetos, elevando o imposto de 18% para 50%; 2- realizar referendo para definir o destino dos hidrocarbonetos; 3 – acatar o pedido de convocar uma Assembleia Constituinte (PERREAULT, 2006: 164).

De acordo com Gordon e Luoma (2006: 104), o governo de Mesa não se diferenciava muito de Lozada, só buscava taxas maiores de repasse para o Estado, o que fez com que, ao assumir, lograsse alto índice de aprovação – entre 60% e 70% – e uma trégua. Entretanto, o governo de Carlos Mesa ficaria constrangido entre os que cobravam a Agenda de Outubro e o empresariado de Santa Cruz de la Sierra, que buscava maior autonomia e maiores repasses dos recursos dos hidrocarbonetos (GORDON; LUOMA, 2006: 104) e nenhuma alteração na legislação que pudesse prejudicar as petroleiras.

Segundo Carlos Villegas (GORDON; LUOMA, 2006: 104), o empresariado *cruzeño* se caracterizaria como um bloco político conservador dirigido pelas petroleiras, pelas embaixadas, IFI e expressava-se publicamente a partir dos comitês cívicos de Santa Cruz e de Tarija³².

O governo Mesa estaria ainda sob pressão externa direta do Embaixador dos EUA, David Greenlee, que afirmava “que qualquer reversão das políticas neoliberais e da erradicação da coca poderia significar uma ameaça para a continuidade do apoio dos EUA” (FUSER, 2011: 177). Também o embaixador da Espanha, em defesa da Repsol, advertiu que o governo deveria garantir a propriedade das empresas internacionais (FUSER, 2011: 177). O FMI manifestou-se através de seu diretor-gerente, Rodrigo Rato, que afirmou que os organismos multilaterais não aceitariam mudanças e que, caso ocorressem, cortariam toda a cooperação com a Bolívia (GORDON; LUOMA, 2006: 104-105). Cabe lembrar que a cooperação internacional equivalia a 9% do PIB do país, e que uma ruptura teria resultados catastróficos. Essas pressões foram, portanto, uma evidente demonstração do imperialismo utilizando da coação para obter os resultados esperados.

Mesa, com a popularidade em alta, rechaçou os partidos tradicionais, que acreditavam

31 *Coordinadora de Recuperación y Defensa del Gas*, 2003. Disponível em: <<https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/imf/bolivia/txt/2003/1031coordinadora.htm>>.

32 A partir da descoberta de importantes reservas de gás e de petróleo em Tarija – que chegaram a 85% das reservas (PFRIMER, 2009: 344) -, esse departamento passou a ter importância ampliada na lógica que o capital buscava impor à Bolívia; e logo a elite local foi cooptada.

que ele ia longe demais, e se propôs a governar com apoio popular. Esses partidos, no entanto, controlavam o congresso. Para conseguir apoio na casa, o presidente aliou-se a Evo Morales e ao MAS, que o apoiavam de forma tácita, e a partir disso assegurou ganhos para o movimento popular, como a suspensão das campanhas de erradicação da coca. Ao mesmo tempo, Morales distanciava-se das alas mais radicais das Jornadas de Outubro (GORDON; LUOMA, 2006: 105).

A pressão sobre Carlos Mesa continuava, e o mais longe que chegou na pauta progressista dos hidrocarbonetos foi revogar o DS 24.806, assinado por Sánchez Lozada em 1996, que concedia propriedade dos hidrocarbonetos extraídos em território boliviano às empresas estrangeiras. Morales apoiou a medida e foi criticado por setores à esquerda. Mesa foi ainda obrigado a realizar o referendo, mesmo que manobrando para que a questão da nacionalização não aparecesse de forma clara (FUSER, 2011: 179), o que gerou tensões no pacto Mesa-Morales. Marcado para julho de 2004, as perguntas estavam formuladas de forma intencionalmente ambíguas, indicando a resposta ao “sim” sem que isso representasse uma mudança no sistema (GORDON; LUOMA, 2006: 105). As perguntas eram as seguintes:

1. Você concorda com a revogação da Lei de Hidrocarbonetos n° 1.689 promulgada por Gonzalo Sánchez de Lozada?
2. Você concorda com a recuperação da propriedade de todos os hidrocarbonetos na boca de poço para o Estado boliviano?
3. Você concorda com a refundação da empresa Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, recuperando a propriedade estatal das ações das bolivianas e bolivianos nas empresas petroleiras capitalizadas, de maneira que possa participar em toda a cadeia produtiva dos hidrocarbonetos?
4. Você concorda com a política do presidente Carlos Mesa de utilizar o gás como recurso estratégico para conseguir uma saída útil e soberana ao Oceano Pacífico?
5. Você concorda que o gás boliviano seja exportado nos marcos de uma política nacional que: garanta o consumo de gás das bolivianas e bolivianos; fomenta a industrialização do gás em território nacional; cobre impostos e/ou royalties às empresas petroleiras, chegando a 50% do valor da produção do petróleo e do gás em proveito do país; destine os recursos da exportação e industrialização do gás principalmente para a educação, a saúde, as estradas e os empregos? (FUSER, 2011: 180).

O FMI chantageava o governo, dizendo que uma resposta negativa à exportação do gás não seria entendida pelos governos que apoiavam a Bolívia e que estavam prestes a emprestar 150 milhões de dólares (GORDON, LUOMA, 2007: 105). O MAS e Morales faziam campanha para o “Não” às duas últimas perguntas, e a FEJUVE e a Coordenadoria do Gás boicotavam a votação. Com uma abstenção de cerca de 40%, o referendo marcou a vitória do governo e, mesmo naquelas em que o MAS colocava-se contrário, houve uma

resposta positiva de 62% apoiando a exportação do gás; as três primeiras tiveram porcentagens próximas a 90% de aprovação (GORDON, LUOMA, 2007: 105-106).

O MAS tenta uma última negociação em que recua da nacionalização e pede a modificação dos contratos existentes com as empresas estrangeiras, de modo a elevar impostos e royalties até a proporção de 50%. Mesa, por sua vez, mantendo o acordo com o FMI e o Banco Mundial, propunha que a nova Lei de Hidrocarbonetos iniciasse uma cobrança adicional de 32% aos 18% de royalties, depois de contabilizadas as despesas – as empresas sempre tiveram fama de maquilar as contas –, sendo a nova regra válida para novos contratos. A posição do MAS era a de que os 50% fossem cobrados na própria lavra e inclusive para os contratos já vigentes (FUSER, 2011: 181-182).

O pacto entre o governo Mesa e o MAS rompe-se; Mesa envia seu projeto ao congresso e não encontra apoio; o MAS envia seu projeto e encontra críticas dos setores à esquerda, como a FEJUVE e a COB, que queriam medidas mais radicais. Nessa ocasião, Evo Morales acabou sendo expulso da COB por não cumprir os acordos estabelecidos.

Em 6 de março de 2005, frente ao impasse provocado por seu projeto, Mesa envia o pedido de renúncia ao congresso, o qual é rejeitado, com o apoio do MAS e do MIP. Havia um temor de que o vazio institucional pudesse criar condições para um golpe à direita dos setores organizados em Santa Cruz. A partir desse momento Mesa passaria a se alinhar aos partidos tradicionais em declínio e demitiria os ministros entendidos como “progressistas” (FUSER, 2011: 182). A carta de renúncia de Carlos Mesa torna pública as pressões externas que vinha recebendo para não alterar os contratos de hidrocarbonetos (apud FUSER, 2011: 183, tradução nossa):

Quero enfatizar que a Lei de Hidrocarbonetos proposta pelo senhor Evo Morales é inviável e impossível. Por que digo isso de modo categórico? [...] Sua lei é uma lei que a comunidade internacional não aceitará e que as petroleiras levarão à arbitragem... Está claro, todo o mundo nos disse: Brasil nos disse, Espanha nos disse, o Banco Mundial, Estados Unidos, o Fundo Monetário Internacional, Inglaterra e toda a comunidade europeia... No momento em que só uma empresa petroleira apresentar uma demanda contra a Lei de Hidrocarbonetos, os Estados Unidos poderiam dizer que é impossível continuar com seus programas de ajuda e a União Europeia Poderia congelar a assistência ao nosso país.

Antes de pressionar o congresso com sua renúncia, Carlos Mesa comprometera-se junto ao FMI a não renegociar os contratos vigentes como contrapartida de um empréstimo. O pedido de renúncia serviu, portanto, para garantir a coesão do congresso na aprovação da Lei de Hidrocarbonetos (3.058). A lei apresentou uma posição intermediária entre a proposta do

governo e a do MAS, estabelecendo o prazo de 180 dias para a renegociação e um imposto adicional de 32%, *Impuesto Directo a los Hidrocarburos* (IDH), totalizando, com os 18% de royalties, 50% sobre o valor bruto da produção. O novo imposto seria dividido entre os departamentos, municípios, universidades, comunidades indígenas, exército, polícia e o Tesouro Geral da Nação (FUSER, 2011: 183; GORDON; LUOMA, 2006: 106).

O Banco Mundial e o FMI advertiram que a nova lei causaria fuga de capitais. As advertências ecoaram em Santa Cruz, onde cresceu o movimento autonomista, e as empresas ameaçavam recorrer a tribunais internacionais. Mesa segurou o documento o máximo de tempo possível, recusando-se a assinar, até que o texto foi encaminhado para o presidente do senado, Homando Vaca Díez, conforme o dispositivo constitucional, sendo promulgada em 17 de maio de 2005, sem o apoio de Mesa.

A lei recebeu críticas também à esquerda, que entendia que o resultado do referendo havia sido distorcido e que a Agenda de Outubro teria sido traída. A propriedade permanecia para as empresas multinacionais, não dava os meios para a nacionalização e tampouco para a reconstituição da YPF. O sistema de impostos era inferior àqueles aplicados antes da capitalização. O MAS, ainda que tenha disputado no congresso a lei, opõe-se a ela na medida em que cresce o movimento, mas mantém sua crítica focada na estrutura de imposto (GORDON; LUOMA, 2006: 106). Mesa recua mais e aplica uma interpretação segundo a qual a lei só seria válida para novos contratos, negando-se a aplicá-la, o que dá início à segunda e definitiva Guerra do Gás.

Em maio de 2005 os movimentos voltam às ruas em defesa da nacionalização. MAS e Morales seguem pautando os impostos, tendo que ir a reboque das mobilizações e tomar para si a pauta da nacionalização, ainda que de forma adaptada, recusando a expropriação e a expulsão dos investidores estrangeiros (GORDON; LUOMA, 2006: 107). Desde o final de maio, foram duas semanas de marchas, greves e bloqueios que paralisaram El Alto e La Paz; também Sucre, Potosí e Cochabamba estavam mobilizados. No dia 6 de junho de 2005, com o país paralisado pela mobilização, Carlos Mesa apresenta sua renúncia definitiva, o que abre uma disputa caótica pelo poder.

A população mobiliza-se pela convocação de novas eleições, e, portanto, para que os presidentes do Senado, Hormando Vaca Díez (MNR), e da Câmara, Mario Cossío (MIR), sucessores constitucionais, abdicassem do cargo. Com a renúncia de Mesa, as ruas foram tomadas em La Paz por entre 400 mil e 500 mil pessoas, a maioria de El Alto, outras centenas de milhares de *paceños* e mineiros, com dinamite, impedindo a reunião do congresso.

Mesa lança um apelo a Vaca Díez e Cossío, proposto pela igreja católica, que indicava a antecipação das eleições gerais. Cossío aceitou o acordo, mas Vaca Díez estava obstinado a assumir a presidência. Para isso, transferiu o congresso, em 9 de junho, para Sucre; em resposta, os movimentos sociais bloquearam o aeroporto e impediram o acesso dos congressistas. Findado o prazo constitucional, o poder foi transferido para o presidente da Suprema Corte, Eduardo Rodríguez Veltzé, o próximo da linha sucessória, e aprovou-se a antecipação das eleições, que seriam realizadas num prazo de 6 meses.

Para Perreault (2006: 156, tradução nossa), as mudanças das legislações na Bolívia criaram uma “tensão produzida pela contradição escalar [que] teve uma função significativa nas lutas teóricas e materiais sobre a água e o gás e suas expressões espaciais”; ele ainda considera que as jornadas de outubro de 2003 e maio-junho de 2005 foram marcadas pelas disputas de interesses regionais, os da Meia Lua e os do altiplano (PERREAULT, 2006: 167-168). Entretanto, é necessário distinguir, como Thomas Perreault (2006) o faz, que os interesses dos trabalhadores do altiplano inscreve a Guerra do Gás nas lutas históricas pelo desenvolvimento nacional, por condições dignas de sobrevivência numa “escala coletiva”, nacional, enquanto os interesses expressos pelas organizações patronais de Santa Cruz ecoavam as preocupações imperialistas das IFIs e das multinacionais.

Para Tapia (2007: 186), as reformas desregulamentadoras levaram o eixo da clivagem da luta de classes ao controle dos recursos naturais e possibilidades decorrentes (redistribuição, produção e reprodução social), já que, pelas características destrutivas do processo de espoliação boliviana, as negociações e a organização nos locais de trabalho ficaram inviabilizadas.

Esses processos de rebelião levariam ainda à eleição de Evo Morales, com mais de 50% dos votos, sendo o primeiro presidente indígena, contando com o apoio de grande parte da classe média e tendo a possibilidade de governar sem coalizão com os demais partidos; um novo período se abriria para a Bolívia, que o próprio Evo Morales designaria como “revolução democrática”. No próximo capítulo veremos as limitações do seu programa, as dificuldades que enfrentou – com atenção às reivindicações autonomistas (de cunho racistas) da região da *Media Luna* –, bem como seus êxitos, no campo da nacionalização do petróleo, da “refundação do Estado” com a Assembleia Constituinte e, ao fim, o panorama do desenvolvimento, que há tanto é aguardado.

Antes nos permitimos umas palavras para sintetizar o que o método empregado nos permite compreender, do que há de mais essencial a ser retido das experiências de luta desse

novo ciclo. Chamamos atenção que em um processo com uma dificuldade de coesão da população foi possível responder às medidas de rapina que o capital imperialista tentou impor à nação, seja no âmbito material, do domínio dos recursos naturais por empresas transnacionais, seja a extorsão financeira, via endividamento como arma de enriquecimento e dominação.

Nessa situação complexa, a resistência da massa oprimida boliviana foi possível pelas condições históricas, em que os sindicatos dos trabalhadores e dos camponeses, combinados com o comunitarismo de tradição indígena, construíram, desde as lutas anteriores, um projeto político de soberania e desenvolvimento. O desenvolvimento da luta de classes, por fim, combinou-se com o processo de imposição da lógica do capital, via acumulação por despossessão, que poderia ter sido realizado sem entraves não fosse a luta dos trabalhadores e suas organizações.

A mobilização do povo boliviano saiu vitoriosa deste processo, pela recuperação de seu projeto de país, de sua lógica territorial emancipatória. Resta, no entanto, desnudar a continuidade do processo revolucionário que se abriu no início do século XXI, para ver se o desenvolvimento e a soberania propugnado pelas ruas fez-se fato, ou se sua direção – como em outros exemplos da história boliviana - conteve o movimento e suas intenções.

IV. DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO NO PRIMEIRO GOVERNO *MASISTA*

A eleição de Evo Morales, fruto de um longo processo de mobilizações populares, marca a opção dos trabalhadores por um governo voltado ao atendimento das reivindicações mais básicas da nação. Morales e o MAS aliaram-se às forças populares que foram capazes de pôr freio à rapina do capital - entre elas a COB, organizações camponesas, cocaleiras e organizações locais de moradores (*Juntas Vecinales*) – e fizeram ruir o condomínio político que se havia instalado desde a redemocratização.

A opção por Morales pelos bolivianos tem características moderadas, já que outras lideranças de caráter mais radical tiveram papel de maior evidência durante as manifestações, como Felipe Quispe, do MIP. No entanto, não se pode desprezar o percurso eleitoral pelo qual já passava o MAS – com representantes eleitos em diversos departamentos, e também Evo Morales, que se destacava como deputado – e, ao mesmo tempo, a busca entre os candidatos de um governo que tivesse capacidade política de atender às reivindicações populares.

Contudo sua vitória não pode ser delegada a outros agentes que não aqueles ligados ao partido de Morales, o MAS, em sua profunda ligação com os sindicatos cocaleiros e o domínio dessas regiões. O documentário *Cocalero* (2007), ao acompanhar a corrida eleitoral do MAS e de Morales, passa pelas zonas cocaleiras e registra os diversos ensaios eleitorais que os sindicatos realizavam com a população, para evitar que houvesse erros no momento da votação; cenas em que chamam a população a se lembrar das cores do MAS, garantindo que mesmo uma população majoritariamente analfabeta tivesse condições de votar em favor de Morales. Para além desse registro, Landes (COCALERO, 2007) retrata a rotina de uma campanha com poucos recursos, que de fato dialoga com o povo empobrecido, e leva milhares às ruas para acompanhar os comícios do então candidato. Mas vale também notar que, ainda durante a campanha, o MAS costurava sua conciliação com empresários em Santa Cruz, embora a passagem do então presidenciável pelo departamento tenha sido marcada por agressões racistas.

O programa eleitoral do MAS para as eleições de 2005 – “*Bolivia Digna, Soberana e Productiva para Vivir Bien*” – previa o atendimento da Agenda de Outubro, a industrialização dos recursos naturais, a ampliação do mercado interno, além da mudança de um “padrão de desenvolvimento”, tendo como meta acabar com o estado colonial, democratizar a vida política, econômica e social, a partir da “refundação” do Estado com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Morales, enfim, sai vitorioso das eleições antecipadas de 18 de dezembro de 2005 e entra para história como o primeiro presidente a conquistar mais da metade do eleitorado, sendo eleito em primeiro turno, sem depender do segundo turno no Congresso Nacional, e ainda como primeiro presidente de origem indígena. Evo Morales obteve 53,74% dos votos, à frente de Jorge Tuto Quiroga, da coligação Podemos, com 28,62%.

A eleição de Morales foi marcada por desconfianças externas sobre como se posicionaria o futuro presidente, ameaças veladas e também indicações da política que os países imperialistas requeriam para sustentar as políticas de “ajuda” que disponibilizavam à Bolívia (BARBOSA FILHO, 2008: 23-25). O principal remetente das matérias que expunham a aflição externa era o governo dos EUA, que chegou a dispor de até 800 funcionários na embaixada durante as eleições, numa estratégia de ter amplo controle sobre a evolução da situação boliviana. Também se pronunciavam os governos da Espanha (país sede da Repsol) e da Holanda (sede da Shell) sobre a eleição, citando a frase de Morales de que “não expropriará” (BARBOSA FILHO, 2008: 25).

Na seara interna, após a vitória, Morales acenou com pautas de cunho populista, como a redução do próprio salário em 50% e também a redução do salário dos congressistas, assessores, ministros e demais componentes do governo (LA JORNADA, 27/12/2005).

Em 28 de dezembro de 2005, o líder masista esteve em ao menos dois lugares simbólicos: foi a Santa Cruz, sede da conspiração reacionária, onde discursou pela conciliação com a região separatista da Meia Lua, que reivindicava maior autonomia frente ao Estado Nacional, e convidou o Comitê Cívico a integrar a comissão da transição do governo (LA JORNADA, 28/12/2005); posteriormente, o presidente eleito esteve com sua base de apoio na Federação dos Sindicatos Cocaleiros do Chapare (organização por ele presidida), que comemorava a vitória eleitoral e o aniversário da entidade. Aos cocaleiros falou que realizaria uma campanha internacional pela descriminalização da folha de coca em seu uso para fins medicinais, ritualísticos e para o consumo dos povos originários (LA JORNADA, 28/12/2005). A esse respeito também discursara no dia anterior (27/12/2016), afirmando que não aceitaria ajuda financeira dos EUA condicionada à erradicação das plantações de coca (LA JORNADA, 27/12/2005).

Após esse giro nacional, Morales iniciou visitas a outros países: passou por Cuba, onde se reuniu com Fidel Castro; esteve em alguns países da Europa, entre eles a Espanha – onde foi criticado por não usar terno ao se encontrar com o rei –; África do Sul; China e Brasil. Nessas visitas buscava garantir vias de negociação, temeroso pela reação dos EUA a

sua eleição.

Já de retorno à Bolívia, a posse do presidente Evo Morales foi carregada de simbolismo; ao todo, tomou posse três vezes: em um ato oficial e em dois atos simbólicos – um realizado pelos indígenas do altiplano e outro pelos indígenas amazônicos. A posse oficial de Morales foi realizada em 22 de janeiro de 2006 (quatro anos após a cassação de seu mandato de deputado federal) e o discurso do novo presidente boliviano teve importantes aspectos retóricos, como o da recuperação das lutas anteriores do povo boliviano, cujo fio condutor foi a reafirmação da soberania nacional, aí incluídas as pautas saídas da “Agenda de Outubro”. De acordo com a interpretação que realizamos da leitura do discurso de posse do presidente boliviano (MORALES, 2006), há três elementos/objetivos fundamentais identificáveis:

- A defesa da soberania nacional, verificável na solicitação que apresenta à comunidade internacional de revisão da dívida boliviana e também na perspectiva apresentada de industrialização do país, a começar pela recuperação da mineração, da COMIBOL e das Cooperativas – “como forma de romper o atraso e a dependência”, segundo Morales (2006) -, e ainda na centralidade deste discurso de reafirmação da “Agenda de Outubro”, embora pactuada; e esse aspecto consideramos o segundo objetivo verificado no discurso de Morales;
- O discurso de pactuação presente na fala de Morales indica dois destinatários: as transnacionais e os empresários da Media Luna; estes ouviram de Morales que haveria a implementação da autonomia reivindicada pelos departamentos da região e que essa autonomia seria discutida durante a Assembleia Constituinte; para aquelas, o discurso foi de equilibrar os lucros, afirmando que realizaria a nacionalização sem expropriação;
- O terceiro elemento, particularmente inserido cirurgicamente e de forma definitiva na retórica dos movimentos camponeses, foi a distinção étnica. Evo Morales diz que os indígenas são a reserva moral da humanidade e desbarata a unidade de classe que poderia ser construída com o apoio do MAS, definindo para si que a classe fundamental é a indígena e que nesse “novo pacto social” os indígenas serão a força viva que Morales e seu partido mobilizarão preferencialmente.

Embora baseado em uma agenda de pretensão apaziguamento, o anúncio das medidas do governo afligiu os poderes locais concentrados em Santa Cruz, que, ao serem derrotados pelos trabalhadores, preparavam-se para a deterioração das condições de associação com o

capital estrangeiro que explorava o gás na região da Meia Lua.

O condomínio político MNR-MIR-ADN, que era hegemônico pela região oriental da Bolívia, ao ser desestabilizado, levava às renegociações dos grupos envolvidos, principalmente as petroleiras estrangeiras, o Estado boliviano e os departamentos que se beneficiavam com os royalties da extração do petróleo e do gás. A forma como foi adotada a nacionalização foi um equilíbrio provisório entre duas das forças envolvidas, em que o Estado nacional manteve uma relação direta com as empresas estrangeiras e se sobrepôs às alianças regionais formadas com base no recurso natural local.

IV.1. A terceira nacionalização boliviana

Em 1º de Maio de 2006, durante as comemorações do dia do trabalhador, Evo Morales inicia uma transmissão ao vivo direto do megacampo San Alberto, em Tarija – uma das maiores reservas da Bolívia, explorada pela Petrobras. Em uma ação midiática, que contou com o exército cercado a refinaria da estatal brasileira, no marco de 100 dias do governo masista, o presidente assina o Decreto Supremo 28.071/2006, intitulado Heróis do Chaco – em referência à Guerra do Chaco (1932-1935) –, iniciando um processo de retomada de controle dos recursos naturais, que foi denominado “terceira e definitiva nacionalização dos hidrocarbonetos” (BOLÍVIA, 2006).

No Decreto, estabelece-se que a YPFB assumiria naquele momento a gestão de todos os hidrocarbonetos e que as empresas deveriam entregá-los à estatal boliviana para a comercialização, e que, em até 180 dias, os contratos deveriam ser renegociados. O decreto considerou nulo todos os contratos de concessão e de posse dos hidrocarbonetos (na boca do poço), uma vez que a não aprovação dos contratos pelo Congresso Nacional boliviano tornava-os nulos, como prevê a Constituição (BOLÍVIA, 2006).

Ademais, o decreto Heróis do Chaco previa a inversão da arrecadação sobre a comercialização dos hidrocarbonetos: antes, 18% dos lucros da produção eram destinados ao Estado; agora, as proporções invertem-se e 82% vão para o Estado – divididos entre o Imposto Direto dos Hidrocarbonetos (IDH), 32%; impostos, royalties e participações, 18%; e outros 32% destinados, de modo transitório, à YPFB, cobrados dos campos com produção acima de 100 milhões de pés cúbicos (dois campos, San Antonio e San Alberto, responsáveis por 70% da produção boliviana) (FUSER, 2010: 239). Os 18% restantes seriam os lucros obtidos pelas operadoras. Assim, fazia-se cumprir o resultado do referendo, que previa a distribuição da receita em 50/50 entre empresas produtoras e o Estado (FUSER, 2011: 237).

O Decreto Heróis do Chaco estabeleceu ainda que a YPFB passaria a ter participação majoritária em todos os setores do gás e do petróleo, a partir de duas medidas: (1) a estatização a título gratuito das ações dos cidadãos bolivianos do Fundo de Capitalização Coletiva (FCC), das três empresas capitalizadas (Chaco, Andina, Transredes); e (2) pela nacionalização de 50% mais 1 das ações das capitalizadas, da Petrobras Bolívia Refinación (controlada pela Petrobras e formada pelas duas refinarias existentes, de Santa Cruz e Cochabamba) e da Companhia Logística de Hidrocarbonetos Bolívia (CLHB), de propriedade da Alemã Oiltaking (FUSER, 2011: 238). Estas duas últimas, de acordo com Fuser (2011:238), foram indenizadas pela desapropriação em posterior negociação do governo com as empresas. Segundo aponta o autor (FUSER, 2011: 239), o Decreto de nacionalização afetou ao todo 25 empresas e 78 contratos com as petroleiras estrangeiras, entre as quais a Petrobras, a espanhola REPSOL-YPF, a francesa TotalFinaELF, as britânicas BP e British Gas, a anglo-holandesa Shell e a norte-americana ExxonMobil.

A operação “nacionalização” arquitetada por Morales também surtiu o efeito na imprensa internacional, inclusive na brasileira, de que Morales estaria ocupando as propriedades das petroleiras estrangeiras. Mas, de fato, “assim que as câmeras saíram, os militares também o fizeram e as companhias de petróleo e gás continuaram suas operações regulares” (GORDON; LUOMA, 2008: 109). As políticas, no entanto, eram muito mais moderadas que uma nacionalização clássica e, por isso, sofreram duras críticas dos setores mais radicais das lutas de Outubro de 2005.

O jornalista Mirko Orgáz (2009), do portal de notícias Bolpress, chegou a afirmar que o MAS e Morales traíram a agenda de Outubro, que incluía a nacionalização, a refundação da YPFB e a industrialização dos hidrocarbonetos, o que com a DS 28701 dificilmente ocorreria. Orgáz (2009) considerou ainda que o Governo de Morales foi liquidacionista do projeto de Outubro ao reafirmar o papel primário-exportador da Bolívia e abrir caminho para a continuidade das petroleiras estrangeiras.

O projeto do MAS tentava se aproximar da agenda popular e do resultado do referendo do ano anterior (FUSER, 2011). No entanto restavam sérias dúvidas que precisavam ser dirimidas pelo avanço do processo de nacionalização, entre elas o papel da YPFB e as condições que seriam dadas à estatal – que, segundo o historiador Fernández Téran (2008), estaria asfíxiada pela destinação dos recursos – para conduzir o processo de soberania de recursos.

De fato, objetivavam a reinserção da YPFB, a reafirmação da propriedade estatal e a

renegociação dos contratos, novos mercados e preços mais altos para o gás natural vendido ao Brasil e à Argentina, e ainda uma intenção de industrialização. Os movimentos sociais aliados ao governo, de acordo com Gordon e Luoma (2008: 111), avaliaram que a medida era um primeiro passo bom, mas que não iria suficientemente longe. A aprovação de Morales subiu e alcançava os 81%, enquanto a aprovação das medidas, mais que isso, atingia 94% entre os bolivianos, “uma quase unanimidade” (FUSER, 2011: 239). As medidas eram, no entanto, mais limitadas que as nacionalizações anteriores (1937 e 1969), embora contemporizassem com elas no que diz respeito à não expropriação, o que, de acordo com Fuser (2011), situaria a “nacionalização” de 2005 “em sintonia com a tradição das nacionalizações bolivianas”.

Em uma crítica ponto a ponto do Decreto Heróis do Chaco, elaborada pelo Centro de Documentação e Informação da Bolívia (CEDIB), são ressaltadas a ausência de punição às empresas que realizaram contratos ilegais, violando a Constituição, e a falta de ações para apurar denúncias de enriquecimento ilícito (as petroleiras estrangeiras eram famosas por maquiagem dos dados financeiros); citam ainda o desacato à Lei 3.058, de 2005, que dava o prazo de 6 meses para que as petroleiras regularizassem a situação; e também criticam a manutenção dos contratos de “produção compartilhada” da citada Lei, ao contrário dos contratos reivindicados pelos setores nacionalistas, que pediam que fossem estabelecidos contratos de prestação de serviços (FUSER, 2011: 240).

Em defesa da “nacionalização inteligente” (como se referia o programa do MAS à nacionalização sem expropriação), o vice-presidente boliviano, Álvaro García Linera, dedicou-se a defender as ações do governo em uma entrevista dada à imprensa dos EUA, afirmando que as nacionalizações do século XXI não poderiam ser iguais à soberania da “clausura” do século XX, por “estarmos profundamente atados ao mercado, ao sistema financeiro”³³. Em texto mais recente, Linera (2011) faz um notável esforço intelectual para justificar as fracas medidas, citando as dificuldades de gestão encontradas nas nacionalizações anteriores da Bolívia, e usa exemplos da presença de capital estrangeiro em Cuba e na ex-URSS para explicar por que a YPF não poderia ser a operadora dos campos bolivianos.

A despeito das controvérsias ligadas ao espectro do governo masista e dos movimentos sociais bolivianos, a nacionalização passou a ser alvo de um forte ataque da imprensa e de governos estrangeiros. O então presidente dos EUA, George W. Bush, afirmava que havia “erosão da democracia” na Bolívia, e o braço financeiro do domínio dos EUA, o FMI,

33 “Bolivia's vice president on indigenous rights, coca crops, and relations with the US”, The Christian Science Monitor, 27/03/2007, Boston, EUA. Disponível em: <<http://www.csmonitor.com/2007/0327/p12s02-woam.html>>. Acesso em: 22/04/2016.

vaticinava que haveria “fuga de capitais”. Os governos dos principais mercados do gás boliviano, Brasil e Argentina, foram mais moderados demonstrando respeito ao governo de Morales e sua iniciativa de garantir a soberania sobre seus recursos naturais. As petroleiras, por seu turno, congelaram os investimentos previstos (GORDON; LUOMA, 2008: 111), no que foram acompanhadas pelo governo brasileiro e pela Petrobras.

A imprensa brasileira, tomada por um furor nacionalista, causou tamanho alarde pelas tímidas medidas do mandatário boliviano a ponto de exigir que o governo Lula “usasse porrete”³⁴, em referência à política estadunidense do “*big stick*”, de Theodore Roosevelt, acusando o governo petista de ser complacente com as medidas de Morales. O presidente da Petrobras à época, José Sérgio Gabrielli, teve a postura mais dura com relação ao país vizinho, afirmando que as medidas foram “unilaterais” e “de forma não amistosa” e que adotaria todas as medidas cabíveis para garantir o fornecimento do gás para o mercado brasileiro e para resguardar os direitos da companhia (FUSER, 2011: 245-246). Parte da diplomacia também foi crítica por não haver uma “consulta prévia” ao Estado brasileiro antes da tomada de decisão do mandatário boliviano. Tais posicionamentos e alegações de “surpresa” foram considerados por Fuser (2011: 244-245) como descabidos e sustentados apenas por uma lógica enviesada pelo que chama de Brasil-centrismo, que faria crer que o governo brasileiro deveria ser consultado naquelas circunstâncias.

As renegociações dos contratos deveriam correr com a maior celeridade possível, haja vista que o prazo que o decreto impunha era de apenas 180 dias para rever os contratos vigentes e enviá-los ao congresso nacional boliviano, conforme definia a Constituição. No entanto, a animosidade que gerou o anúncio da nacionalização e a disparidade de recursos entre as petroleiras e o governo boliviano tornou o processo mais vagaroso que o esperado.

As negociações com a Petrobras e com o governo brasileiro, em específico, como retratado por Fuser (2011), formaram um contencioso entre a interdependência e a disparidade de poder do pobre país e a enorme e rica estatal brasileira. Enquanto o PIB da Bolívia em 2006 representava pouco mais de 10 bilhões de dólares, a empresa brasileira tinha o valor de mercado quase onze vezes superior, avaliado em 109 bilhões de dólares (FUSER, 2011: 261). A interdependência também não era um elemento a ser desconsiderado nas negociações; o consumo do gás natural no Brasil vinha aumentando desde 2001 e, em 2006, o gás boliviano enviado pelo GASBOL já correspondia à metade do gás natural consumido no Brasil; a maior parte (75%) tinha como destino o parque industrial de São Paulo (FUSER, 2011: 261). Para o

34 “É hora de usar o porrete”, O Estado de São Paulo, 12/03/2006. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/320041>>. Acesso em: <22/04/2016>.

governo boliviano, nessas negociações estavam em jogo cerca de 38% de suas exportações³⁵.

Dadas as dificuldades enfrentadas pelo governo boliviano durante as negociações – que previam, além da renegociação dos contratos, a compra de 50% + 1 das ações das companhias capitalizadas necessária ao controle majoritário –, em agosto de 2006, comunicou que suspenderia a nacionalização por falta de recursos econômicos da YPFB³⁶. No mesmo mês o presidente da YPFB, o masista Jorge Alvarado, renuncia ao cargo após ter assinado um contrato de venda de diesel para a filial brasileira da Iberoamerica Trading, que violava a nacionalização, de acordo com a superintendência de hidrocarbonetos. Segundo relata a imprensa boliviana, Morales aceitou a renúncia do companheiro de legenda a contragosto e afirmou ainda que não duvidava da incorruptibilidade de Alvarado³⁷.

Escândalos também envolveram as companhias petroleiras. A Repsol chegou a ter seus executivos detidos na Bolívia, acusados de contrabando e atos ilícitos. O governo, no entanto, não chegou a cancelar nenhum contrato, embora denunciasse as posturas incorretas (GORDON; LUOMA, 2008: 116). A oposição no congresso e em Santa Cruz e Tarija, aproveitando o vazio jurídico deixado pelas medidas governamentais, agiram para garantir mais recursos para suas localidades; as prefeituras desses departamentos tentariam, sem sucesso, realizar acordos próprios com as petroleiras (GORDON; LUOMA: 2008:116).

Ao lado da discussão dos novos contratos, interessava também ao governo boliviano o reajuste do valor da venda do gás natural para o Brasil e para a Argentina. A Bolívia reivindicava do Brasil um reajuste do valor de US\$ 3,80 por milhão de BTU, pago em maio de 2006, para US\$ 5,00, fazendo uso da previsão contratual do pleito de reajuste em qualquer tempo – cujo uso o Brasil fez entre 2002 e 2005, alegando o desperdício de recursos pela cláusula *take or pay*³⁸. A reação brasileira era a de não aceitar nenhum reajuste fora daquele

35 Entre 2005 e 2006, as exportações para o Brasil representaram cerca de 38% dos valores totais exportados, segundo o Instituto Nacional de Estatística. Dados disponíveis em: <<http://www.ine.gob.bo/indice/general.aspx?codigo=50101>>. Acesso em: <24/04/2016>.

36 Maisonnave, F. Bolívia decide adiar a nacionalização do gás. Folha de São Paulo, 12/08/2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1208200607.htm>> Acesso em: <24/04/2016>.

37 BOLPRES. Cae el ex Presidente de YPFB Jorge Alvarado y también quienes lo acusaron. La Paz: Bolpress, 29/08/2006. Disponível em: <<http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2006082904>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

38 As cláusulas *take or pay* e *ship or pay* obrigaram as partes a retirar e entregar o volume acordado ou pagar por ele, e entregar o volume acordado ou pagar por ele. O consumo de gás no Brasil expandia-se e então os volumes foram aumentando: os 8 milhões de m³/dia de 1993 tornaram-se 16 milhões de m³/dia em 1994, depois 20 mm³/dia, e a meta era alcançar 30 mm³/dia em 2004. No entanto o fracasso do Programa Prioritário de Termelétricas em 2000, no início da operação do Gasbol – julho de 1999 –, obrigou a Petrobras a arcar com a cláusula *take or pay*, pagando por 17 milhões de m³/dia quando importava, efetivamente, 11 milhões de m³/dia (FUSER, 2011: 126-127).

trimestral previsto no contrato, que considerava a valorização dos combustíveis no mercado. Entretanto, o governo boliviano alegava a disparidade entre o valor pago à Bolívia e o pago pelo consumidor final em São Paulo (US\$ 35,00 por milhão de BTU) (FUSER, 2011: 247).

Essas discussões, no Brasil, resvalavam na agenda eleitoral e na reeleição do aliado do governo Morales, Luís Inácio Lula da Silva (PT). Esse contencioso foi amplamente utilizado pela mídia, acusando Lula de fraqueza com relação às medidas do governo boliviano, o que beneficiava o candidato opositorista Geraldo Alckmin (PSDB), que, ademais, como governador do estado de São Paulo – principal mercado do gás boliviano -, acusava Lula de ter permitido a “humilhação” do Brasil na nacionalização do gás boliviano. Lula respondia publicamente às acusações dizendo que a política externa atual exigia parceria e não imposição aos países pobres³⁹.

O governo boliviano, por seu turno, tinha clareza de que os acordos e as relações bilaterais com o governo brasileiro estariam demasiadamente prejudicados com a vitória de Alckmin, mas ao mesmo tempo não poderia adiar ou postergar as negociações e os contratos em função da agenda eleitoral brasileira, como alguns interlocutores do governo brasileiro sugeriam (FUSER: 2011: 269).

Em meio a controvérsias e dificuldades do governo boliviano, os contratos foram firmados com doze companhias estrangeiras em outubro de 2006, com vigências de 20 a 30 anos. Ao todo, 44 contratos foram assinados prevendo impostos e royalties de 50% da receita do gás natural. A outra metade da receita seria dividida entre uma parcela variável da empresa privada, os custos de depreciação dos investimentos (custos recuperáveis) e uma parcela da YPFB (ARZE VARGAS, 2014: 1).

Os contratos assinados foram de “risco compartilhado” ou “produção compartilhada”, em que o Estado é proprietário do recurso, define o destino e o volume da produção – utilizando a YPFB – e as empresas contratadas assumem o risco da exploração, sendo remuneradas de acordo com a rentabilidade do recurso. Embora a remuneração da empresa possa variar entre 2% e 32%, de acordo com o critério do preço do gás no mercado internacional, da produtividade do campo e da qualidade do produto extraído, a Petrobras indicava que a rentabilidade média de suas operações na Bolívia estariam entre 15% e 20%, porcentagem considerada boa para os dirigentes da empresa brasileira e ainda competitiva no mercado internacional (FUSER, 2011: 271-272). Ao anunciar os novos contratos, Morales

39 Gutkoski, C.; Pinheiro, D. Lula e Alckmin fazem debate na TV com duros ataques, 08/10/2006. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2006/campanha/ultnot/2006/10/08/ult3750u1308.jhtm>> Acesso em: <01/05/2016>.

afirmou que a missão fora cumprida e que “entre 10 e 15 anos a Bolívia já não será esse país pobrezinho, esse país mendigo” (GORDON; LUOMA, 2008: 111).

O valor da venda do gás também sofreu reajuste. Depois de diversas negociações entre os governos brasileiro e boliviano o preço do gás chegou a US\$ 5 por milhão de BTU, em contraste com o valor de US\$ 1,56 por milhão de BTU quando do início das operações do GASBOL em 1999 (FUSER, 2011: 273), superior também ao preço de 2005, que era de US\$ 2,59 por milhão de BTU⁴⁰, um reajuste superior a 93%. Também o preço do gás vendido à Argentina foi renegociado, chegando ao valor de US\$ 5,50 por milhão de BTU em 2006, que, acumulado ao reajuste de 2005, quando os vizinhos sulistas passaram a pagar US\$ 4,50 por milhão de BTU, perfaz um aumento de 165%⁴¹.

Os novos contratos passaram a vigorar após serem submetidos ao Congresso Nacional, o que ocorreu em 3 de maio de 2007. Desde a aplicação da Lei 3.058, de 2005, e com o aprofundamento da cobrança sobre os hidrocarbonetos proporcionada pelo Decreto de 1º de maio de 2006, sentiu-se nas contas públicas uma melhora na arrecadação do Estado. Em 2005, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) boliviano, foram arrecadados 329,5 milhões de bolivianos com o petróleo e (principalmente) com o gás; em 2006, foram arrecadados 2,89 bilhões de bolivianos, uma arrecadação 8,7 vezes maior que a do ano anterior. No ano seguinte, 2007, a arrecadação também surpreendeu: foi de 6,27 bilhões de bolivianos, mais que o dobro do ano anterior⁴². Essa ampliação da arrecadação deveu-se ao Imposto Direto sobre o Hidrocarbonetos (IDH), aos *royalties* e também – nesses dois primeiros anos da aplicação – da cobrança adicional de 32% dos campos de San Alberto e San Antonio, operados pela Petrobras, Repsol-YPF e TotalFinaElf.

Ainda que indubitavelmente os resultados arrecadatários das medidas nacionalizantes sejam profundamente positivos para o Estado boliviano, as críticas às medidas acusam o presidente Evo Morales de ter traído a Agenda de Outubro. Uma das críticas mais incisivas é do economista e colunista Carlos Arze Vargas, que realiza um levantamento dos Custos Recuperáveis, as indenizações que o Estado pagaria às empresas referentes a pessoal,

40 TN PETRÓLEO. Preço do gás boliviano deve chegar a US\$ 4 o milhão de BTU. 22/02/2016. Disponível em: <<http://www.tnpetroleo.com.br/noticia/preco-do-gas-boliviano-deve-chegar-a-us-4-o-milhao-de-btu/>>. Acesso em: <14/05/2016>.

41 OLIVEIRA, F.. La Argentina acepta pagar más por el gas de Bolivia. La Nacion, 13/06/2006. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/814206-la-argentina-acepta-pagar-mas-por-el-gas-de-bolivia>>. Acesso em <14/05/2016>.

42 Instituto nacional de estadísticas. Bolivia: recaudación tributaria por actividad económica. Disponível em: <<http://www.ine.gob.bo/indice/general.aspx?codigo=40302>>. Acesso em: <14/05/2016>.

transporte, realocação de materiais, impostos referentes a imóveis e maquinários, as diferenças de câmbio, gastos referentes ao meio ambiente e segurança industrial, custos legais, seguros, administração e serviços, ativos fixos, outros custos e encargos relacionados à matriz. Os contratos permitiam que os Custos Recuperáveis (CR) fossem até 60% da metade repassada pelo Estado às beneficiadas (YPFB e titular estrangeira). Dessa forma, com os tributos descontados (50%), as empresas privadas poderiam absorver até 30% do valor de venda, deixando apenas os 20% restante à YPFB e titular. Em termos práticos, o lucro líquido das transnacionais esteve em torno de 14% do valor de venda, mas, se somados os custos recuperáveis, os ganhos chegam a 26% (ARZE VARGAS, 2014: 1-4).

Em valores, entre 2007 e 2010, os Custos Recuperáveis saíram de US\$ 295,79 milhões e chegaram a US\$ 640,55 milhões (ARZE VARGAS, 2014: 3). Valores com relação superior entre a produção e o investimento, o que, para Arze Vargas (2014), dificultaria qualquer estratégia de desenvolvimento e industrialização dos hidrocarbonetos na Bolívia. Esse autor ainda aponta que auditorias dos CR indicaram uma supervalorização de algo entre US\$ 1,416 bilhão e US\$ 1,176 bilhão (ARZE VARGAS, 2013: 7), ou seja, as empresas passaram a utilizar a indenização dos custos recuperáveis como uma nova remuneração. Para Carlos Arze (2014: 8), mais que isso, a política do governo garantia prioritariamente o interesse do capital transnacional, em detrimento do interesse nacional, apostando no desenvolvimento dependente dos investimentos externos.

O vice-presidente, em franco debate com os setores críticos ao governo, avalia que a forma adotada da nacionalização possibilitou à Bolívia fugir dos tribunais internacionais, com uma saída pactuada com as petroleiras e pagamento de indenizações que, segundo o próprio autor, somaram até 2011 US\$ 374,6 milhões, ao passo que proporcionara à YPFB um patrimônio de US\$ 4 bilhões (GARCIA LINERA, 2011: 45-46). Defende também que é necessário reconhecer os custos da exploração do petróleo realizado nos anos anteriores à nacionalização e que a cobertura desses custos são os custos recuperáveis (GARCIA LINERA, 2011: 53).

Em termos de ganhos sociais, há que se reconhecer as medidas de distribuição de renda que se aprofundaram, ou tornaram-se possíveis, pela nacionalização dos hidrocarbonetos. Entre essas, a mais conhecida é o *Bono Juancito Pinto*, destinado a reduzir a evasão escolar. O programa governamental oferece desde 2006 uma ajuda financeira às famílias, para manutenção das crianças na escola, no valor de Bs 200 (US\$ 25,00) por estudante (MARCO NAVARRO, 2012: 9). Esse programa beneficiava, em 2011, mais de 1,6

milhão⁴³ de crianças, com um repasse do Estado de US\$ 51,9 milhões (GARCIA LINERA, 2011: 18).

Outro programa de distribuição de renda, este destinado aos idosos, é o *Renta Dignidad*, que, desde 2008, oferece um auxílio anual de Bs 2.400 para quem tem acima de 60 anos, reside na Bolívia e não recebe aposentadoria; aqueles que já recebem aposentadoria também podem obter o auxílio, mas no valor de Bs 1.800 ao ano. Em 2012, 919 mil idosos⁴⁴ foram contemplados por esse programa.

Já para as mães, foi criado em 2009 o programa *Bono Juana Azurduy*, com o objetivo de diminuir a mortalidade materna, infantil e neonatal, implementando o pré-natal e o acompanhamento da saúde do recém-nascido. Os valores eram transferidos mediante o comparecimento a 4 consultas pré-natal, na realização do parto e consulta pós-parto, além de consultas bimensais às quais o bebê deveria também comparecer, com a transferência total de Bs 1.820⁴⁵; em 2011, foram 683 mil beneficiados pela ajuda governamental.

As transferências condicionadas do governo para a população dariam um importante salto ao longo do governo Morales, se comparado ao período anterior. Entre 2001 e 2005 foram transferidos ao todo US\$ 76 milhões; já de 2006 a 2010 esses três programas somaram US\$ 226 milhões, em média 1,42% do PIB (GARCIA LINERA, 2011: 19).

Essas e outras medidas de fato fizeram a Bolívia progredir nas estatísticas sociais, proporcionando à população importantes mudanças entre 2006 e 2011, como o acesso a água potável (942.000 bolivianos), ao esgoto sanitário (700.000), à luz elétrica (metade da população rural passou a ter acesso) (GARCIA LINERA, 2011: 19-20) e àqueles programas sociais (3,2 milhões de beneficiados, 30% da população boliviana). O salário médio anual também teve sensível melhora: de US\$ 950, em 2004, chegou a US\$ 1833 em 2010 (GARCIA LINERA, 2011: 19).

Além desses dados sociais, uma melhora significativa nos investimentos em infraestrutura é também mencionada pelo vice-presidente; esses dados de infraestrutura serão

43 Ministério de Economía y Finanzas Publicas. Bolívia: Población beneficiada con las transferencias directas condicionadas. Maio de 2012. Disponível em: <http://www.economiayfinanzas.gob.bo/descargar.php?archivo=http://medios.economiayfinanzas.gob.bo/MH/documentos/RAF/2012/Junio2012/Bono_200612.pdf>. Acesso em: <14/05/2016>.

44 Ministério de Economía y Finanzas Publicas. El abc del pago de la Renta Dignidad. 30/01/2008. Disponível em: <http://www.economiayfinanzas.gob.bo/index.php?opcion=com_prensa&ver=prensa&id_item=&id=445&seccion=306&categoria=5>. Acesso em: <14/05/2016>.

45 UNFPA. Bono Juana Azurduy. Disponível em: <<http://bolivia.unfpa.org/content/bono-juana-azurduy>>. Acesso em: <14/05/2016>.

tratados em conjunto com os relativos à industrialização, na perspectiva de compreensão da modernização da Bolívia.

IV.2. Assembleia Nacional Constituinte e a construção da hegemonia do MAS

O processo de mobilização de 2000 e 2003, que fez desmoralizar o projeto antinacional que se instalara na Bolívia, cumpriu também o papel de desestabilizar a rede de acumulação local baseada nos departamentos Santa Cruz – Tarija, este responsável sobretudo pela produção do gás e aquele, pela agroindústria moderna. Esse eixo tentava se consolidar como uma nova centralidade após a decadência da mineração sediada em La Paz (década de 1980) e, de fato, compunha o bloco de poder dominante do Estado até a queda de ex-presidente Gonzalo Sánchez de Lozada.

Durante os governos anteriores, esse bloco de poder, proveniente de uma economia moderna, esteve em posições estratégicas, com participação destacada no parlamento e com cargos de destaque nos governos da década de 1990 (LINERA, 2005: 465). Entretanto, por mais que sua base material de sustentação seja a moderna, do ponto de vista das técnicas a elite denominada Meia Lua sustenta uma perspectiva patrimonialista e pré-moderna de Estado e de sociedade, que fica evidente pelas ações estatais do período hegemônico e também pela manutenção de regimes de trabalho do tipo servil no oriente do país. Como foi denunciado durante a Assembleia Nacional Constituinte, mais de mil famílias encontravam-se em regimes de servidão no oriente boliviano e na região do Chaco (LIZARRAGA; VACAFLORES, 2014: 46).

Seja pelas condições de trabalho, seja pela expansão do latifúndio sobre as terras indígenas no oriente, surgiu como demanda dos movimentos camponês e indígena uma reivindicação contundente pela Assembleia Nacional Constituinte, por terra, território e autonomia. Ainda em 1990, os indígenas do oriente realizaram uma “Marcha pelo Território e pela Dignidade”, que resultou na reforma constitucional de 1994, reconhecendo o caráter pluricultural do Estado e a Lei de Participação Popular (LPP) (CHÁVEZ; MOKRANI, 2007: 58). Posteriormente, em 2002, em conjunto com a luta pelos hidrocarbonetos, as 34 nações indígenas do oriente (ao todo, na Bolívia, são consideradas 36 nações e povos) realizaram uma marcha de Santa Cruz de La Sierra a La Paz, denominada “Marcha dos Povos das Terras Baixas pela Assembleia Constituinte”, em que reivindicavam a consulta prévia obrigatória sobre investimentos realizados em seus territórios e a Assembleia Constituinte para aprovar a representação por fora dos partidos políticos, além do reconhecimento das formas próprias de

auto-organização (CHÁVEZ; MOKRANI, 2007: 58-60), definidos como usos e costumes, que prevê, entre outras coisas, a justiça comunitária e as formas próprias de representação.

A pauta da Assembleia Constituinte difundiu-se em todos os movimentos sociais ao longo das mobilizações de 2000, 2003 e 2005, incorporando a Agenda de Outubro de 2003 e também o programa eleitoral do MAS e de Morales. Cabe dizer que a realização da Assembleia Constituinte boliviana foi possível mediante a ascensão de Evo Morales ao Palácio Quemado, a partir da configuração de uma nova direção política, com uma nova base material de sustentação do poder do Governo e mediante as medidas nacionalizantes dos hidrocarbonetos, que permitiram ao governo ter condições financeiras favoráveis para renegociar a conformação do Estado e as condições de acumulação até então vigentes. Para o vice-presidente Garcia Linera, em 2005 o bloco ocidental carecia de substrato material para liderar a economia nacionalmente, pois era baseado na pequena economia doméstica/familiar; porém ressalva que o poder econômico não resulta automaticamente em poder político e que “uma reforma da vitalidade econômica” poderia se processar (LINERA, 2005: 465-465).

Já em 2010, o vice-presidente caracterizava a base material do novo bloco de poder como a pequena produção mercantil, agrária e urbana: “camponeses indígenas com vínculos regulares com o mercado” de uma variedade de locais, do ocidente até as zona de colonização no oriente; “indígenas camponeses das terras baixas e dos *ayllus* andinos, também pequenos produtores urbanos e setores com atividade mercantil relativamente avançada”; e “empresários de origem popular, identificados mais com o trabalhador que com a burguesia” (GARCIA LINERA, 2010: 18-19). Considera, em acréscimo, que a vitalidade econômica para sustentar o “novo bloco de poder” foi alcançada pela nacionalização das empresas, que proporcionaram ao Estado o controle do excedente, que deram “base técnica-material à soberania relativa do Estado” (LINERA, 2010a: 23).

Considerando o conjunto de reformas previstas, a agenda solicitada pelos movimentos sociais e a ampla vitória eleitoral de Evo Morales em 2005 – cujo programa continha a Assembleia Constituinte –, a convocação das eleições dos constituintes ocorreu em 6 de março de 2006, pelo Decreto 3364, que previa a eleição de 255 constituintes que trabalhariam em paralelo ao Congresso. A eleição foi realizada em 2 de julho de 2006 e o MAS obteve maioria de 137 constituintes (BARBOSA FILHO, 2008: 97). O resultado, no entanto, foi inferior aos dois terços que o governo previa quando da elaboração do Decreto definindo que os artigos na Assembleia Constituinte deveriam passar pela aprovação de maioria qualificada (2/3) (DOMINGUES, 2009: 30).

Esse contratempo para a posição governista levaria a tentativas de manobra por parte do MAS, no sentido de permitir a aprovação dos artigos da Nova Constituição Política do Estado (NCPE) por maioria simples (50%+1). As tentativas de manobra efetuadas pelo governo acabaram derrotadas, mas permitiram à oposição se reorganizar em torno da pauta autonomista, que, ademais, saíra vitoriosa – nos departamentos de Pando, Beni, Santa Cruz e Tarija – do referendo vinculante⁴⁶ sobre a adoção de autonomia para os departamentos e o tratamento da questão no âmbito da Assembleia Constituinte.

A mudança na legislação no sentido da maior autonomia para os departamentos seria fonte de poder e reorganização oposicionista. Em especial os prefeitos, em conjunto com os rentistas cruceños, irão refugiar-se nos Comitês Cívicos, estruturas locais de oposição ao governo central, embebidas de discurso racista e separatista, com destaque para o Comitê Cívico de Pró-Santa Cruz. Esses Comitês, que foram emulados nos demais departamentos da Meia Lua (Tarija, Beni e Pando), iriam se constituir em novo agente nas lutas bolivianas, denominado “Governo Moral”, agrupando, sobretudo, setores empresariais que buscavam contrapor-se ao governo central (CHAVES; SÁ, 2009: 109-110). Ao redor dos Comitês Cívicos, como polo de poder, irá se concentrar a União da Juvenil Cruceña (UJC), uma organização de juventude com discurso autonomista fortemente marcado pelo racismo e ação violenta contra os povos indígenas. Também Branco Marinkovic, boliviano-croata, ruralista, proprietário da Indústria de Oleaginosas (IOL) e do Banco Econômico, teve importante papel intelectual e articulador nos conflitos com o governo Morales (BARBOSA FILHO, 2008: 36).

Essas articulações formam o que Harvey (2006: 151) denomina Alianças Regionais de Classe: alianças de poderes ancorados em matérias locais – no caso boliviano, fundamentalmente a terra, mas também os hidrocarbonetos – e nas relações clientelistas desenvolvidas com os detentores do capital fixo relacionado, ou seja, as petroleiras estrangeiras. Essa Aliança internaliza a disputa de classe na região, buscando eliminar traços que poderiam ser impeditivos dos processos de acumulação desejados e impondo derrotas a qualquer rebelião que ocorra em sua área de mando. Além disso, organismos como os Comitês Cívicos são organizados com a participação do Estado – neste caso, os

46 Neste referendo perguntava-se: *¿Está usted de acuerdo en el marco de la unidad nacional, en dar a la Asamblea Constituyente el mandato vinculante para establecer un régimen de autonomía departamental, aplicable inmediatamente después de la promulgación de la nueva Constitución Política del Estado, en los departamentos donde este referéndum tenga mayoría, de manera que sus autoridades sean elegidas directamente por los ciudadanos y reciban del Estado Nacional competencias ejecutivas, atribuciones normativas administrativas y los recursos económicos - financieros que les asigne la nueva Constitución Política del Estado y las leyes?* Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Bolivia/refvinculante06.html>>. Acesso em: <25/07/2016>.

Departamentos –, mas não necessitam exclusivamente dele para atuar; embora seja do interesse das Alianças apoiar-se no Estado, buscando produzir o que Harvey (2006: 152) chama de Coerência Regional Estruturada, ou seja, condições próprias em que capital e trabalho encontram-se, em que essa Aliança produziria as regulações – ou a ausência delas –, garantindo condições propícias de mercado e de força de trabalho – que, no caso em foco, significa manter os expedientes inaugurados na década de 1980, que correspondem à acumulação por despossessão (HARVEY, 2005; 2007; 2011).

O início da Assembleia Constituinte, empossada em 6 de agosto de 2006, seria marcado por conflitos e divergências entre a Aliança Regional do Oriente e o Governo Morales; em função disso, a Assembleia só passaria a funcionar em fevereiro de 2007. Além da questão da autonomia, a oposição se organizaria também em torno da **capitalidade**, levantada pelo governo municipal de Sucre, que via na instalação da Assembleia na cidade uma oportunidade de rever a situação de Sucre como sede do poder judiciário e tentar levar o poder de fato, o executivo, para lá. Cabe recordar que Sucre havia sido a capital do país até a Guerra Civil do fim do século XIX, que, com o declínio da mineração em Potosí, perdia poder e influência para as forças do Norte e do altiplano, levando ao confronto que mudaria a capital do país para La Paz.

Apesar de Sucre não ser aliado natural do oriente – pois a prefeitura departamental de Chuquisaca pertencia ao MAS –, os opositores viram nessa pauta uma oportunidade de atacar o governo, criando um clima de instabilidade, que teria seu ápice nos meses de novembro e dezembro de 2007. A situação tornava-se mais confusa pelos laços regionais: enquanto constituintes eleitos pelo MAS em Sucre defendiam a capitalidade desta cidade, o constituinte do PODEMOS (principal partido de oposição), eleito em La Paz, defendia a permanência da capital no Altiplano (BARBOSA FILHO, 2008: 105). Nas ruas, marchas e conflitos começavam a tomar conta do cenário.

No que tange à institucionalidade da AC, não se via progredir o andamento das discussões e votações, o que piorava a situação para o governo e diminuía a possibilidade de um processo amplamente vitorioso na NCPE. Sessões eram convocadas, e tinham que ser canceladas por causa dos bloqueios que a oposição e os defensores da mudança da capital realizavam. Tamanho era o atraso das discussões que, a menos de um mês do prazo final dos trabalhos da AC, os relatórios das comissões ainda não estavam aprovados. A oposição dificultava, por seu turno, as negociações, apresentando novas exigências, prolongando a AC por um lado e passando a questionar sua legitimidade por outro (BARBOSA FILHO, 2008;

DOMINGUES, 2009).

Em outra manobra malsucedida, os governistas tentaram tirar da pauta da AC a discussão da capital, em 15 de agosto de 2006, em uma sessão na qual quase todos os opositoristas estavam ausentes. No mês seguinte, no entanto, a justiça determina que os constituintes retomem a pauta (BARBOSA FILHO, 2008: 111). Um acordo foi realizado pelo governo central com o governo municipal de Sucre, objetivando – sem sucesso – encerrar o conflito. Nesse sentido, o acordo garantiu a divisão dos poderes, permanecendo o Executivo e o Legislativo em La Paz, e levando a suprema corte do poder Judiciário e também eleitoral a Sucre, além de garantir que sessões solenes fossem ali realizadas. Ademais, o governo Morales garantiu melhorias em infraestrutura para a região, como a reforma do aeroporto e da rodovia que liga Sucre a Potosi (BARBOSA FILHO, 2008: 113).

Os confrontos, no entanto, continuaram; o ápice tanto dos conflitos quanto do atabalhoamento da AC ocorreu em 24 de novembro de 2007, em Sucre, quando a AC instalou-se em um Liceu Militar, distante da cidade, e aprova os relatórios das 21 comissões lendo sumariamente o índice dos documentos. Isso ocorreu porque, embora o cerco policial tenha sido reforçado, uma manifestação de 20 mil pessoas conseguiu aproximar-se do prédio pelos morros, furando os bloqueios policiais. A invasão era previsível. Dos 142 constituintes presentes, 139 foram favoráveis e 3 abstiveram-se da votação; apressaram-se, votaram e saíram pelos fundos do prédio para escapar da multidão enfurecida. As estatísticas desse conflito deixaram clara a gravidade: centenas de pessoas ficaram feridas, entre elas 30 policiais, e outras três morreram; a cidade ficou por dias esvaziada, sem que sequer carros circulassem pelas ruas (BARBOSA FILHO, 2008: 115-116).

Em dezembro de 2007, em Oruro, os constituintes reuniram-se novamente e aprovaram o texto da NCPE; a oposição continuava ausente e os temas da autonomia e também do limite da propriedade rural ficaram em aberto (DOMINGUES, 2009: 32). Em 15 de dezembro, o texto foi entregue ao presidente Evo Morales, com festividades em La Paz e comemorações dos movimentos sociais. Morales foi cauteloso e afirmou que essa era apenas a primeira batalha; o texto ainda deveria passar pelo Congresso, que marcaria o referendo popular para colocar a nova Constituição em vigor (BARBOSA FILHO, 2008: 119).

No Oriente, nesse mesmo dia, a festa tinha outra temática: os prefeitos se autoempovavam governadores e proclamavam os departamentos autônomos, enquanto preparavam para isso estatutos autonômicos construídos ao arpejo da democracia, por grupos de notáveis (DOMINGUES, 2009: 32). Por seu lado, anunciavam que não estavam

derrotados, que novos conflitos estavam por vir, e propunham a realização de referendos para a aprovação dos estatutos, que seriam realizados no ano seguinte. Por sua vez, a vigência da NCPE seguia protelada pela oposição. Morales então decide tentar recuperar a iniciativa e lança, ainda em 2007, a proposta de um referendo revogatório do seu mandato e dos prefeitos departamentais. A proposta de referendo seria aprovada em maio, enquanto os conflitos com a oposição seguiam.

Em maio de 2008, o departamento de Santa Cruz votava seu estatuto autonômico, com diversas denúncias de incidentes, como fraudes, urnas roubadas, urnas abertas cheias de votos, ausência de observadores externos, carência de aprovação da Corte Nacional Eleitoral (CNE) e compra de votos. A aprovação, como era de se esperar, foi favorável ao que propunham seus realizadores: 84% dos votantes aprovaram o estatuto autonômico. Entretanto, a abstenção foi também relevante (entre 36% e 40%) e os votos contrários somaram 15% (DOMINGUES, 2009: 32; BARBOSA FILHO, 2008: 166; 172). Os referendos repetiram-se nos demais departamentos opositores, com margem expressiva favorável ao estatuto autonômico: Beni (79,5%), Tarija (78%) e Pando (81,96%), este também com relevante abstenção, entre 45% e 46% (DOMINGUES, 2009: 32; BARBOSA FILHO, 2008: 172).

Em 18 de agosto de 2008, ocorreu o Referendo Revogatório do mandato do Presidente e do Vice-presidente e dos prefeitos departamentais. Da consulta o governo nacional saiu fortalecido, com aprovação nacional de 67,41% dos votos e com votação relevante nos departamentos dominados pela oposição – Santa Cruz, 40,75%; Beni, 43,72%; Tarija, 49,83%; e Pando, 52,5%⁴⁷. Também os prefeitos da Meia Lua tiveram seus mandatos reforçados nas urnas; na ocasião, foram destituídos dos mandatos o prefeito de La Paz, José Luis Paredes, do PODEMOS, e o prefeito de Cochabamba, Manfred Reyes Villa, ex-ADN.

Domingues (2009: 35) reconhece uma intersecção entre os votos que obtiveram os prefeitos pela manutenção de seus cargos e os votos que obtiveram Morales e Garcia Linera, defendendo a existência de uma reivindicação popular pela continuidade da vida institucional, o que se evidenciaria no esvaziamento popular das reivindicações autonomistas, com o aprofundamento dos conflitos que se iniciariam posteriormente.

Desde a leitura de que estava fortalecido pelas urnas, o governo central decide convocar por Decreto o referendo para a aprovação da NCPE e a realização de um outro referendo, para a delimitação da propriedade da terra. Mas a Corte Eleitoral nega-se a validar a consulta, que, segundo ela, deveria ser convocada pelo congresso (DOMINGUES, 2009: 35-

⁴⁷ Dados disponíveis em: <<http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Bolivia/refrevocatorio08.html>>; <<http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Bolivia/refprefectos.html>>.

36); a questão seguia pendente; a oposição bloqueava no congresso e nas ruas a promulgação da NCPE.

Em setembro de 2008, a situação no oriente levava a confrontos violentos, dessa vez protagonizados decisivamente pela aliança regional. Com o apoio das prefeituras departamentais, faziam todo tipo de bloqueios, ocupações de prédios públicos e impediam o presidente Evo Morales ou qualquer representante do governo de ir ao oriente. Prédios públicos estavam ocupados e instalações de produção e distribuição dos hidrocarbonetos foram sabotadas, buscando criar a escassez no mercado interno (DOMINGUES, 2009: 36-37). No dia 10 de setembro de 2008, esses confrontos tomaram uma proporção de massacre, quando os grupos paramilitares do oriente – financiados pela elite cruceña atrelado à embaixada dos EUA – atacaram uma marcha de camponeses pró-governo no povoado de Porvenir, em Pando; morreram ao menos 25 camponeses (LA JORNADA, 16/09/2008).

Depois do Massacre de Pando – como a emboscada ficou conhecida na imprensa local –, o governo central determinou estado de sítio para o departamento e passou a desocupar os prédios públicos e reestabelecer o abastecimento de gás. Foi nessa ocasião que Morales ordenou também a expulsão do embaixador dos EUA, Philip Goldberg, por manter reuniões com os setores golpistas quando da escalada dos confrontos, fato que para o jornal argentino La Nacion tinha pouca importância, classificando a expulsão do embaixador como “um show político” e dando ênfase aos riscos econômicos da expulsão do estadunidense (LA NACION, 16/09/2008).

Em que pesem as ameaças dos EUA com relação à Bolívia, a UNASUL, reunida dias depois (em 16 de setembro de 2008), decide pelo apoio unânime ao governo de Morales e à democracia boliviana, e contra o que denominaram tentativa de “golpe civil”; decidiram ainda criar uma comissão para acompanhar as negociações com a oposição. No retorno à Bolívia, Evo Morales ressaltou que o manifesto aprovado pela UNASUL afirma que os países sul-americanos decidiram resolver entre si seus próprios problemas (LA JORNADA, 16/09/2008), em uma referência evidente à tentativa de intervenção norte-americana. Também respaldaram o governo boliviano o Parlamento do Mercosul, Comunidade Andina de Nações (CAN) e o Grupo Rio (LA JORNADA, 16/09/2008).

As negociações são enfim retomadas com a mediação do prefeito do departamento de Tarija, Mario Cossio, e do vice-presidente. Três temas estavam na negociação da NCPE: as autonomias, o repasse aos departamentos dos impostos sobre hidrocarbonetos e o preenchimento dos tribunais de justiça desfalcados. O governo, por seu turno, fazia a

exigência de que fossem devolvidos todos os prédios públicos ocupados e que fosse investigado o massacre de Pando⁴⁸.

As negociações seguiam e eram acompanhadas por mobilizações, por um cerco de movimentos sociais a Santa Cruz e marchas que cruzavam o país, até que o Governo e parte da oposição estabeleceram um acordo provisório. MNR, Unidade Nacional e o campo majoritário do PODEMOS (ala não autonomista) revisam 200 dos 401 artigos, incluem 5 tipos de autonomias e legalizam todas as propriedades privadas compradas até a data de promulgação da NCPE, vedando aquisições superiores ao máximo que seria definido em referendo. Evo Morales ainda teve que abrir mão de uma segunda reeleição, naquele momento, para garantir o acordo com a oposição. As alterações foram encaminhadas ao Congresso Nacional que, em uma sessão conjunta com a AC, em outubro de 2008, aprovou as alterações e a convocação do referendo sobre a NCPE e também sobre o limite da propriedade da terra (DOMINGUES, 2009: 42).

Em 25 de janeiro de 2009, a Constituição que deu origem ao Estado Plurinacional da Bolívia foi aprovada com 61,43%⁴⁹ dos votantes, embora a oposição e setores do alto escalão da igreja católica tenham trabalhado pelo “Não”. O “Não” saiu vitorioso no oriente boliviano – em Santa Cruz, por exemplo, o “Sim” obteve apenas 34,75% dos votos.

Entretanto, a socióloga brasileira Áurea Mota (2009) nota que a aprovação do “Sim” à NCPE foi de 82% no meio rural, enquanto na área urbana chegou a 52%, o que a fez questionar a divisão Oriente/Ocidente como forma de condicionar a política.

Ademais, a divergência sobre o limite da propriedade da terra, cuja negociação entre governo e oposição não foi capaz de resolver, foi submetida à consulta popular nesse mesmo dia. A pergunta à população era se o limite máximo da propriedade da terra seria 10.000 ou 5.000 hectares. Embora a medida não fosse retroativa, como dissemos, foi grande a aprovação do limite inferior, de 5.000 hectares, atingindo 80,65%⁵⁰. Na limitação da propriedade, em todos os departamentos, ganhou o limite de 5.000 hectares; mesmo em Santa Cruz e em Tarija, onde os 10.000 obtiveram, proporcionalmente, mais votos (34% e 35,9%, respectivamente), a opção pelo limite inferior teve aprovação superior a 64%⁵¹.

Garcia Linera compreende que essa série de vitórias do governo foi o “ponto de

48 Como resultado dessas investigações, o Prefeito de Pando Leopoldo Fernandez foi preso junto com outras lideranças (DOMINGUES, 2009: 38).

49 Dados disponíveis em: <<http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Bolivia/refconstit09.html>>. Acesso em: 25/07/2016.

50 Disponível em: <<http://www.cne.org.bo/ResultadosRNC2009/>> Acesso em: <25/07/2016>.

51 Disponível em: <<http://eju.tv/2009/01/el-lmite-para-la-tenencia-de-tierras-es-de-5-mil-has/>>. Acesso em: <25/07/2016>.

bifurcação” da crise estatal, marcando a “derrota histórica, moral, política e cultural” das antigas classes dominantes (GARCIA LINERA, 2010: 14). O ponto de bifurcação é, para o vice-presidente, a última das etapas da crise estatal, que se havia iniciado na Bolívia com a Guerra do Gás e que terminaria com completa transição estatal. É, enfim, o momento em que o bloco dominante do novo governo demonstra sua superioridade e as antigas forças assumem sua derrota, ou recuam para reestabelecer um pacto, de “complacência moral”, entre governantes e governados (GARCIA LINERA, 2010: 34).

No caso da Bolívia houve inegáveis demonstrações de força do governo do MAS, inclusive deixando claro que mesmo as Forças Armadas estavam ao lado do governo de Morales e Garcia Linera, para a decepção dos setores opositores. Inclusive, depois de promulgada a NCPE, houve uma nova eleição presidencial, em 6 de dezembro de 2009, à qual Evo Morales e Garcia Linera submeteram-se, para demonstrar uma vez mais – para o fim da transição estatal, de acordo com o vice-presidente – a força que adquiriu na sociedade o projeto masista. Nesse pleito, obtiveram um novo recorde: 64,22% dos votos válidos; atrás deles, com 26,46% dos votos⁵², ficaram os líderes opositores Manfred Reyes Villa, ex-prefeito de Cochabamba (destituído pelo referendo revogatório de 2008), e, como vice-presidenciável, Leopoldo Fernández, o ex-prefeito que havia sido detido e deposto pelo Massacre de Pando. Villa e Fernández foram candidatos por um agrupamento direitista, o Plano Progreso para Bolívia.

Para Garcia Linera (2010:31-32), a Bolívia entrou na fase final da transição, em que as resistências são apenas locais e em que a Aliança Regional viu limitada sua projeção nacional e “desapareceu do mapa eleitoral” (GARCIA LINERA, 2010:35); e ainda previu que as disputas, promulgado o Estado Plurinacional, não seriam mais por projetos de sociedade, mas por formas de administrá-la (GARCIA LINERA, 2010: 40).

Esses elementos, de finalização de um processo político e de construção de uma nova hegemonia, estavam também nos discursos de Evo Morales ao promulgar a NCPE. Afirmava que a proclamação do Estado Plurinacional era a segunda e definitiva independência do povo boliviano⁵³ e que, depois da promulgação da Constituição, a “missão havia sido cumprida”; dizia ainda que poderia deixar de ser governo, ou ser assassinado, que agora seria iniciado o “socialismo comunitário” em uma “Bolívia unida”⁵⁴.

52 Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Bolivia/pres09.html>>. Acesso em: <25/07/2016>.

53 Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2009/02/08/index.php?section=mundo&article=022n1mun>>. Acesso em: <25/07/2016>.

54 Disponível em: <<http://www.losandes.com.ar/noticia/un-407083>>. Acesso em: <25/07/2016>.

V. AVALIAÇÕES DO “*PROCESO DE CAMBIO*”

Nesta pesquisa, tivemos por objetivo principal a reflexão sobre as mudanças recentes que ocorreram no território boliviano à luz da noção de desenvolvimento geográfico desigual. Sob essa perspectiva, o processo aclamado como “*proceso de cambio*” ou “refundação” do Estado boliviano foi proporcionado pelas lutas populares orientadas por um projeto nacional, em contraposição aos interesses do capital imperialista. Ao longo do trabalho, apontamos que foram as rebeliões que abriram caminho para Evo Morales e o seu partido, o Movimento ao Socialismo (MAS), chegarem ao poder; quando no governo, puderam contar com os investimentos proporcionados pelo capital estrangeiro, com o acúmulo de mais de 50 anos de luta pelo controle dos recursos naturais e com condições externas favoráveis para atender às medidas requeridas pelos trabalhadores nas mobilizações anteriores.

Por fim, cabe a este último capítulo refletir sobre os resultados do governo Morales do ponto de vista do atendimento das pautas: nacionalização dos hidrocarbonetos, a Nova Constituição Política do Estado (NCPE) e os ganhos e limites do projeto *masista*, uma vez no poder. Indagaremos, desse modo, se os governos ditos progressistas - neste caso específico, o governo de Evo Morales, do MAS - foram capazes de desenvolver relações menos assimétricas com o capital imperialista.

Cabe ainda lembrar que essa reflexão busca contribuir para que aqueles que se organizam em torno dos processos de luta e pelo poder dos trabalhadores da América do Sul possam nela se apoiar, quando realizarem seus balanços, autocríticas e análises de conjuntura.

V.1. A nacionalização boliviana: crítica e condições prévias para a medida

As medidas de nacionalização executadas por Morales em 2006 e os contratos firmados em outubro daquele ano rearranjaram a relação do Estado boliviano com a matéria-prima (AM), reestabelecendo a propriedade estatal e, em tese, o controle da produção. Entretanto, permanece sob posse das empresas a técnica (r), que, mais do que só as tecnologias envolvidas, são as técnicas, acordos de comercialização, capacidade de produção e consumo. É na técnica (r) que se concentra o cerne da dominação imperialista, pela coerção territorial, pelo *know-how* das empresas e potências multinacionais (RAFFESTIN, 1993: 242). Seria uma solução para a Bolívia conquistar a transferência tecnológica – como ensaia a medida de nacionalização, ao adquirir 50%+1 das ações das capitalizadas. Entretanto, como apontam Gordon e Luoma (2008:113), a falta de capacidade técnica limita a possibilidade de

mando dos bolivianos; e mais que isso: mesmo com o controle das 5 capitalizadas, a YPFB estaria apenas nos setores de exploração e desenvolvimento de uma pequena fração das reservas, enquanto Repsol, Total e Petrobras operariam 83% das reservas de gás e 86% das de petróleo. Para Gordon e Luoama (2008), só seria possível solucionar a dissimetria com relação à matéria-prima boliviana a partir da instituição do monopólio.

Considerando as medidas tomadas, de controle dos recursos naturais, traçamos uma crítica à nacionalização a partir da noção de recurso desenvolvida pelo geógrafo Claude Raffestin (1993) e descrita no capítulo 1. O autor (RAFFESTIN, 1993: 225) considera que os recursos podem ser descritos pela fórmula $ArM \rightarrow P$, em que o Ator (A) munido de uma Técnica (r) age sobre a Matéria (M) tendo como objetivo o conjunto de propriedades que essa matéria produz, ou seja, o Recurso (P).

Essa explanação é útil para compreender as medidas anteriores de rapina do gás e do petróleo boliviano e avaliar se houve, nesse sentido, alguma mudança na relação, sobretudo espaço-temporal, de extração dos hidrocarbonetos.

Uma vez que a Bolívia não possuía os meios para a extração e transporte do gás boliviano, após os anos de desmonte da estatal, o Estado boliviano caracterizava-se como um Ator (A) que possuiu o controle da Matéria (AM), até o estabelecimento dos contratos de concessão de 1996, quando se fragilizou o controle dos hidrocarbonetos pelo Estado (A~M), embora a concessão fosse legalmente conferida. Os contratos beneficiavam as companhias petroleiras, que acumulavam o controle dos recursos (Ar) e também da matéria (ArM), submetendo o Estado a um papel arrecadatário distante das decisões.

A contradição espaço-temporal entre M e r estão, nesse caso, evidentes. Para as companhias estrangeiras, a coerção temporal exercida sobre r requer que este seja difundido no espaço, insira-se no maior número de países; enquanto que, para M, a coerção se dá pela sua fixidez no espaço e a tendência hipotética de buscar sua maximização no tempo. Mas essa hipótese só pode de fato ser considerada se A~M não depende da renda obtida pela matéria-prima – como a Bolívia, que, em 2006, fechou a marca de 13,3% do PIB oriundo da exportação dos hidrocarbonetos (WEISBROT; SANDOVAL, 2006: 1). Portanto, medidas conservacionistas da matéria-prima na Bolívia, sem alteração das regras do jogo e diversificação da produção, poderiam ter efeitos nefastos para a economia boliviana.

Raffestin (1993: 265), ao concluir seu raciocínio sobre a questão de poder que envolve as estratégias de produção dos recursos naturais, defende que

se o desenvolvimento depende de planos muito preciosos, depende sobretudo da eliminação progressiva das relações dissimétricas impostas

pelos atores Ar – que dispõem dos meios financeiros e tecnologias – aos atores AM – que só dispõem das matérias-primas, artigo menos apreciado que o dinheiro e a informação [na fórmula] ArM.

Para nós, cabe fazer a pergunta se houve alteração substancial dessa relação dissimétrica ou se o que ocorreu foi apenas a redução dessa dissimetria, uma renegociação de termos, “um empate”, como quer García Linera. Evidentemente, qualquer que seja a reposta, há que se considerar que tais medidas só foram possíveis pelo desenvolvimento anterior às mobilizações de 2003 e 2005, pelas condições prévias produzidas pelas *ordenações espaço-temporais*.

Abordamos anteriormente o conceito de Ordenações Espaço-Temporais (OET), de Harvey, que remete aos investimentos externos que necessitam de um longo período de maturação. A Bolívia, desde meados do século XX, tem-se beneficiado de investimentos externos objetivando a exportação de Gás Natural a partir de gasodutos; são investimentos que, por longos anos, proporcionaram a manutenção do mercado, muitas vezes para além dos contratos firmados.

Ainda em 1968, Argentina e Bolívia assinaram um contrato de suprimento do mercado argentino de 4 mm³/dia, por vinte anos, a partir da construção de um gasoduto (Yabog) de Rio Grande (Bolívia) a Salta (Argentina), abastecendo a rede de gasodutos argentinos. O gasoduto Yabog começou a operar em 1972 e, até a viabilização da exportação do Gasbol, era o mais importante mecanismo de exportação do gás boliviano.

Com a queda do preço do petróleo em meados dos anos 1980 e com o aumento das reservas provadas na Argentina, o gás boliviano tornava-se caro para a Argentina, que chegou a afirmar que não renovaria o contrato - o que de fato não chegou a ocorrer, devido à ampliação do consumo de gás doméstico na Argentina (SALOMÃO; SILVA, 2008: 26). Entretanto, com o risco de paralisação das exportações para a Argentina, o governo Paz Zamora passou a negociar o Gasoduto Bolívia-Brasil de forma incisiva.

O Gasbol criou uma relação de interdependência entre os mercados dos dois países, tanto do ponto de vista arrecadatário quanto do energético. No entanto, enquanto ocorriam as negociações e a construção do Gasoduto, deu-se a desregulamentação do setor, de modo a reduzir os benefícios dessa *ordenação espaço-temporal* para a Bolívia. Já para as petroleiras, o processo de desregulamentação significou a possibilidade de acumular por espoliação, com taxa de lucro muito distante da realidade de outros mercados. A Petrobras operava com uma inacreditável taxa de 82%, desde 1999 (FUSER, 2011: 273).

Entretanto, já em 2006, a amortização dos investimentos na construção do gasoduto e

a dependência do mercado brasileiro impedia qualquer reação que paralisasse a comercialização do gás com o Brasil devido às medidas de nacionalização (51% do gás consumido no Brasil em 2006 era proveniente da Bolívia e transportado pelo Gasbol). Assim, a possibilidade de tomada de medidas nacionalizantes tornaram-se possíveis pelo investimento brasileiro, pela *ordenação espaço-temporal* que, embora realizada originalmente em condições de *espoliação*, em 2006, proporcionaram uma renegociação dos termos da comercialização do gás boliviano, retornando às mãos do Estado, reajustando-se o valor do gás e proporcionando ganhos sociais importantes para o período posterior. As mudanças da renegociação dos termos de exploração das matérias-primas bolivianas potencialmente proporcionaram a revisão da *lógica territorial*, da perspectiva do Estado; daí a propagandeada refundação do Estado boliviano e surgimento do Estado Plurinacional, a partir da Nova Constituição Política do Estado (NCPE).

V.2. A Nova Constituição Política do Estado (NCPE): reforma ou refundação?

A Assembleia Constituinte é resultado da luta e da mobilização dos movimentos sociais para rever a organização do Estado e dar garantias para o atendimento das reivindicações, bem como para impedir os retrocessos. Com esse propósito, os movimentos sociais ligados aos camponeses indígenas construíram um documento denominado “Pacto de Unidade: Proposta das organizações indígenas, originárias, camponesas e de colonizadores à Assembleia Constituinte”⁵⁵.

Para essas organizações, o Estado Plurinacional, hoje em vigor na Bolívia, constitui um modelo de organização política para a “descolonização” das nações e povos, cuja finalidade é exercer a autonomia territorial (CSUTCB, et. al, 2007: 191), dentre os elementos que compreendem o processo de reconhecimento, integração e autonomização das nações e povos indígenas. Assim, o que denominam “descolonização” está ligado a uma concepção de pluralismo jurídico, forma pela qual o Estado reconheceria os sistemas jurídicos indígenas originários no mesmo grau de hierarquia da justiça positiva, com a impossibilidade de anulação das decisões da justiça comunitária (das nações e povos indígenas e camponeses) pelo sistema jurídico convencional. As organizações defendem ainda que os “usos e

⁵⁵ O documento foi firmado pela Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), pela Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB), pela Confederação Sindical de Colonizadores da Bolívia (CSCB), pela Federação Nacional de Mulheres Camponesas da Bolívia “Bartolina Sisa” (FNMCB-BS), pelo Conselho Nacional de Ayllus e Markas de Qullasuyu (CONAMAQ), pela Coordenadoria dos Povos Étnicos de Santa Cruz (CPESC), pelo Movimento Sem Terra da Bolívia (MST), pela Assembleia do Povo Guarani (APG) e pela Confederação dos Povos Étnicos Moxenhos do Beni (CPEMB).

costumes” tenham validade legal em todas as instâncias e que os sistemas jurídicos tenham níveis de coordenação e de articulação (CSUTCB, et. al., 2007:196-197).

A proposta de unidade dos movimentos camponeses e indígenas prevê a integração com reconhecimento das nações e povos ao Estado, através de diversas medidas, como os conselhos de democracia participativa, a instituição legal dos idiomas indígenas como oficiais, com o Legislativo unicameral e plurilíngue, o incentivo ao ingresso de jovens indígenas às Forças Armadas e a participação dos povos originários nas decisões sobre o uso dos recursos naturais, que, para essas organizações, deveriam ser de domínio dos povos originários (CSUTCB, et. al., 2007) – na NCPE o domínio dos recursos naturais pertence ao povo boliviano e o Estado os administra em função dos interesses coletivos (Art. 349; BOLIVIA, 2009: 134). De todo modo, as organizações indígenas camponesas conquistaram a consulta prévia sobre a exploração dos recursos naturais não renováveis e de quaisquer medidas que os afetem (obras de infraestrutura, rodovias, etc.), além de possuírem o monopólio da exploração dos recursos renováveis dos territórios dos povos indígenas originários camponeses (IOC) – do modo como reivindicavam (CSUTCB, et. al., 2007:205) -, estabelecendo a autonomia para as terras e territórios IOC (Art. 30; BOLIVIA, 2009: 22). Talvez essa tenha sido a expressão mais efetiva do Estado Plurinacional boliviano.

Os povos Indígenas Originários Camponeses (IOC), caracterizados pela “identidade cultural, idioma, tradição histórica, instituições, territorialidade e cosmovisão, cuja existência seja anterior à invasão colonial espanhola” (BOLIVIA, 2009: 20), conquistaram a autonomia indígena, com possibilidade de definir seus estatutos próprios, “baseada nos territórios originários, atualmente habitados por esses povos e nações” (BOLIVIA, 2009: 103) e na titulação de terras devolutas que serão transferidas exclusivamente para “indígenas originários camponeses, comunidades interculturais originárias, afro-bolivianos e comunidades camponesas” (BOLIVIA, 2009: 146). Assim, ao lado das autonomias departamentais, municipais e regionais, a Autonomia Indígena Originária Camponesa consolida-se na NCPE, mas não sem limitações. A conciliação, por exemplo, com a grande propriedade agrária do oriente, a partir da negociação promovida pelo governo, limitou o alcance da definição de latifúndio às aquisições posteriores à promulgação da NCPE.

Entretanto, o enfrentamento proposto pelos movimentos sociais indígenas camponeses do oriente no Pacto de Unidade tinha a perspectiva declarada de desmontar o latifúndio improdutivo, além de criticar as áreas protegidas – fornecedoras do mercado de biopirataria - e assim “descolonizar” o Estado, “desabigarar” o “Estado monocultural”, objetivando o

favorecimento de áreas coletivas para as terras devolutas e a ratificação dos instrumentos de reversão e expropriação de títulos de terras como mecanismo de recuperação das terras públicas (VACAFLORES; LIZARRAGA, 2014: 32; 40).

Cabe dizer, no entanto, que, de modo distinto, os indígenas do altiplano (quechua e aymara) – inclusive pelas condições geográficas de altas declividades, aridez, relativo isolamento de seus assentamentos e o interesse reduzido da agroindústria por essas terras – preferem a titulação de propriedades individuais e a integração no Estado, diferentemente das 34 nações orientais⁵⁶, que buscam a emancipação (território e autonomia). Fruto dessa perspectiva de disputa e integração (VACAFLORES; LIZARRAGA, 2014: 36-37), os indígenas do ocidente passaram a ocupar postos no Estado, construíram o MAS, elegeram deputados e assumiram o mais alto ponto de comando, que foi a Presidência, com Evo Morales.

No campo da análise da elite oriental, cabe afirmar ainda que a autonomia defendida pelas elites, cujo principal nó é o Comitê Cívico de Santa Cruz, tinha como principal objetivo não permitir que o poder central desestabilizasse a lógica territorial que o capital havia implantado na região, que, entre seus pilares, estava a grande produção rural baseada na expropriação das terras indígenas e a associação com as transnacionais petroleiras.

É importante notar que nessa região há ainda a presença de brasileiros, argentinos e consórcios mistos que, segundo Gimenez (2010: 90), ocupavam, em 2008, 70% da área cultivada com soja. Esse cultivo, a propósito, é até hoje o principal produto agrícola da Bolívia, com mais de um milhão de hectares cultivados em 2013⁵⁷, concentrados nos departamentos orientais e principalmente em Santa Cruz, onde estão 18% das terras cultivadas da Bolívia (dados de 2008), atrás apenas do departamento de Cochabamba, com 24% (INE, 2008: 57).

Esse potencial agrícola implantado como uma lógica de expropriação da Bolívia, ao se ver desestabilizado por uma nova lógica territorial, fez iniciar o processo de confrontos tratado anteriormente. A questão fundamental dos estatutos autonômicos era a defesa da propriedade privada da terra pela elite associada ao imperialismo (ANTÓN, 2008), tanto via mercado da soja – cuja presença crescente das transnacionais como CARGILL e BUNGE

56 Afrobolivianos, Guarasugwe Pauserna, Araonas, Ayoreos, Baures, Canichana, Cavineños, Cayubabas, Chimanés, Chiquitanos, Chácobo, Esse Ejja, Guaraníes, Guarayos, Itonamas, Joaquinianos, Lecos, Machineri, Moré, Masetén, Movima, Moxeños, Nahua, Pacahuara, Reyesanos, Sirionó, Tacana, Tapieté, Toromona, Urus, Weenhayek, Yaminahua, Yuquis, Yuracaré

57 INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. Bolivia: superficie cultivada, por año agrícola, según cultivo. Disponível em: <<http://www.ine.gob.bo/indice/general.aspx?codigo=40104>>. Acesso em: <28/06/2016>.

(GIMENEZ, 2010: 76) denotam essa associação – quanto pela relação de dependência dos royalties das transnacionais petrolíferas.

Entretanto, as mudanças que estavam em disputa na Nova Constituição não deram um desfecho necessariamente vitorioso para o bloco popular que se mobilizava – haja vista as negociações fora da Assembleia Constituinte, que regularizam latifúndios –, inclusive do ponto de vista constitucional e da propagandeada “refundação do Estado”. Há que se ter em conta a crítica elaborada por Mota (2009: 134-135), segundo a qual a NCPE incorpora o liberalismo constitucional, embora de forma atenuada, reconhecendo os direitos coletivos das minorias e dos historicamente subjugados. De acordo com Mota (2009: 135), são características do liberalismo constitucional:

(...) a visão abstrata e universal de indivíduos, a proclamação de direitos naturais inalienáveis, a divisão dos poderes que visa assegurar a proteção a esses direitos e o controle das instituições estatais, a representação política, a hierarquia e a impermeabilidade de algumas esferas como o exército, a economia e, em menor medida, o sistema judiciário.

E afirma ainda que as medidas tomadas, o “constitucionalismo multicultural”, foram necessárias para manter a matriz liberal da constituição boliviana (MOTA, 2009: 135-136). Sem desconhecer os avanços que o processo boliviano proporcionou, a autora crê que seja exagerado falar em refundação do Estado pela NCPE, uma vez que o reconhecimento da diversidade, das diversas nacionalidades, propõe a coexistência no mesmo Estado dos distintos “modos de vida”; mas não questiona os princípios liberais, de direitos abstratos (como a propriedade), universalistas, individuais inalienáveis e as liberdades associadas à democracia liberal (MOTA, 2009: 145), embora estes estejam em confronto com os “usos e costumes” dos povos originários bolivianos.

Não desconsideramos, além disso, as críticas que são feitas à etnificação dos discursos implementada pelo MAS, que segmentou a ação unitária da classe trabalhadora no início do governo Morales. O jornalista e militante de esquerda Mirko Orgáz (2009) é quem enseja essa reflexão, ao retomar a análise de Zavaleta Mercado (2009 [1967]: 35), segundo a qual a Guerra do Chaco (1932-1935) marca o pacto fundador da nação; que, embora contenha diferenças – entre os camponeses e os operários –, é a partir dela que se forma a consciência nacional, momento no qual as classes reconhecem-se, entram em contato umas com as outras e reconhecem as falhas da oligarquia no combate.

[Os trabalhadores] Se identificam na mobilização militar e reconhecem-se como combatentes e percebem que ser não é somente resistir, senão também

é necessário eleger-se. É o trânsito da nação de fato para a nação para si, e do país resistente ao país histórico, em um processo pelo qual, depois de ter resistido à negociação da nação, as classes (...) tratam de realizar um Estado nacional, em substituição às semiformas estatais criadas pela classe estrangeira. (ZAVALETA, 2009 [1967]: 37, tradução nossa).

Para Orgáz (2009), é esse pacto, marcado ainda pela criação da YPFB, que se desfaz com o discurso indigenista, por parte do MAS, e autonomista, por parte da oposição, levando de 2005 a 2009 a uma nova polarização entre indígenas e brancos, *collas* e *cambas*, autonomistas e centralistas, “impulsionadas por Evo com o objetivo de liquidar a polarização histórica entre nação e imperialismo” (ORGÁZ, 2009: s/p). Essa ação seria explicada pelo autor pela incapacidade de Morales em aplicar a agenda de outubro, levando a dar conteúdo étnico à política, o que, segundo Orgáz (2009), bloquearia a luta unitária dos trabalhadores e camponeses ao redor de uma efetiva nacionalização e da industrialização dos hidrocarbonetos. Orgáz (2009: s/p) considera, ademais, que, ao não aplicar até o fim a agenda de outubro, Morales reafirma a matriz econômica primário-exportadora da Bolívia e não faz avançar o desenvolvimento. Essa crítica especificamente será tratada na próxima seção, a partir dos dados deste primeiro período de governo masista e de análises de especialistas do desenvolvimento e da ciência e tecnologia boliviana.

Embora as críticas evidentes devam ser acolhidas e consideradas neste processo de reflexão, é incontestável o papel modernizante que a NCPE confere à Bolívia, cumprindo novamente uma agenda do tipo clássico burguesa, reafirmando a unidade do Estado contra o intento separatista oriental e eliminando obrigações do tipo *servis*. Enfim, escreve uma nova lógica territorial, que, embora pactuada com setores da elite, trata-se de um redesenho soberano do território boliviano, garantindo a demarcação do território indígena e contendo a expansão do latifúndio no oriente.

V.3. Resultados Econômicos e Sociais do “*Proceso de Cambio*”

Em que pesem as críticas que devem ser feitas a indicadores econômicos e sociais, como o PIB, PIB per capita, médias de escolaridade, índices de industrialização e etc., que não consideram as características do território que se analisa, é indispensável apresentá-los como um aporte às discussões que ora nos resta realizar, qual seja, a do processo de industrialização e desenvolvimento social que ocorreu até a primeira década dos anos 2000, na Bolívia. Desse modo, apresentaremos os dados econômicos e sociais, comentando seus efeitos no território boliviano e na população. Acompanha essa última seção também recortes

das críticas que estudiosos bolivianos fazem sobre o processo de industrialização e de geração de ciência e tecnologia.

Entendemos que os dados que seguirão – acompanhando diversas formulações sobre o desenvolvimento – consubstanciam a análise de que o processo de industrialização é capaz de promover relações menos desiguais entre os países e parceiros comerciais, gerando a base material para a soberania da nação boliviana – a começar pela substituição de importações, corrigindo a balança comercial (o que de fato ocorre com relação aos bens e serviços durante o governo Morales), até o desenvolvimento de uma indústria própria de bens de capital (máquinas que produzem máquinas).

Como é possível verificar no Gráfico (2), abaixo, a balança comercial de bens e serviços teve acentuada melhora a partir de 2003, acompanhando o ligeiro crescimento do PIB e mantendo a ascensão à medida que o PIB se estabiliza, com crescimento superior a 4%; atinge o ápice para o período em 2008, quando marca 6%, e declina no ano seguinte, junto com a balança comercial, mas sem chegar perto de atingir os valores negativos do período anterior. Para o mesmo período é verificável uma sensível melhora do PIB em valores totais (em dólares correntes de 2005): sai de pouco mais de 8,2 bilhões de dólares em 2000 para chegar a quase 12 bilhões, em 2010, conforme a tabela apresentada a seguir.

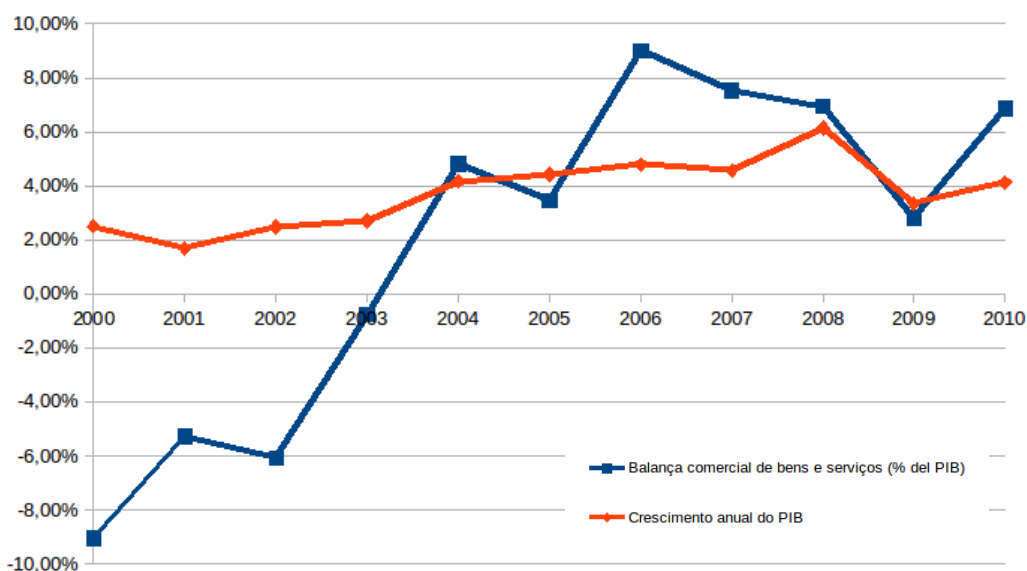


Gráfico 2. Balança comercial de bens e serviços e crescimento do PIB. Elaboração: Autor. Fonte: BANCO MUNDIAL, 2016.

Ano	PIB em milhões de dólares (valores constantes de 2005)
2000	8.201
2001	8.339
2002	8.547
2003	8.778
2004	9.145
2005	9.549
2006	10.007
2007	10.464
2008	11.107
2009	11.408
2010	11.954

Quadro 2. Produto Interno Bruto da Bolívia de 2000 a 2010. Elaboração: Autor. Fonte: BANCO MUNDIAL, 2016.

No entanto, há que se relativizar essa análise, uma vez que o crescimento do PIB continua ligado, em grande medida, a bens, comércio e serviços, este compreendendo transportes e armazenagem, construção civil, estabelecimentos financeiros e outros de menor impacto. Ademais, entre 2004 e 2006 e entre 2007 e 2009, o que se visualiza é uma ampliação da participação das atividades de extração de minérios e hidrocarbonetos, sobretudo da extração do gás, conforme o gráfico abaixo:

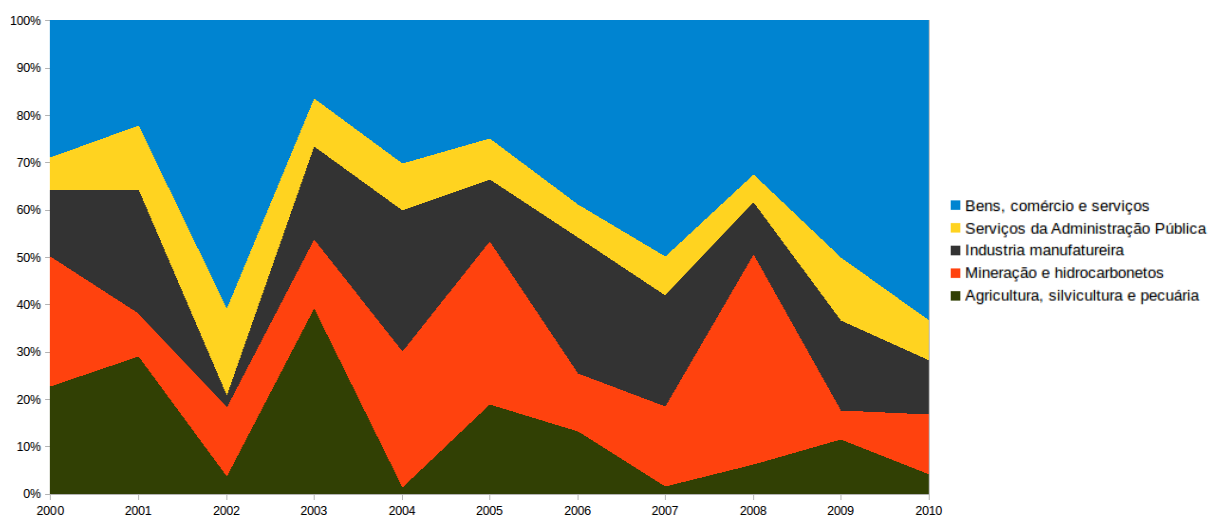


Gráfico 3. Composição do Crescimento do PIB entre 2000 e 2010. Elaboração: Autor. Fonte: INE, 2016.

Mesmo se considerarmos que a partir de 2003 há uma ampliação da participação da

categoria “indústria manufatureira”, até 2008, quando ela volta a declinar, podemos verificar que, de acordo com os dados disponíveis, a indústria boliviana que mais participa do crescimento do PIB para o período é a de baixa complexidade, como podemos ver neste gráfico:

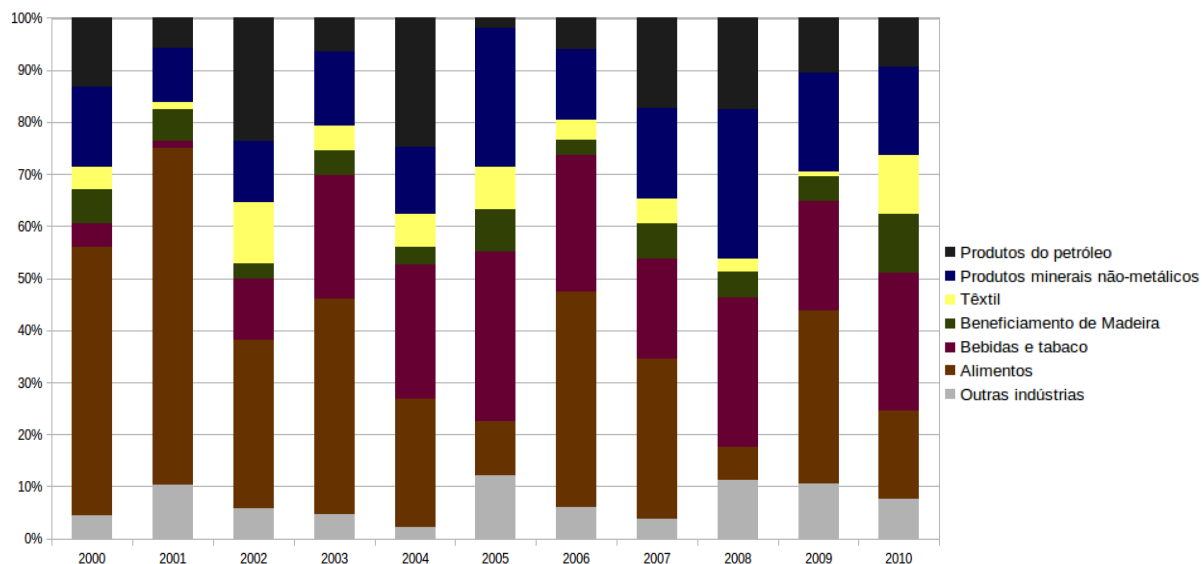


Gráfico 4. Composição da contribuição da Indústria Manufatureira ao crescimento do PIB de 2000 a 2010 apresentado por setores. Elaboração: Autor. Fonte: INE, 2016.

É verificável, portanto, que, nos períodos em que a indústria apresenta maior participação no crescimento da economia (2003 a 2008), são os empreendimentos de menor valor agregado - como alimentos, bebida e tabaco - que apresentam maior relevância. Em segundo lugar, apresenta relevância a indústria de produtos do petróleo, embora sem apresentar continuidade. De modo similar se comporta a indústria de minerais não-metálicos - cimenteiras, joalheria e materiais de construção (ARZE VARGAS, 2014: 2) -, cujo pico de maior relevância acompanha a ampliação da participação da mineração no crescimento do PIB, em 2008 (Gráfico 3).

É evidente que a questão da industrialização não é uma questão em si, mas o desenvolvimento de setores da indústria moderna tem uma importância superior para o processo de florescimento de uma nova categoria de trabalhadores (forças produtivas) capazes de, a partir das relações ontológicas com os meios de produção – do mesmo modo como foram os mineiros em meados do Século XX –, tenham condições de se colocar como a vanguarda do processo de emancipação da Bolívia.

Sustentamos o entendimento de que essa categoria – o operariado ligado às indústrias com maior valor agregado –, por meio do poder conferido a ela pelas relações de produção e

de sua organização sindical, apresentam condições relativamente vantajosas de compreensão da relação capital-trabalho, que soa complexa e abstrata para setores que vivem, por exemplo, da renda da terra, para trabalhadores dos setores públicos ou familiares não-assalariados (MARX, 1978).

Os dados relativos ao emprego, inclusive, demonstram justamente o embotamento das relações de trabalho durante esses primeiros anos do governo Morales; embora as cifras de desemprego sejam baixas – não ultrapassam os 5,4% –, mais da metade dos trabalhadores empregados (54%) encontravam-se, em 2009, em empregos vulneráveis e, no mesmo ano (a porcentagem mais alta atingida para o período), apenas 40% dos trabalhadores contratados eram assalariados. Enquanto na indústria os trabalhadores não somam 20%, na maior parte do período estudado, na agricultura, a média entre 2000 e 2009 é superior a 35% (BANCO MUNDIAL, 2016), conforme apontamos no Gráfico 5.

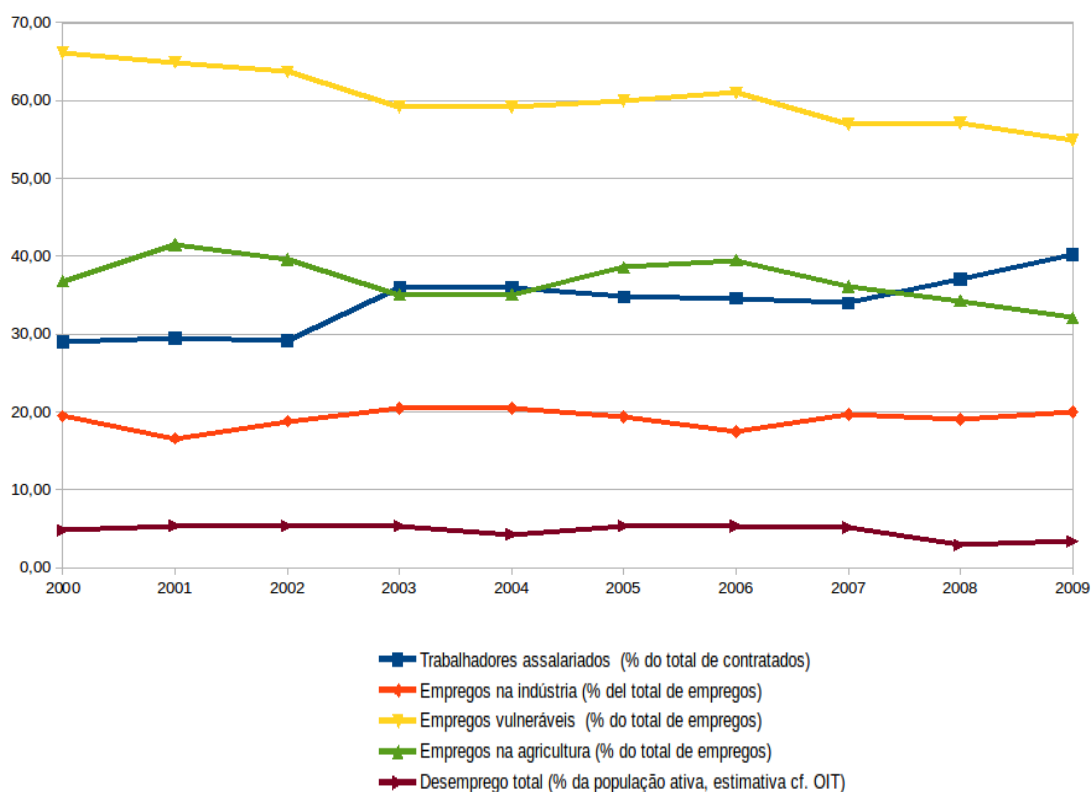


Gráfico 5. Situação do Emprego na Bolívia 2000-2009. Elaboração: Autor. Fonte: BANCO MUNDIAL, 2016.

É relevante para essa análise considerarmos as tendências que o gráfico apresenta. Chama especial atenção o cruzamento das linhas que indicam que o número de empregos na agricultura encontra-se em declínio e o número de trabalhadores assalariados, em ascensão, corroborando a tendência de declínio dos empregos vulneráveis. Embora ainda acima do

patamar de 50%, tal declínio coincide com a Assembleia Nacional Constituinte e com a NCPE, cujos efeitos da eliminação de práticas servis podem aqui estar sendo notados também no declínio dos empregos na agricultura.

A indústria, como já havíamos mencionado, fica no patamar de 20%, embora existissem para o período previsões de industrialização, o que era também uma promessa de Morales em congruência com o programa popular denominado Agenda de Outubro, como apontam intelectuais que se distanciaram do governo ao longo dos anos (ARZE VARGAS, 2014; ZULETA CALDERÓN, 2012; ESCALERA, 2010; 2013).

Entre esses autores, destaca-se o professor emérito da *Universidad Mayor San Simon* (UMSS), Saul Escalera, que ocupou, em fevereiro de 2006, a Gerência Nacional de Industrialização (GNI) dos hidrocarbonetos ligada à YPFB, com o objetivo de levar a cabo uma política de industrialização do gás natural, cuja tarefa Escalera considera, mais que necessária, inscrita na Nova Constituição (ESCALERA, 2010: 6-7), resultado de um longo processo de mobilizações.

Entretanto, na execução de projetos de industrialização há profundas dificuldades políticas e de compreensão de técnica. Houve, por exemplo, no início do governo do MAS, intenções de dirigentes da YPFB de fazer mudar as técnicas pelas quais operava a empresa, afirmando que com elas a produção de gás e petróleo era de “direita”, levando a uma gestão desastrosa das indicações políticas que o governo fazia. O próprio presidente Morales, em junho de 2010, assumiu que eram ineptos os indicados para a gestão de determinados setores (ESCALERA, 2010: 8-9).

A YPFB teve no governo Morales, até 2010, seis presidentes, mantendo a empresa à deriva e mudando rotas que haviam sido traçadas, como na industrialização, que deixou em 2009 de ser responsabilidade da GNI para ser da Empresa Boliviana de Industrialização de Hidrocarbonetos (ESCALERA, 2010: 9). Essa dispersão de projeto e de objetivos na industrialização levou diversos grupos que apoiavam o governo a desconfiar do projeto masista de desenvolvimento e de industrialização do gás natural, com o qual havia se comprometido. E, embora a Bolívia tenha reconhecidamente deficiências na formação de profissionais, como veremos, Escalera (2010: 9) afirma que há bolivianos capacitados para contribuir com o processo de industrialização dos hidrocarbonetos, formados nos EUA e na Europa, que haviam se disposto, mesmo com salários mais baixos que os praticados na iniciativa privada. Soma-se a isso o processo de formação impulsionado pelas universidades públicas, em convênio com a YPFB, que formaram 96 doutores, jovens engenheiros, para

atuar na industrialização dos hidrocarbonetos, os quais, entretanto, a YPFB recusou-se a contratar (ESCALERA, 2010: 18).

Os resultados foram frustrantes para aqueles que depositavam suas esperanças na gestão Morales quanto ao atendimento dessas reivindicações, tanto das universidades quanto na industrialização impulsionada pela YPFB – onde foram desenvolvidos estudos, análises do gás natural, perspectivas de mercado para os produtos da industrialização.

Esses estudos apontavam que o gás natural extraído da Bolívia tem características que proporcionam a industrialização da cadeia produtiva do metano, principal componente do gás boliviano (89,03%). O gás conta também com uma característica positiva, que é a baixa proporção de contaminantes; segundo o economista boliviano Zuleta Calderón (2012: 2), o gás boliviano é denominado “gás leve” ou “gás doce”, por sua pureza e características.

Levando em consideração os estudos sobre as características do gás, o mercado, o valor de produção e a relação entre os rendimentos obtidos pelo Gás em comparação com os produtos de sua industrialização, Guzman (2010: 4) conclui que há uma ordem de investimentos que deveriam ser privilegiados. Em primeiro lugar encontram-se os fertilizantes de ureia (1), depois o ciclo da amônia (2), o diesel GTL (*Gas To Liquid*) para exportação (3) e ainda a exportação de energia elétrica (4).

Ainda nos projetos de Escalera (2010: 13), havia a previsão de geração de 25 mil empregos nos complexos da petroquímica, que seriam construídos em parceria da YPFB com o capital externo. Mas por parte das petroleiras faltava interesse na industrialização (ESCALERA, 2010: 10) e, portanto, não cumpriam os investimentos previstos, situação que levou a Bolívia a ter dificuldades de cumprir os contratos de exportação e tornou mais distante o projeto de industrialização boliviano. Também pela iniciativa do governo e YPFB, o projeto patinava ao não serem firmados os convênios com as empresas que dispunham de projetos de parceria (Pan América Energy e GTL-Bolívia) (ESCALERA, 2010: 15). O frustrante é que, com o investimento de 7 bilhões de dólares e a implantação de 8 plantas industriais, a Bolívia seria o maior produtor de fertilizantes, diesel, GLP e polímeros da América do Sul (ESCALERA, 2010: 16-17) e teria no mercado brasileiro um destino, sobretudo para a produção de fertilizantes⁵⁸.

Também a industrialização da mineração apresenta uma série de dificuldades de ordem política similar às enfrentadas pela industrialização do gás. A indústria mineira cumpria até

58 Não por acaso, a Petrobras decidiu, em 2011, iniciar a construção de uma Planta de Amônia e Ureia a partir do gás natural boliviano, em Uberaba, Minas Gerais. Disponível em: <<http://jmonline.com.br/novo/?noticias,6,POLITICA,25106>>. Acesso em: <27/08/2016>.

recentemente (2014) apenas a metalurgia básica, transformando os minerais em metais, em proporções que não se alteraram, segundo estudo de Vargas (2014: 2), durante o governo Morales. Ademais, os projetos de industrialização, de fundição de bismuto, a recuperação da metalurgia Vinto, ou projetos de hidrometalurgia, de zinco, mutum etc., todos tiveram problemas de projeto, execução ou infraestrutura que o governo não foi capaz de resolver (VARGAS, 2014: 3). Soma-se ao fato a ausência de plano para a industrialização do setor que, segundo Arze Vargas (2014: 4), o governo só contratou em 2007 e que, até 2010, ainda não havia sido entregue, embora os contratos fossem desastrosamente firmados.

Entendemos que, embora os resultados em termos de industrialização dos principais setores bolivianos estejam abaixo do esperado e do requerido, o período a que nos detivemos (2000-2010) – e, especificamente, o período do governo do MAS – corresponde ao recente boom das commodities, da alta do preço das matérias-primas que acompanhou o crescimento chinês e que proporcionou a países exportadores de matérias-primas orçamentos recordes.

No caso específico da Bolívia, além das medidas de nacionalização dos hidrocarbonetos em si, importa a utilização dos recursos oriundos de sua exploração na realização de programas sociais que, como veremos, foram eficazes em diversos setores, melhorando as condições de vida do povo. Desse modo, o governo preteriu a industrialização para tomar medidas de curto prazo, mas de importância para a superação da miséria, como foram os programas sociais. Vejamos, portanto, como esses programas e uma situação de ampliação da arrecadação do Estado refletiram nos indicadores sociais:

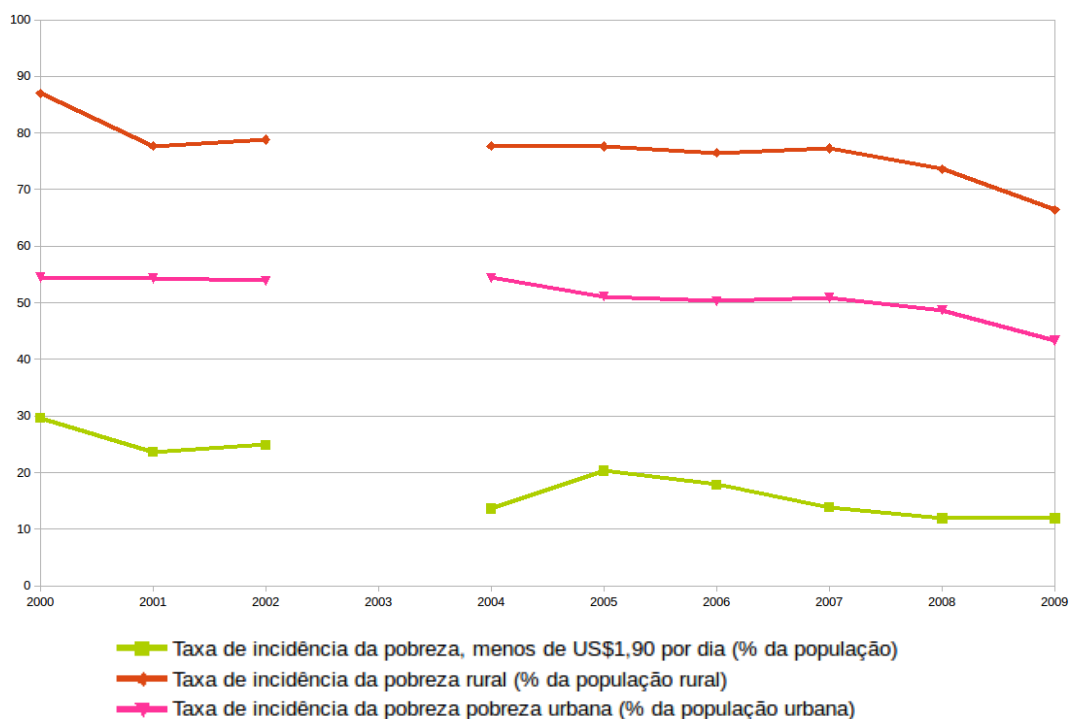


Gráfico 6. Taxas de pobreza de 2000 a 2010. Elaboração: Autor. Fonte: BANCO MUNDIAL, 2016.

A pobreza na Bolívia ainda é um problema sensível para o país. Ainda que a taxa nacional de quem vive com menos de US\$ 1,90 por dia apresente queda de 2005 a 2009, a taxa de pobreza rural é a mais preocupante, próxima aos 65%, em 2009, demonstrando as dificuldades que ainda não de ser enfrentadas. Do mesmo modo que a pobreza urbana, há redução dos três índices do Gráfico 6 ao final da série, o que representa o processo de distribuição de renda capitaneada pelo governo Morales. Lenta e gradualmente, a perspectiva é de redução da pobreza, embora seja alarmante a taxa de pobreza da população rural, onde, vale lembrar, até 2006 havia regime de trabalho servil.

Também com relação à saúde há uma melhora relativa, embora essa não possa ser atribuída ao governo Morales, pois o que há de fato é a manutenção de um padrão de ampliação do fornecimento de água e de instalações sanitárias (Gráfico 7).

A taxa de mortalidade infantil (Gráfico 8), de modo similar, apresenta queda contínua de 2000 a 2010, mas não altera positivamente o padrão com relação ao período anterior ao MAS; pelo contrário, o decréscimo que, de 2000 a 2005, representava cerca de 20 crianças para cada mil nascidas vivas, no período posterior, de 2005 a 2010, passou para cerca de 15 para cada mil nascidas vivas.

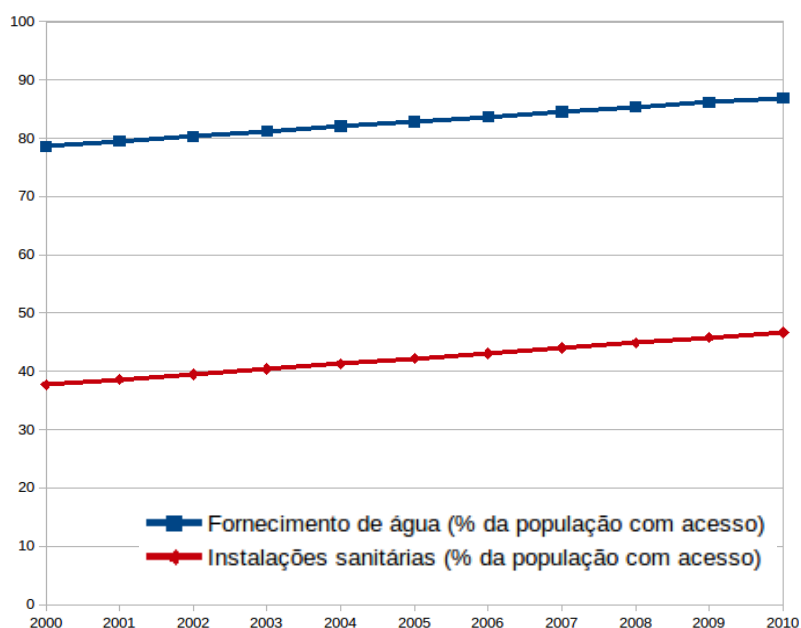


Gráfico 7. Fornecimento de água e instalações sanitárias, de 2000 a 2010. Elaboração: Autor. Fonte: BANCO MUNDIAL, 2016.

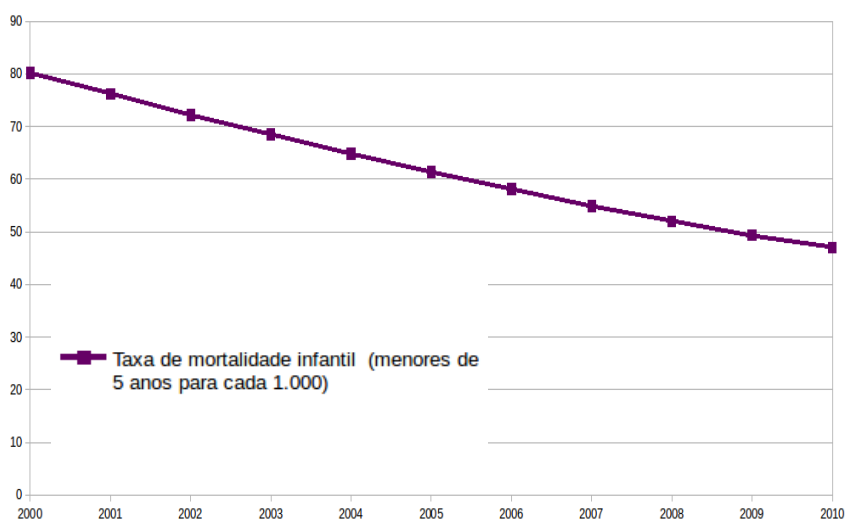


Gráfico 8. Taxa de mortalidade de crianças até 5 anos, de 2000 a 2010. Elaboração: Autor. Fonte: BANCO MUNDIAL, 2016.

Há de fato um contrassenso entre políticas de distribuição de renda e a manutenção de padrões pouco ousados de redução da taxa de mortalidade – como um dos indicadores mais sensíveis ao nível de desenvolvimento da sociedade –, em que pese a existência de políticas distributivas para as crianças e gestantes, como relatamos acerca do *Bono Juancito Pinto* e *Bono Juana Zurdoy*.

Em acréscimo, os dados que são disponibilizados sobre a desnutrição infantil também representam uma situação preocupante. Temos cerca de 6% de crianças até 5 anos com peso

abaixo do recomendado para a idade, em 2003; 5 anos depois, em 2008, durante o governo Morales, essa porcentagem chega a 4,5%. Com relação à altura para a idade, também no caso de crianças até 5 anos, as taxas são muito superiores: 32,5%, em 2003, e 27%, em 2008 (BANCO MUNDIAL, 2016).

A contradição é evidenciada se levarmos em conta a flutuação do investimento público em saúde:

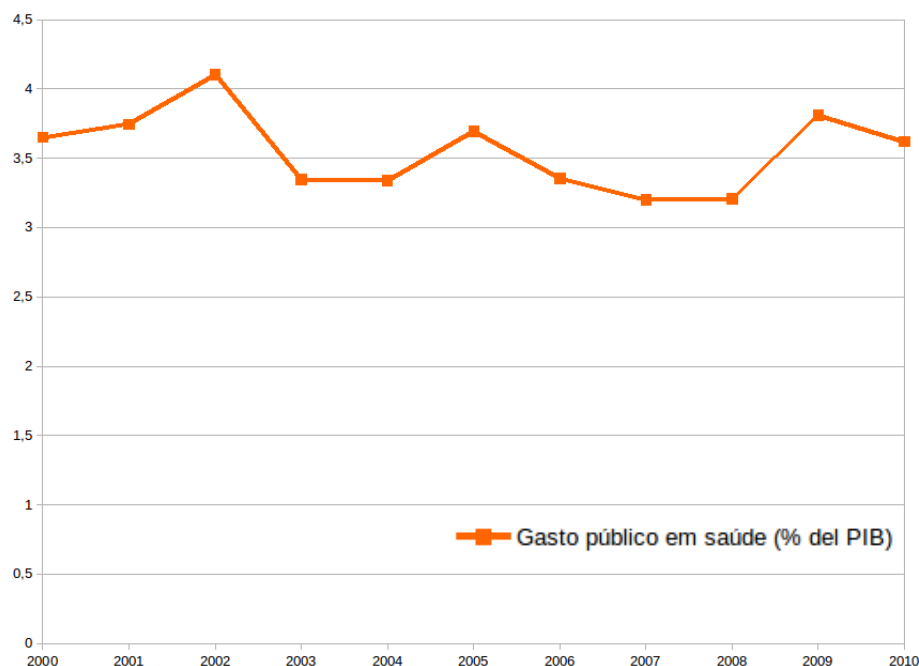


Gráfico 9. Gasto público em saúde (% PIB). Elaboração: Autor. Fonte: BANCO MUNDIAL, 2016.

De acordo com os dados disponíveis, o governo do MAS não conseguiu recuperar, até 2010, a proporção de investimentos em saúde de 2002, acima dos 4%, e, para além disso, reduziu proporcionalmente os recursos investidos, de 2005 até 2008, quando há ligeira ampliação proporcional de recursos com relação ao PIB.

Já com relação à educação, há uma sensível melhora do investimento com relação ao PIB, chegando a cifras superiores a 8%, em 2009, mas decrescendo no ano seguinte.

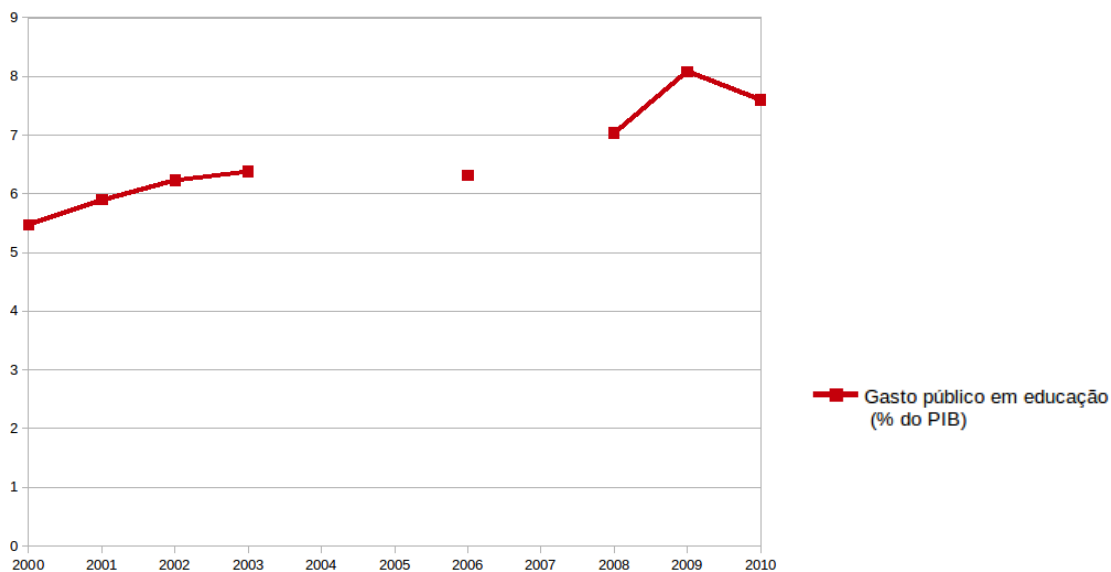


Gráfico 10. Gasto público com educação (% PIB). Elaboração: Autor. Fonte: BANCO MUNDIAL, 2016.

Os investimentos em educação refletem em uma alta taxa de alfabetização, que para os jovens (entre 15 e 24 anos) é próxima de 100% (99,38% em 2009); de igual modo, para os adultos (com mais de 15 anos) as taxas são superiores a 90%. Entretanto, o gargalo da educação aparece para o nível superior, inclusive demonstrando o baixo impacto do governo Morales até 2007, ano em que o número de inscrições foi inferior ao de 2004 - o que aponta a dificuldade de formar profissionais qualificados para o desenvolvimento. No Gráfico 11, apresentamos a evolução dessas cifras.

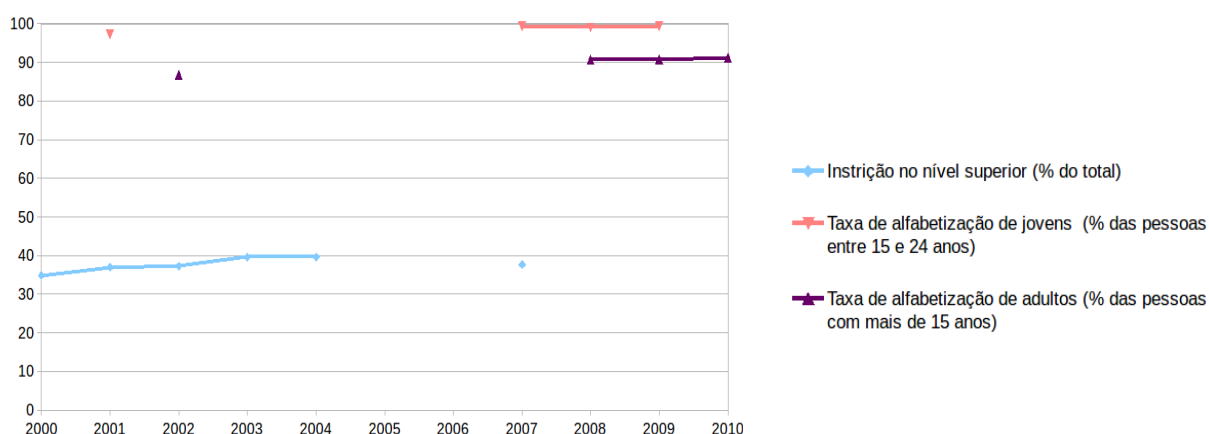


Gráfico 11. Alfabetização e ingresso no ensino superior. Elaboração: Autor. Fonte: BANCO MUNDIAL, 2016.

Embora o gráfico acima indique que não há progressão das matrículas no ensino superior, há que se lembrar que a legislação de hidrocarbonetos de 2005, promulgada pelo ex-

presidente Mesa, previa o repasse de parte do novo imposto aplicado aos hidrocarbonetos (IDH) para as universidades públicas. Em 2007, esses recursos representaram 392 bilhões de bolivianos (cerca de 56 bilhões de dólares, em valores atuais), que foram utilizados, na maior parte, para a infraestrutura das universidades (ESCALERA, 2008: 13). Com base nos novos recursos dos hidrocarbonetos, Escalera (2013: 1) sugere ampliar a proporção de pesquisadores nas universidades, o que para ele proporcionaria como resultado a prosperidade econômica do país, a partir do desenvolvimento da ciência e tecnologia. Uma das medidas que Escalera (2013) propõe é buscar políticas junto aos Departamentos, com a construção de Centros Regionais de Investigação Tecnológica, contando com o apoio dos recursos humanos das universidades e combatendo a fuga de talentos que ocorre (ESCALERA, 2013: 2). Essa perspectiva é sustentada pela proposta de redistribuição do IDH nas universidades, em que 40% dos recursos sejam investidos em projetos de longo prazo e que 30% sejam direcionados para equipar os laboratórios, conforme proposto por Escalera (2008:14).

As perspectivas de desenvolvimento tardio e as colocações dos teóricos bolivianos, em especial as do vice-presidente (GARCIA LINERA, 2011), sustentam a necessidade de verificar o desenvolvimento do capital fixo na Bolívia. A formação bruta do capital fixo inclui os investimentos relativos ao desenvolvimento urbano - como loteamentos, redes de drenagem, etc. -, as aquisições de plantas industriais - máquinas e equipamentos -, a construção de logística, rodovias e vias férreas e demais infraestruturas fixas no espaço, como escolas, hospitais, escritórios, moradias e construções comerciais e industriais (BANCO MUNDIAL, 2016).

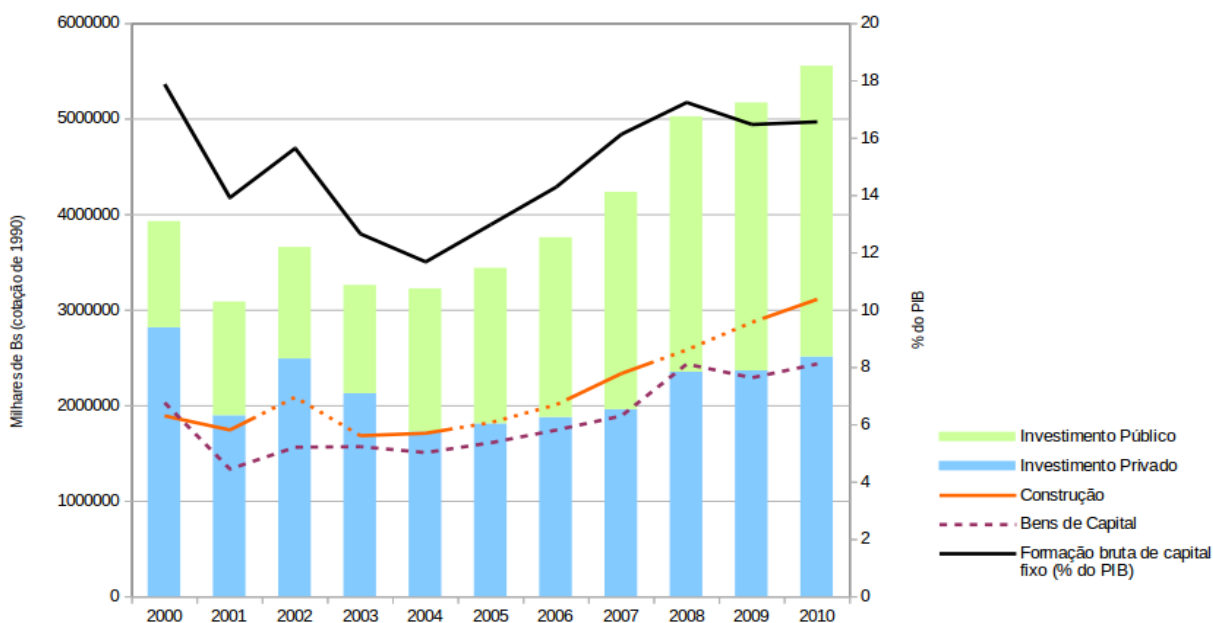


Gráfico 12. Capital Fixo de 2000 a 2010. Elaboração: Autor. Fonte: BANCO MUNDIAL, 2016; INE, 2016.

Compreende-se da análise dos dados de investimento em capital fixo a mudança do agente predominante, que passa, a partir de 2006, a ser o Estado, depois de anos de um investimento majoritariamente privado. É de se notar a tendência crescente dos investimentos totais em capital fixo, contando também com a recuperação dos investimentos privados, sobretudo em bens de capital a partir de 2008, enquanto os investimentos do Estado são realizados predominantemente em construções⁵⁹ (INE, 2016).

Ademais, o gráfico da formação bruta de capital fixo apresenta uma pequena queda, de menos de 1% com relação ao PIB, a partir de 2008, o que não significa freio aos investimentos, mas mais uma estabilização relativa ao PIB, na ordem de 16,5%, depois de uma recuperação dos investimentos que se inicia em 2004 e vai até 2008.

Cabe recordar que a ampliação dos investimentos estatais só foi possível em função das mudanças que foram conquistadas pelos trabalhadores bolivianos; para isso contaram as condições que, até 2005, constituíam o território. Essas condições de base ao desenvolvimento consistem no que Harvey denomina de Ordenações Espaço-Temporais, ou seja, investimentos de longo prazo realizados por agentes externos, que contavam com condições de retração da economia em seus locais de origem, ou que optaram pelos investimentos em condições de espoliação muito favoráveis, e que induziam investimentos de longo e médio prazos, como os

59 Os dados do Instituto Nacional de Estatística que permitiriam desdobrar os setores da construção e de tipos de bens de capital em que são realizados os investimentos, infelizmente, só estão disponíveis até 2004, o que nos fez optar por não os utilizar.

gasodutos e demais estruturas de exploração do gás natural.

As condições de desenvolvimento, no entanto, são limitadas pelas condições culturais e políticas do país. Para Trotsky (1977: 25), as medidas de soberania proporcionariam aos países retardatários um salto sobre os degraus intermediários do desenvolvimento, mas este estaria limitado pelas capacidades econômicas e político-culturais do país. Para o caso da Bolívia, o salto poderia ser visto no papel que o desenvolvimento industrial poderia representar politicamente, como um salto organizativo para os trabalhadores bolivianos, em detrimento da manutenção de um eixo mobilizado disperso, propagandeado e defendido pelo vice-presidente, a saber, o de recorte étnico e camponês, que não proporciona por si só o tensionamento entre a relação capital-trabalho. Os baixos resultados em termos de industrialização, em contradição com a Agenda de Outubro, foram sustentados por Garcia Linera (2006) dentro daquilo que denominou “Capitalismo Andino-Amazônico”, que seria uma etapa transitória para “pensar na utopia socialista em 20 ou 30 anos” e na qual se enriqueceriam as redes comunitárias e familiares.

Essa relação problemática do governo com a classe trabalhadora, que, como resultado da perspectiva das relações fundamentais - o viés étnico e comunitário, e não classista e industrial -, nega o papel dos sindicatos e da própria COB, desde os processos de mobilização de 2003, fez com que, em 2013, setores da COB aprovassem a ruptura com o MAS, acompanhando a negação do atendimento das reivindicações dos trabalhadores – professores e mineiros da COMEBOL, principalmente -, e fundassem o *Partido de los Trabajadores*.

Enfim, há um processo de desenvolvimento social na Bolívia baseado na distribuição dos recursos obtidos pela mudança da legislação dos hidrocarbonetos. Mas as medidas do governo masista são de um processo de industrialização e reformismo lento e que pouco representa em termos de trabalho e emprego.

BALANÇO FINAL

Neste trabalho, propusemos a reflexão sobre as mudanças recentes que ocorreram no território boliviano à luz da noção de desenvolvimento geográfico desigual. Demos ênfase em que a “refundação” do Estado boliviano foi proporcionada pelas lutas populares, por um projeto nacional em contraposição aos interesses do capital imperialista. Argumentamos que esses embates levaram Evo Morales ao poder, por uma escolha eleitoral que carregava a esperança da Agenda de Outubro. Então, retomamos a pergunta se o governo de Evo Morales, do MAS, foi capaz de desenvolver relações menos assimétricas com o capital imperialista.

À luz dos conceitos e categorias que o método nos proporcionou, demonstramos que as medidas do governo do MAS devem ser entendidas a partir da geografia histórica boliviana, que corresponde ao projeto de emancipação popular produzido pelos/nos sindicatos operários e camponeses, na COB e na CSUTCB. Nesse entendimento, MAS e Evo Morales são fruto dessa construção e, ao mesmo tempo, instrumento para que o povo implante seu projeto de país.

Evidentemente, Morales chegou ao Palácio Quemado com condições econômicas pré-estabelecidas, com um passado de submissão à lógica do capital, que combinou a destrutiva acumulação por despossessão com investimentos produtivos (ordenações espaço-temporais). Disso concluímos que foram essas condições, deletérias à Bolívia, que, contraditoriamente, criaram o substrato para medidas de desenvolvimento e redução das assimetrias nas relações entre o capital internacional e o Estado boliviano; investimentos como o Gasbol, viabilizado pelas altas taxas de lucro, necessitam de muitos anos para a amortização, o que torna inviável qualquer postura de ruptura ou retaliação comercial quando da nacionalização, por exemplo. Ou seja, mesmo os investimentos realizados em condições de rapina proporcionaram, em alguma medida, condições de progresso.

Mas essas condições abstratas só passaram a ser uma possibilidade, como argumentamos, a partir da luta dos trabalhadores, ou seja, foram as mobilizações que conquistaram a nacionalização como um projeto sustentado nas condições que estavam anteriormente dadas pela despossessão. Foi em oposição à lógica de operar do capital estrangeiro - a de explorar a matéria-prima boliviana ao menor preço possível e industrializá-la externamente - que os trabalhadores mobilizaram-se e exigiram medidas de desenvolvimento soberano, independente, retomando para isso os ensinamentos das lutas precursoras.

Vimos que, do ponto de vista político, as lutas foram vitoriosas e elegeram um

governo para dar continuidade à pauta; mas o governo Morales colocou-se acima da luta de classes e instrumentalizou o discurso étnico. Para permanecer no poder, ele passa a intermediar a relação com o Aliança Regional Oriental e a se esquivar do embate com os trabalhadores, fazendo a inflexão no sentido das questões étnicas e indígenas identitárias, rompendo a unidade que as lutas de 2000 a 2005 produziram (correspondente a um projeto de desenvolvimento soberano).

Reconhecemos que as reivindicações por terra e território defendidas pelos movimentos camponês e indígena são parte do processo de disputa de hegemonia de uma lógica territorial produzida a partir das relações locais. Mas não aceitamos as formulações que escondem o papel de centralidade que ainda ocupa a classe trabalhadora no processo político recente. Há que se notar que em todas as mobilizações a COB e os sindicatos de trabalhadores urbanos estavam presentes, como foi na Guerra da Água, com a presença central de Oscar Oliveira, do sindicato dos Fabris, e na Guerra do Gás, com a greve geral convocada pela COB.

Incluimos, de forma crítica ao governo Morales, que o desenvolvimento industrial, nomeadamente a industrialização do gás natural na Bolívia, representava uma reivindicação de unidade entre amplos setores da população e poderia desenvolver, pelo seu potencial energético, toda uma cadeia metalúrgica e superar os absurdos fatos, como a importação dos dutos para a construção do Gasbol, sendo a Bolívia exportadora de minério e tendo em abundância o gás como fonte energética. Ou ainda uma situação como a que recentemente veio à tona, de que, com a construção de uma planta industrial em Uberaba, o Brasil beneficiaria o gás boliviano, comprando matéria-prima e vendendo fertilizantes agrícolas.

Pensamos, de modo auxiliar, que essas situações devem estar em mente das organizações dos trabalhadores ao realizarem as análises de conjuntura, a autocrítica e o desenho de uma perspectiva de futuro voltada para a soberania do país, o que, para nós, ressalta a necessidade de superar as ilusões dos trabalhadores em direções que não alteram, ao fim e ao cabo, as relações assimétricas desenvolvidas pelo imperialismo.

Concluimos que o estudo de caso da Bolívia, a partir da teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, permitiu compreender a trama que foi estabelecida, denominada lógica do capital, utilizando de todos os meios legais e ilegais (*law-like*) para obter as melhores taxas de retorno, em detrimento das constituições e da democracia, como demonstrou a geografia histórica da Bolívia. A organização da luta dos trabalhadores foi essencial para mudar essa rotina de espoliação e dar a possibilidade de desenvolvimento, que ficou limitada, entretanto,

pela disposição do MAS e de Morales em ir até o fim na aplicação da Agenda de Outubro.

Cabe a nota de que a retórica utilizada pelos governos progressistas da América do Sul, inclusive o boliviano, por mais que impressione, não muda de fato a realidade dos trabalhadores (HARVEY, 2014).

Por último, imaginamos que outros estudos devam surgir para os próximos anos, quiçá apontando para a origem da crise que os governos progressistas passaram a enfrentar. Seria deleitoso que este estudo, em que pesem suas fragilidades, demonstrasse a acadêmicos da geografia, sobretudo graduandos, que há meios teóricos (e também dificuldades a serem superadas) para se enveredar em estudos a essa escala, desde nosso receituário. Aqui, sem pretensões de ter dado todas as respostas, colocamos mais lenha em uma fogueira que *ojalá* não se apague, por pior que seja a crise vindoura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENDROTH, H.H. La deuda publica externa y sus renegociaciones entre 1875 y el arreglo ad referendum de 1948. In: _____; TORRICO, M.N.P; QUIROGA, C.V.; BADANI, A.A.; BAREA, H.D. *La deuda externa de Bolivia: 125 año de renegociaciones y ¿cuantos mas?*, p. 25-193 La Paz: CEDLA, 2001.

ANDRADE, E. O. *Bolívia: Democracia e Revolução – A comuna de La Paz de 1971*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2011.

ANTÓN, C. *La lucha de clases em Bolivia adquiere las formas de una confrontación agraria: Tierra, élites, pueblos originarios*. Buenos Aires: Argenpress 07/11/2008, 2008. Disponível em: <<http://www.argenpress.info/2008/11/la-lucha-de-clases-en-bolivia-adquiere.html>> . Acesso em: 17 fev. 2016.

ARZE VARGAS, C. Situación de la industrialización minera. In: *Boletim del grupo sobre Política Fiscal y Desarrollo*, n. 1, La Paz: CEDLA, 2014.

_____. Apropiación del excedente y costos recuperables. In: *Boletim del grupo sobre Política Fiscal y Desarrollo*, n. 5, La Paz: CEDLA, 2014.

BANCO MUNDIAL. *Indicadores del desarrollo mundial: Bolivia*. Banco Mundial, 17/02/2016. Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/pais/bolivia>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

BARBOSA FILHO, A. *A Bolívia de Evo Morales*. São Paulo: LivroPronto, 2008.

BAREA, H.D. Apêndice estadístico. In: ABENDROTH, H.H.; TORRICO, M.N.P; QUIROGA, C.V.; BADANI, A.A.; _____. *La deuda externa de Bolivia: 125 año de renegociaciones y ¿cuantos mas?*, p. 401-542, La Paz: CEDLA, 2001.

BARROS FILHO, O. *Bolívia: Vocação e destino*. São Paulo: Ed. Versus, 1980.

BOLÍVIA. Presidente Constitucional de la República de Bolivia. Decreto Supremo 28.071 “Heroes del Chaco”. La Paz, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/13D28071.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. Constitución (2009). *Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia*. La Paz, 2009. Disponível em: <<http://www.harmonywithnatureun.org/content/documents/159Bolivia%20Consitucion.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

BUXTON, N. Las redes económicas: políticas de deuda externa. In: In: SHULTZ, J.; DRAPER, M. (Ed.), *Desafiando la Globalización: Historias de la experiencia boliviana*, p. 163-201. La Paz: Plural, 2008.

CENTRO DIGITAL DE RECURSOS NATURAIS DA BOLÍVIA. *Datos Espaciales*. Disponível em: <<http://cdrnbolivia.org/>>. Acesso em: 1 set. 2015.

CHAVES, D.; SÁ, M. Poder político e expressões autonomistas na Meia Lua a partir de Santa Cruz de la Sierra. In: DOMINGUES, J.M.; GUIMARÃES, A.S.; MOTA, A.; DA SILVA, F.P.

A Bolívia no espelho do futuro, p. 105-131. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

CHÁVEZ, P.; MOKRANI, D. Los movimientos sociales em la Asamblea Constituyente. Havia la reconfiguración de la política. In: SVAMPA, M; STEFANONI, P. *Bolivia: memoria, insrugencia y movimientos sociales*, p. 55-66. Buenos Aires: Clacso, 2007.

COCALERO (documentário). Direção: Alejandro Landes. Buenos Aires: FALL LINE FILM5/INCAA, 2007.

CONZELMAN, C.S. Coca: la hoja al centro de la 'guerra contra las drogas' – I. Símbolo antiguo, tradición y mercancía. In: *Desafiando la Globalización: Historias de la experiencia boliviana*, pp. 204-209. La Paz: Plural, 2008.

COSTA, W. M. *Geografia Política e Geopolítica*. Ed. Hucitec/Edusp, São Paulo, 1992.

CSUTCB, et. al. El Pacto de Unidad: Propuesta de las Organizaciones Indígenas, Originarias, Campesinas y de Colonizadores hacia la Asamblea Consituyente. In: SVAMPA, M; STEFANONI, P. *Bolivia: memoria, insrugencia y movimientos sociales*, p. 189-223. Buenos Aires: Clacso, 2007.

CUNILL, P. *A América Andina*. Tradução Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

DAVALOS, V.E.I. *Raízes socioeconômicas da integração energética da América do Sul: análise dos projetos de Itaipu Binacional, Gasbol, Gasandes* (Tese de Doutorado). São Paulo: PPGE/USP, 2009, P. 209-337.

DO ALTO, H. “Cuando el nacionalismo se pone el poncho”. Una mirada retrospectiva a la etnicidad y la clase em movimiento popular boliviano (1952-2007). In: SVAMPA, M; STEFANONI, P. *Bolivia: memoria, insrugencia y movimientos sociales*, p. 21-54. Buenos Aires: Clacso, 2007.

DOMINGUES, J.M. A Bolívia às vésperas do futuro. In: _____; GUIMARÃES, A.S.; MOTA, A.; DA SILVA, F.P. *A Bolívia no espelho do futuro*, p. 27-50. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

FARTHING, L. Coca: la hoja al centro de la 'guerra contra las drogas' – IV. La coca y la búsqueda de alternativas. In: *Desafiando la Globalización: Historias de la experiencia boliviana*, pp. 224-231. La Paz: Plural, 2008.

ESCALERA, S. Interacción Universidad Gobierno Empresa: un compromiso de prioridad nacional. In: Congresso Institucional de UMSS, 2ª. *Anales...* Cochabamba: UMSS, 2008.

_____. *Industrialización del gas antural em Bolivia: saga de una ilusión nacional postergada*. Cochabamba: Hidrocarburos Bolivia. 2010.

_____. *Ciencia, Tecnologia y Desarrollo de Bolivia*. Cochabamba: UMSS, 2013.

FUSER, I. *Conflitos e contratos – A Petrobras, o nacionalismo boliviano e a interdependência do gás natural (2002-2010)*. 2011. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GARCIA LINERA, A. La lucha por el poder en Bolivia. In: _____; et. al. *Horizontes y Límites del Estado y el Poder*. La Paz: Muela del Diablo, 2005. p 447-475.

_____. *El "capitalismo andino-amazónico"*. Santiago: Le Monde diplomatique, janeiro de 2006. Disponível em: <http://www.lemondediplomatique.cl/El-capitalismo-andino-amazonico.html>. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. Indianismo y Marxismo. El desencuentro de dos razones revolucionarias. In: SVAMPA, M; STEFANONI, P. *Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales*, p. 147-170. Buenos Aires: Clacso, 2007.

_____; CHÁVEZ LEÓN, M.; COSTAS MONJE, P. *Sociología de los movimientos sociales em Bolivia: Estructuras de movilización, repertorios culturales y acción política*. La Paz: Plural, 2010.

GARCIA LINERA, A. El Estado em transición. Bloque de poder y punto de bifurcación. In: _____; et. al. *El Estado. Campo de lucha*. La Paz: Muela del Diablo, 2010(a). p 9-42.

_____. *El "oenegismo", enfermedad infantil de derechismo*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2011.

GIMENEZ, H. M. *O desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia e a presença brasileira: uma história comum*. 2010. Dissertação (Mestrado). PROLAM, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

GLUCKENSTEIN, D.; CISE, P. Na época de decadência imperialista: "Crise da dívida?" Não! Um sistema em agonia. In: *A Verdade*, n. 71, 2011, p. 17-61.

GORDON, G.; LUOMA, A. Petroleo y gas: la riqueza ilusoria debajo de sus pies. In: SHULTZ, J.; DRAPER, M. (Ed.), *Desafiando la Globalización: Historias de la experiencia boliviana*, pp. 87-129. La Paz: Plural, 2008.

GUIMARÃES, C.; DOMINGUES, J.M.; MANEIRO, M. Bolívia: a história sem fim. In: DOMINGUES, J.M.; GUIMARÃES, A.S.; MOTA, A.; DA SILVA, F.P. *A Bolívia no espelho do futuro*, p. 13-27. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

GUZMÁN, J. C. Industrialización dels gas em Bolivia: Nuevas interrogantes y más desafíos. La Paz: Centro de Estudos para el Desarrollo Laboral y Agrario, 2010.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. *A produção capitalista do espaço*. Tradução Carlos Szlak. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. Notas hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual. Tradução Juan Vilasante e Lisa Di Cione. *GeoBaireS: Cuadernos de Geografía*, Buenos Aires, maio 2007. Disponível em: http://sgpwe.izt.uam.mx/files/users/uami/mcheca/teoria_geografica/LECTURA_26bis.pdf. Acesso em: 30 ago. 2014.

_____. *O enigma do Capital*. Tradução João Alexandre Pechanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. O Desenvolvimento Geográfico Desigual. In: _____. *Os limites do Capital*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013

_____. *Entrevista David Harvey*. La Paz: Centro de Investigaciones Sociales/Vice-Presidência, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M84acuHQJQE>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSON, J. A. *Estudio del imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981

INE. *Instituto Nacional de Estadística*. Estado Plurinacional da Bolívia. C2016. Disponível em: <<http://www.ine.gob.bo/>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

KAUTSKY, K. *Imperialismo e a Guerra*. Tradução: Giovanni Barillari de Freitas. Marxist Internet Archive, 2014. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1914/09/11.htm>>. Acesso em: 05 set. 2016.

KOHL, B. Challenges to neoliberal hegemony in Bolivia. *Antipode*, vol. 31, ed.2, 304-326, 2006.

_____; FARTHING, L. Conflicting agendas: the politics of development aid in dru-producing areas. *Development Policy Review*, n. 23 (2), p. 183-198, 2005.

LA JORNADA. *Evo Morales Recotará 50% a suelds de presidente, ministros y legisladores*. Cidade do México: La Jornada/DEMOS, 27/12/2005. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2005/12/28/index.php?section=mundo&article=024n1mun>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. *Garantizaremos la autonomía y la Asamblea Constituyente: Evo Morales*. Cidade do México: La Jornada/DEMOS, 28/12/2005. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2005/12/29/index.php?section=mundo&article=027n2mun>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. *La cumbre de Unasur “abortó” un golpe contra Evo Morales, afirma Hugo Chávez*. Cidade do México: La Jornada/DEMOS, 16/09/2008. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2008/09/17/index.php?section=mundo&article=037n1mun>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

LA NACION. *La denuncia contra EE.UU., un "show político"*. Buenos Aires: La Nacion, 16/09/2008. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1050275ladenunciacontraeeuuun-showpolitico>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

LAS voces del fuego (Documental Histórico). Direção: Roberto Fernandez Terán. Cochabamba: Equipo Ojo energético/TVU-Universidad Mayor San Simon, 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Cpujz1mi9S0>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

LASERNA, R.; ORTEGO, J.; CHACÓN, D. *Conflictividad sociolaboral em Bolivia*. *Estudios*

y reflexiones. La Paz: OEA, 2006.

LEDEBOUR, K. Monitoring the Drug War in Bolivia: An interview with Kathryn Ledebur. In: *The Narco News Bulletin*, 2004. Disponível em: <<http://www.narconews.com/Issue34/article1027.html>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

LÊNIN, V.I.U. *O imperialismo fase superior do Capitalismo*. Ed. Nova Palavra, Brasília-DF, 2007.

LIZÁRRAGA ARANIBAR, P.; VACAFLORES RIVERO, C. La decolonización del territorio: luchas y resistencias campesinas e indígenas em Bolivia. In: ALMEYRA, G; CONCHEIRO, L; PEREIRA, J.M.M.; PORTO-GONÇALVES, C.W (Coord.). *Capitalismo Tierra y Poder em América Latina (1982-2012): Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú Venezuela (Volucmen III)*, Coyacán: Universidad Autónoma Metropolitana, 2014.

LORA, G. *Historia del movimiento obrero boliviano – Tomo VI (1964-1974)*. La Paz: Editorial “Los Amigos del Libro”, 1995.

_____. *Tesis de Pulacayo (1946)*. Marxist Internet Archive, 2001. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/lora/1946/nov08.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In: *Outubro*, n. 1, 1998, p. 73-80. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_06.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2015.

MARCO NAVARRO, F. *El Bono Juancito Pinto del Estado Plurinacional de Bolivia: programas de transferencias monetarias e infancia*. Santiago: CEPAL, 2012. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/4005/1/S1200591_es.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

MORALES, E. *Discurso de asunción de Evo Morales*. La Paz, 2006. Disponível em: <https://es.wikisource.org/wiki/Discurso_de_asunci%C3%B3n_de_Evo_Morales>. Acesso em: 25 ago. 2015.

MOTA, A. A nova constituição política do Estado boliviano: antecedentes históricos, conteúdo e proposta analítica. In: DOMINGUES, J.M.; GUIMARÃES, A.S.; MOTA, A.; DA SILVA, F.P. *A Bolívia no espelho do futuro*, p. 133-161. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

ORGAZ, M. *Bolívia: A 6 años guerra del gas*. La Paz: BOLPRESS, 2009. Disponível em: <<http://www.uitci.org/2011/modules/news/print.php?storyid=1148>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

ORTUÑO, F.B.S. Capítulo II – Políticas de colonización y pobreza durante la conquista del Chapare. In: _____. *De la coca al poder*, p. 57-136. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

PASSOS, M. F. S. A.. Gasoduto Bolívia Brasil. In: *Revista Economia & Energia*. Ano II, nº 10, setembro/outubro, 1998. Disponível em: <<http://ecen.com/eee10/gasp.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

PERREAULT, T. From the Guerra Del Agua to the Guerra Del Gas: Resource Governance, Neoliberalism and Popular Protest in Bolivia. *Antipode*, vol. 32, ed. 2, p. 150-172, 2006.

PFRIMER, M.H. *A guerra da água em Cochabamba, Bolívia: desmistificando os conflitos por água à luz da geopolítica*. 2009. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PUENTE, F.; LONGA, F. El Alto: los dilemas del indigenismo urbano. Entre la insurrección y el clientelismo. In: SVAMPA, M; STEFANONI, P. *Bolívia: memoria, insurgencia y movimientos sociales*, p. 125-146. Buenos Aires: Clacso, 2007.

QUIROGA SANTA CRUZ, M. *Marcelo Quiroga Santa Cruz: Textos inéditos*. Comp. Hugo Rodas Morales. La Paz: Hora 25, 2010.

RAFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAES, D.A.M. Modelos políticos latino-americanos na nova fase de dependência. In: NOGUEIRA, F.M.G. (Org.), *Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil*. São Paulo: Xamã, 2007. p.155-172.

SALOMÃO, L.A.; SILVA, J.M.. *A Integração Energética do Subcontinente: Novas Oportunidades e Desafios*. In: Seminário sobre integração regional. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, 12/03/2008. 2008. Disponível na internet em: <<http://www.eppgg.com.br/2013/02/integracao-energetica-do-subcontinente-novas-oportunidades-edesafios/>> Acesso em: 30 ago. 2016.

SHULTZ, J. La guerra del agua em Cochabamba y sus secuelas. In: _____; DRAPER, M. (Ed.), *Desafiando la Globalización: Historias de la experiencia boliviana*, pp. 17-51. La Paz: Plural, 2008a.

_____. Lecciones de sangre y fuego: el Fondo Monetario Internacional y el Febrero Negro boliviano. In: _____; DRAPER, M. (Ed.), *Desafiando la Globalización: Historias de la experiencia boliviana*, pp. 131-161. La Paz: Plural, 2008b.

SILVA, F.P. Equilíbrios precários: a trajetória do Movimento ao Socialismo e seus dilemas. In: DOMINGUES, J.M.; GUIMARÃES, A.S.; MOTA, A.; DA SILVA, F.P. *A Bolívia no espelho do futuro*, p. 51-74. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

SMITH, N. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOKOL, M. Pós-facio: Notas sobre a atualidade de “O imperialismo fase superior do capitalismo”. In: LÊNIN, V.I.U. *O imperialismo fase superior do Capitalismo*, p. 179-200. Ed. Nova Palavra, Brasília-DF, 2007.

SOUZA, A.M.S. O gasoduto Brasil-Bolívia e dilemas da integração regional: IIRSA. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300628636_ARQUIVO_ANPUH2011.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. O novo imperialismo: território e finanças. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 6., 2014, São Paulo. *Anais*

eletrônicos... São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. p. 126-148. Disponível em: <<http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo1/Angelita%20Matos%20Souza.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. Governos Geisel e Dilma: o poder das finanças. In: *Cuadernos de Encomía*, Bogotá, n. 34 (66), 2015, p. 545-567. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/ceco/v34nspe66/v34nspe66a04.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

STEFANONI, P. MAS-IPSP: la emergencia del nacionalismo plebeyo. *OSAL*, Año IV, n. 12, 2003.

TAVARES, M.C. A retomada da hegemonia norte-americana. In: _____; FIORI, J.L. (orgs.) *Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização*, p. 27-54, Petrópolis: Vozes, 1997.

_____; MELIN, L.E. Pós-escrito 1997: A reafirmação da hegemonia norte-americana. In: _____; FIORI, J.L. (orgs.) *Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização*, p. 55-86, Petrópolis: Vozes, 1997.

TAPIA, L. Bolivia: ciclos y estructuras de la rebelión. In: SVAMPA, M; STEFANONI, P. *Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales*, p. 171-188. Buenos Aires: Clacso, 2007.

TORRES FILHO, E.T. O Gasoduto Brasil-Bolívia: Impactos Econômicos e Desafios de Mercado. In: *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 99-116. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1704.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

TROTSKY, L. Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia. In: _____. *A História da Revolução Russa: a queda do tzarismo*. Tradução E. Huggins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 23-33.

_____. *Balanco e perspectivas*. Tradução: Grupo Livre de Estudos Marxistas Revolucionários. Arquivo Marxista na Internet, 2012. Disponível em: <<http://marxists.org/portugues/trotsky/1906/balanco/index.htm>>. Acesso em: 12 set. 2013.

VILLEGAS QUIROGA, C. La negociacion de la deuda externa em el ultimo tercio del siglo XX. In: ABENDROTH, H.H.; TORRICO, M.N.P.; _____; BADANI, A.A.; BAREA, H.D. *La deuda externa de Bolivia: 125 año de renegociaciones y ¿cuantos mas?*, p. 271-334, La Paz: CEDLA, 2001.

_____. *Privatización de la industria petrolera em Bolivia: trayectoria y efectos tributarios*. La Paz: Plural eds., 2004.

WANDERLEY, F. A Bolívia entre a mudança e a inércia: regime de emprego e bem-estar social nos últimos vinte anos. In: DOMINGUES, J.M.; GUIMARÃES, A.S.; MOTA, A.; DA SILVA, F.P. *A Bolívia no espelho do futuro*, p. 161-180. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

WEISBROT, M.; SANDOVAL, L. *Los desafíos de Bolivia*. Washington: Center for Economic and Policy Research, 2006. Disponível em: <http://cepr.net/documents/bolivia_challenges_espanol.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

YOUNGERS, C.A. Coca: la hoja al centro de la 'guerra contra las drogas' – II. Breve historia de la 'guerra contra las drogas' de Estados Unidos en Bolivia. In: *Desafiando la Globalización: Historias de la experiencia boliviana*, pp. 209-220. La Paz: Plural, 2008.

ZAVALETA, R. La formación de las clases nacionales. In: _____, TAPIA, L. (Comp.), *La autodeterminación de las masas*. Bogotá: Siglo del Hombre Eds. y Clacso, 2009. p. 35-48.

ZIBECHI, R. *Dispersar el poder: los movimientos como poderes antiestatales*. Buenos Aires: Tinta Limon ed., 2006.

ZULETA CALDERÓN, J. C. *La industrialización del gas natural en Bolivia*. La Paz: Hidrocarburos Bolivia, 2012. Disponible em: <<http://www.hidrocarburosbolivia.com/noticias-archivadas/404-analisisyopinion-archivado/analisisyopinion-01-07-2012-01-01-2013/54985-la-industrializacion-del-gas-natural-en-bolivia.html>>. Acceso em: 30 ago. 2016.